

A Política Pública de Educação em Economia Solidária através do CFES Sul





A Política Pública de Educação em Economia Solidária através do CFES Sul

Centro de Formação e Apoio
a Assessoria Técnica
em Economia Solidária da Região Sul

Convênio nº 775707/2012
SENAES/MTB
CAMP

Porto Alegre
Julho
2017

REALIZAÇÃO

CAMP - CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL

Conselho Diretivo do CAMP: Márcia Falcão, Carlos Roberto Winckler, João Maurício Farias e Roseli Dias.

Equipe Executiva CFES Sul/CAMP: Daniela Tolfo, Gabriela Salvarey, Elisiane Jahn, William Leffeu.

Reescrita do Relatório da Sistematização para esta publicação “A Política Pública de Educação em Economia Solidária através do CFES Sul”: Daniela de Oliveira e Helena Bins Ely (Equipe CAMP).

Redação Final do Relatório da Sistematização “Educação em Economia Solidária: Sistematização das Experiências no CFES Regional Sul, 2013-2015” versão 03/08/2016: Prof. Telmo Adams (PPGEdu - Unisinos), Luciane Rocha Ferreira (doutoranda do PPGEdu - Unisinos), Tatiana Hausen (Equipe CAMP).

Diagramação: Beto Fagundes

FICHA CATALOGRÁFICA

C397 Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP)

A política pública de educação em economia solidária
através do CFES Sul. / Daniela de Oliveira, Helena
Bins Ely. – Porto Alegre: Dialogar, 2017.

1. Políticas públicas - Educação. 2. Economia solidária. I. Oliveira,
Daniela. II. Ely, Helena Bins. III. Título.

CDD 379

Catálogo elaborado por Karina Ramos CRB 14/1056

Contribuíram na Elaboração Coletiva do Relatório da Sistematização

Daniela Tolfo, Elisiane Jahn, Tatiana Hausen, José Inácio Konzen, Márcio Pielke, Katiúcia Gonçalves, Daniela de Oliveira, Helena Bins Ely (CAMP), Gelson Nezi (Cáritas Brasileira – Regional SC); Fernanda Dorta, Alessandra Martins e Daniela Piaggio (Instituto Nhandecy).

Grupo de Pesquisa do PPGedu/Unisinos, coord. pelo Prof. Telmo Adams: Luciane Rocha Ferreira, Lilian Reis, Carolina Ramos, Marina da Rocha e Jonas Hendler Paz.

Conselho Gestor CFES Sul: Pelo Paraná: Maria de Lourdes Barros, Rosângela Silva Ferreira, Luzia de Aguiar Soares, Carlos Alencastro Cavalcante, Ézio Alves Faganello e Emanuella Pereira. Por Santa Catarina: Roque Ademir Favarin, Leila Andresia Severo, Vera Lúcia Bergold e Márcia Bavaresco. Pelo Rio Grande do Sul: Patrícia, Maria da Graça Quadros da Luz, Giana Leonetti, Gerson Peixoto, Leandro Campelo, RosaneMariani, Rudimar-Dal’Asta, Helena Bonumá. Pela Equipe Executiva: Tatiana Hausen e José Inácio Konzen.

Comitê Metodológico CFES Sul: Sueli Angelita da Silva, Gilciane Neves, Daniela Pimentel, Maria Edite Fernandes Faganello, Adalberto Sabino, Edson Marques de Oliveira, Antônia Vanda de Assis, Marco Antônio Barbosa, Carlos Eduardo Arns, Eli Andrade da Silva e Nilton Floriano; mais os membros da Equipe Executiva: Fernanda Dorta, (Alessandra Martins e Daniela Piaggio contribuíram por um período pela articulação no Paraná), Katiucia Gonçalves (RS), Gelson Nezi (SC), Tatiana Hausen e José Inácio Konzen.

APOIO

CNPq e CAPES (Projeto Universal CNPq - Prof. Telmo Adams; e Bolsa Taxa CAPES – Doutorado Luciane Ferreira).

Christian Aid, através do Projeto Plataforma de Educação em Economia Solidária.

FINANCIAMENTO

SENAES através do Convênio nº 775707/2012– SENAES/MTB – CAMP e

Conselho Britânico/Newton Found, através do Projeto Plataforma de Educação em Economia Solidária – Fazer Solidário (<http://www.fazersolidario.org.br/>).



SUMÁRIO

Apresentação e Introdução	09
Breve Histórico	13
O Caminho Metodológico do CFES Sul	31
Oficinas e Cursos do CFES Sul	55
Os Sujeitos Envolvidos no Percorso Formativo	67
Educação Popular	77
Conteúdos Trabalhados no Percorso Formativo	107
Avaliações sobre o CFES Sul	149
Referências Bibliográficas	167
Textos Utilizados nas Atividades de Formação	169
Siglas e Abreviaturas que Aparecem no Texto	171

? Territórios?

? Articulação
interespaciais?

? Metodologia
plurimetodista?

Variáveis Culturais

Cultura

Postcolonialidade

SANTA CATARINA

ESPAÇO

* FORMADO POR UM CONJUNTO
INDIVISÍVEL, SOCIABO E AUTÔNOMO
DE SISTEMAS DE OBJETOS E
SISTEMAS DE AÇÕES, QUE NÃO DEVEM
SER CONSIDERADOS ISOLADAMENTE, MAS
COMO UM TODO ÚNICO, ONDE A
HISTÓRIA OCORRE" (SAVIO, 1993, p.54)

DUAS CONOTAÇÕES

1- ESPAÇO: COMO CONCEITO
ESSENCIAL PARA QUALQUER
ANÁLISE DO CARÁTER GEO-
GRÁFICO E COMO FUNDAMENTO
DE SUA RAZÃO DE SER COMO
CIÊNCIA.

2- COMO INSTRUMENTO DE COMO
APREENDÊ-LO COMO REALIDADE
CATEGÓRICAS:
FORMAS: aspectos visíveis de uma conjunção
de objetos que compõem um padrão
espacial;
FUNÇÃO: torção ou ação desenvolvida
pela forma;

ESTRUTURA: compõe-se dos
componentes sociais e econômicos
onde as formas e estruturas
criadas e justificadas;



RECUP. a Santa Catarina
- cidades
- cultura
- como identidade de
- não identidade de cultura

Tempo e espaço
Tempo e espaço
Tempo e espaço

Identidade
Identidade
Identidade

Identidade
Identidade
Identidade

Identidade
Identidade
Identidade

Identidade
Identidade
Identidade

TERITÓRIO
Invenção política do espaço
nombrado e identificado - uma
unidade de gestão política que se
distingue e a ele atribui existência
de uma forma institucional

APL - PROCESSO PRODUTIVO LOCAL
SPL - Sistema local de produção

MULTIPLICAÇÃO DE IDENTIDADES
GEOGRÁFICAS / TERRITÓRIAS

LOCAL / LOCAL

IDENTIDADE
Identidade
Identidade

Identidade
Identidade
Identidade

Identidade
Identidade
Identidade

1. APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO

É com satisfação que apresentamos esta publicação ao público em geral e em especial às pessoas que apostam numa nova economia possível baseada na solidariedade. Através dela, apresentamos uma síntese do processo de organização, realização e sistematização das atividades formativas e de apoio à assessoria técnica em economia solidária do CFES Sul – Centro de Formação e de Apoio e Assessoria Técnica da Região Sul, com ênfase às ações realizadas entre 2014 e 2015.

O CFES foi formatado a partir dos princípios da educação popular e reuniu saberes acumulados nos processos formativos dos fóruns, empreendimentos, agentes públicos e entidades de apoio da economia solidária – EcoSol. Está articulado com o movimento de EcoSol e inserido na estratégia da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária de fortalecimento da EcoSol, através de ações específicas e da articulação com as políticas de desenvolvimento territorial solidário sustentável e de superação da pobreza.

A implementação do CFES Sul nesta etapa (2013-2017) foi coordenada pelo CAMP, com a parceria da Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina e do Instituto Nhandecy, que foram responsáveis pela articulação e mobilização do público das ações de formação em Santa Catarina e no Paraná, respectivamente. Contamos também com a parceria de empreendimentos e entidades de apoio, através da participação nas reuniões do Conselho Gestor – CG e do Conselho Metodológico – CM.

O Grupo de Pesquisa coordenado pelo Prof. Telmo Adams, do Pro-

grama de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, foi parceiro em todo processo de execução do Projeto CFES, especialmente no processo de sistematização e nas reflexões metodológicas do CM. O grupo contou com o apoio do CNPq, através do Projeto “Educação, trabalho associado e (des)colonialidade: estudo das experiências do Centro de Formação em Economia Solidária da região sul do Brasil”.

Em 2016, o CFES Sul foi parceiro na construção da Plataforma de Educação em Economia Solidária – Fazer Solidário (<http://www.fazersolidario.org.br/>), que gravou 22 vídeos aulas e dezenas de mini vídeos que expressam experiências acumuladas em EcoSol na Região Sul do Brasil. A Plataforma contou com o apoio financeiro do Conselho Britânico/Newton Found, e contribuiu nesta publicação.

A redação final foi feita pelo CAMP e teve como referência o relatório de sistematização, elaborado pela equipe do CAMP e o grupo de pesquisa do PPGEduc/Unisinos, coord. pelo Prof. Telmo Adams, a partir de debates e materiais produzidos coletivamente nos encontros de sistematização e debates no CG e no CM.

A publicação está organizada em sete capítulos. Após esta apresentação e introdução, apresentamos um breve histórico que fala sobre a economia solidária e suas políticas no Brasil e sobre a constituição do CFES como rede nacional e aqui na Região Sul. No terceiro capítulo, falamos sobre os mecanismos de gestão compartilhada do processo, a sistematização, a escolha dos territórios para atuação do CFES Sul e as formas de sensibilização e mobilização dos participantes e parceiros para os processos formativos. No capítulo 4, apresentamos o conjunto de ações formativas do CFES Sul: quais foram os seus objetivos, quantas pessoas envolveram e quando foram

realizadas. Em seguida, no capítulo 5, elaboramos gráficos e tabelas para apresentar o perfil do conjunto de pessoas que participaram das ações de formação.

No capítulo 6, falamos sobre educação popular: as diretrizes da educação em economia solidária, alguns conceitos básicos da educação popular e algumas vivências pedagógicas que foram significativas no percurso formativo do CFES Sul. No capítulo 7, apresentamos os conteúdos que orientaram as ações formativas, sobretudo os dois cursos desenvolvidos em 2015. Finalmente, no capítulo 8, levantamos algumas avaliações e cartas pedagógicas escritas pelos participantes dos processos de formação. Boa leitura!

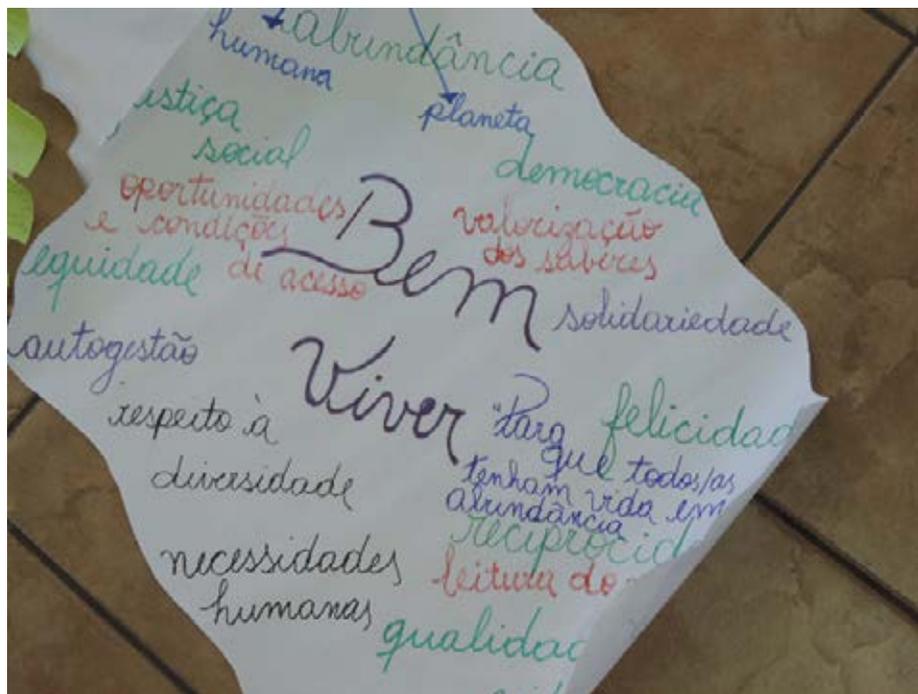


2. BREVE HISTÓRICO

A trajetória da economia solidária (EcoSol) no Brasil ganha maior força e reconhecimento nos idos dos anos 1990, quando passa a se configurar como uma alternativa à crise do desemprego e ao modelo hegemônico das relações de trabalho. Contudo, suas raízes históricas, no século XX, são marcadas pelas lutas dos trabalhadores, pelas organizações populares e de base e, neste sentido, é já nos anos 1970 e principalmente nos anos 1980, nos processos de lutas pela democratização do país, que experiências e alternativas de geração de trabalho e renda começam a despontar no interior das organizações de base e dos movimentos populares, como, por exemplo, os projetos Alternativos Comunitários da Cáritas, projetos na luta pela reforma agrária, etc.

Não podemos deixar de registrar que ao compreendermos a economia solidária como experiências e práticas no conjunto da vida social e não apenas no processo de produção a partir do trabalho, percebemos que estas práticas são milenares e que existiam antes mesmo do capitalismo. Como exemplo, temos as lógicas de reciprocidades dos povos indígenas, os quilombolas, enfim, sociedades cujos valores, maneira de ser, de viver e de produzir estavam (e ainda estão) pautados numa cosmovisão com a natureza, na propriedade comum, nos laços de proximidade. Dos povos originários, herdamos o conceito de *bem viver* – *Sumak Kawsay* – que vincula o ser humano à natureza, em uma relação recíproca, de harmonia e vida em comunidade. Implica na distribuição equitativa das riquezas, o respeito à diversidade, à ética, à convivência humana, à descolonização da vida

e à história futura. Os povos originários afirmam a articulação entre a ética e a espiritualidade do desenvolvimento, “em harmonia com os ciclos da mãe Terra (...) da vida e da história, e um equilíbrio com toda forma de existência” (CAOI, 2010: 34).



Curso Paraná – abril de 2015.

Mas é a partir dos anos 1990, num contexto neoliberal de exclusão, de perda dos empregos, que as organizações sociais e políticas começam a se articular no campo e nas cidades e se passa a ter um reconhecimento e uma identificação com o nome economia solidária. À época constituíam-se basicamente em pequenos grupos nas zonas rurais, com destaque às práticas realizadas nos assentamentos do MST e outros movimentos campestinos, bem como nas zonas ur-

banas periféricas, por meio da produção de alimentos e artesanatos e realização de feiras de comercialização. Tem-se, também, em alguns polos industriais o processo de recuperação de empresas com massa falida.

Juntamente ao processo de constituição e fomento a essas experiências, protagonizadas pelos grupos de trabalho e de produção e pelas diversas entidades, começa-se também a reivindicação por maior visibilidade e espaços no campo das políticas públicas, cujas demandas institucionais começaram a ser implementadas nos projetos políticos de algumas prefeituras e Estados, como por exemplo, prefeituras de Recife, Porto Alegre e Governo do estado do Rio Grande do Sul.

Porquanto, é nos anos 2000 que se tem uma significativa ampliação da EcoSol, cujo momento marcante foi o Fórum Social Mundial, em 2001, realizado em Porto Alegre, que se constituiu como um espaço de articulação por meio do qual foi legitimado o GT Nacional de Economia Solidária e deu prosseguimento a uma série de ações políticas formuladas para configurar o movimento. De acordo com Cattani (2003), o termo *outra economia* indica um contexto plural de múltiplas alternativas ao capitalismo. Propõe afirmar a centralidade do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, contemplando a dimensão econômica, social, ecológica, política e tecnológica.

Assim, com a vitória das eleições para presidente do Brasil, em 2002, de Luis Inácio Lula da Silva, cujo plano de governo se caracterizava pela expansão dos espaços de participação democrática e controle social, e que contou com o apoio dos diversos movimentos sociais, houve uma abertura expressiva para se ampliar o debate e a

articulação dos diversos atores sociais (MST, CUT, Igrejas, Universidades, Ongs) para que a pauta da economia solidária fosse incluída no governo como uma política de desenvolvimento, possibilitando, assim, a criação de um campo para a EcoSol se desenvolver do ponto de vista institucional.

2.1. Economia Solidária, Movimento Social e Políticas Públicas¹

Como resultado da mobilização da sociedade civil em diálogo com o governo federal, em junho de 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, através do Decreto nº 4.764. Essa Secretaria entende a Economia Solidária como: *Formas de organização econômica – de produção, comercialização, finanças e consumo – que têm por base o trabalho associado, a autogestão, a propriedade coletiva dos meios de produção, a cooperação e a solidariedade.* Tem como missão: *Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.* E define a sua estratégia da seguinte forma: *A Política de Economia Solidária com suas diretrizes, princípios e objetivos deve se integrar às estratégias gerais de desenvolvimento territorial sustentável do País e aos investimentos sociais e de fomento ao desenvolvimento. Sua finalidade é promover a economia solidária na agenda de desenvolvi-*

1 As informações sobre a linha do tempo da EcoSol foram, em grande parte, consultadas no site do FBES: <http://fbes.org.br/> e da plataforma fazersolidário.org.br, das aulas ministradas pelas educadoras populares Daniela Pimentel e Ana Mercedes Sarria Icaza.

mento do País através: do reconhecimento das atividades econômicas autogestionárias; do incentivo aos empreendimentos econômicos solidários em todos os setores (incluindo incentivos fiscais), da criação de novos grupos, do fortalecimento dos já existentes; e da integração de empreendimentos e empreendedores em redes e cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, assegurando o direito ao trabalho associado (Documento em power point, SENAES, maio de 2012).

Anterior à criação da SENAES ocorreu, em 2002, a I Plenária Nacional de Economia Solidária organizada pelo movimento da EcoSol que formulou a Carta ao presidente Lula – “Economia solidária como uma estratégia política de desenvolvimento”.

Em janeiro de 2003, realizou-se a II Plenária, durante o Fórum Social Mundial, e foi na III Plenária, em junho de 2003, no Distrito Federal, que se instituiu o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Dentre os principais objetivos do FBES estão a mobilização das bases da economia solidária em todo o país com a constituição dos fóruns municipais, estaduais e regionais, a incidência também na construção e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a EcoSol, bem como o fomento e a atuação nas articulações junto aos outros movimentos sociais.

De lá para cá, várias ações e atividades foram realizadas para dar evidência e fortalecer a economia solidária em todo o Brasil, reconhecida como uma política de desenvolvimento, e que, por isso, aporta recursos públicos e requer uma atuação nas instâncias e demandas institucionais. Já em 2004 foi realizado o Encontro Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), justamente para dar protagonismo às di-

versas experiências de EcoSol, com seus diversos formatos e segmentos, nos diferentes territórios dos quatro cantos país. Em junho de 2006 foi realizada a I Conferência Nacional de Economia Solidária, de caráter tripartite (governo, sociedade civil e EES). As conferências nacionais têm por objetivo, de modo geral, discutir, propor e elaborar as diretrizes para a formulação das políticas públicas. Nessa I Conferência, que teve como tema central: a Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento, foram discutidas as deliberações sobre a participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e as propostas para políticas públicas no âmbito federal para a Economia Solidária.

Em março de 2008 ocorreu a IV Plenária Nacional e como principais resoluções teve-se a definição da estrutura do FBES, sendo composta pelos três segmentos: os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAFs) e os Gestores Públicos (GP) e a designação de que o FBES se configura como um espaço de articulação e diálogo entre os diferentes atores e movimentos sociais que atuam para a construção de um outro desenvolvimento social e econômico do país, tendo como elemento balizar a economia solidária.

Neste sentido, a II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2010, teve como lema “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”, ou seja, foi pautada no reconhecimento do direito às outras formas de organização e de relações econômicas, que possa conduzir a outro modelo de desenvolvimento, sendo também um momento de avaliar os limites e desafios da economia solidária.

As plenárias nacionais de economia solidária, organizadas pelo movimento e para o movimento, se configuraram como a instân-

cia máxima de deliberações do FBES e como espaço para pautar as orientações e os elementos a serem conduzidos nos processos de construção e execução das políticas públicas, junto aos gestores públicos. A quinta, e até o momento, última plenária da EcoSol foi em 2012, cuja temática foi “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”, que teve 3 pontos estratégicos de debate e deliberações, a saber: orientação política do movimento, orientação das ações do movimento e organicidade do movimento (estrutura e organização do FBES).

Ainda na linha do tempo da EcoSol, teve-se a III Conferência Nacional de Economia Solidária, com o tema “Construindo o Plano Nacional de Economia Solidária”, em novembro de 2014, que contou com a fala de abertura da então presidenta Dilma Roussef. A Conferência teve como objetivo promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à economia; elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária e a elaboração de um Plano Nacional de Economia Solidária contendo eixos estratégicos de ação, programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no Brasil.

Contudo, naquele momento já se entreviam as disputas de forças políticas e a atual crise democrática que o Brasil vem enfrentando mais incisivamente desde 2016. O país já vivia sob uma recessão econômica acentuada, sobretudo, pela dura oposição que o governo federal vinha sofrendo pela grande maioria do Congresso, dando tons cinzentos do enfraquecimento político e do poder de governabilidade, que culminou no golpe de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma.

Mas a leitora ou o leitor deve estar se perguntando: por que trazer toda essa retrospectiva histórica da economia solidária do Brasil numa publicação sobre a sistematização das ações e atividades do Centro de Formação de Economia Solidária da Região Sul (CFES-SUL)?

Entendemos que é importante demarcar que a economia solidária surge como fruto das organizações *no* e *para* o trabalho numa perspectiva não só para suprir as necessidades econômicas diante da crise do emprego, mas também como uma estratégia para se articularem novos processos de desenvolvimento econômico e social, em que o ser humano está acima do capital e da lógica do mercado e que requer incentivos e aportes públicos. Trata-se de tramarmos uma economia diferente, que traz as questões humanas e ambientais no bojo de suas relações e ações e, nessa perspectiva, propõe uma sociedade mais justa e igualitária, apenas possível de se alcançar, na era moderna, nas sociedades onde a democracia acontece.

Neste sentido, é comum, nos processos de democratização, como é o caso do Brasil, pós ditadura militar, que os movimentos sociais e as organizações de base e populares, passam a se fazer mais presentes e atuantes nos governos que têm nos seus programas e nas suas políticas a participação e o controle sociais (ABERS, VON BÜLLOW, 2011). Por essa razão é que, nos últimos anos, teve-se uma ampliação nas relações de proximidade e nos espaços de diálogo entre o Estado e os atores sociais da economia solidária. Ou seja, a implantação de políticas institucionais sempre foi uma pauta do movimento da economia solidária; da mesma forma, o conteúdo das ações governamentais da SENAES, é fortemente influenciado pelas delibe-

rações e diretrizes elaboradas pelos atores e sujeitos da economia solidária através do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), plenárias, conferências, Conselho Nacional. A criação dos CFES também é fruto desse diálogo e será melhor detalhado logo adiante.

Desse feito, com as demandas da EcoSol na agenda e na pauta institucional do governo federal, pode-se dizer que um novo escopo se desenhou para a economia solidária, na perspectiva de um outro tipo de desenvolvimento, que vem conformando algumas características fundamentais.²

É importante frisar que a EcoSol não é um setor econômico específico, pois está presente em vários grupos e práticas econômicas tanto no campo (agroecologia, agricultura de base familiar, reforma agrária...); quanto na cidade (reciclagem, confecção, alimentação) identificados pelo trabalho associado, coletivo e que tem por base a autogestão, mas com suas especificidades e é de suma importância que o governo reconheça esse trabalho associado, bem como a diversidade dos sujeitos da EcoSol que são, principalmente, mulheres, jovens, camponeses, desempregados, população de rua, etc.

Outro fator importante para a EcoSol é a garantia de acesso aos meios de produção, aos espaços e às estruturas materiais, o que se viabiliza por meio do crédito e das finanças solidárias, entendendo, aqui, que toda atividade econômica de um país se viabiliza em maior ou menor grau de acordo com os incentivos e programas governamentais, e que o Estado tem o dever de não apenas injetar recursos a grande empre-

2 Informações extraídas da plataforma fazersolidário.org.br, da aula ministrada pelo educador popular Valmor Schiochet, Módulo 6, Aula 1.

sas que, como sabemos, é uma prática política e econômica do neoliberalismo, mas também aos pequenos empreendedores.

É importante que se reconheça, também, a transversalidade da EcoSol, que permeia e dialoga com o conjunto das outras políticas existentes, como as políticas de desenvolvimento agrário, urbano, ambiental, saúde, etc. Nesse sentido, pauta políticas e programas que permitem acesso aos mercados, sobretudo, ao mercado institucional. Podemos citar, como exemplo, a Política de Aquisição de Alimentos (PAA)³ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴ que dá obrigatoriedade à comercialização das compras institucionais aos agricultores familiares. Destaque também, para as políticas de superação da pobreza extrema - Brasil Sem Miséria, cujo Programa Mulheres Mil esteve vinculado ao CFES II.

E, por último, e em hipótese alguma menos importante, é primordial que a economia solidária seja marcada por uma educação para a autogestão, que promova o acesso ao conhecimento e ao assessoramento técnico possível de conjugar o profissional com a realidade vivida, possibilitando também o acesso e a construção de tecnologias sociais e a inovação. Por essa via, é fundamental o desenvolvimento de processos formativos que valorizam a realidade sociocultural dos sujeitos da EcoSol que possa superar as lógicas capitalistas

3 Para mais informações: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf

4 Para mais informações: <http://www.fnnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>

de apreensão do trabalho e da vida, em que a metodologia da educação popular possa ser referendada como um caminho para articular esses diferentes saberes e práticas, fomentando o protagonismo das classes, em especial as populares, nas transformações sociais.

E foi nessa perspectiva, em diálogo com todos os segmentos da EcoSol, que foi pensada a constituição dos Centros de Formação em Economia solidária – os CFES.

2.2. O CFES como Política Pública⁵

O CFES surge a partir de uma demanda dos sujeitos da economia solidária e é um dos pilares da estratégia da SENAES, que teve como finalidade a implantação de uma Rede Nacional de CFES, enquanto uma estratégia de promoção da formação e apoio à assessoria técnica em EcoSol, na perspectiva do desenvolvimento territorial solidário sustentável e superação da pobreza. Desde a criação da Secretaria, em 2003, o movimento teve uma forte expectativa de que fosse instituído um instrumento de organização das atividades educativas da EcoSol. Também tinha uma reivindicação para se ter um espaço onde as várias metodologias, os vários processos formativos que envolvem os empreendimentos, os trabalhadores, as trabalhadoras e as comunidades pudessem ser sistematizados.

O CFES foi formatado para ser um espaço de referência para a educação em economia solidária, a partir dos princípios da educação

⁵ Informações extraídas de uma entrevista realizada com Valmor Schiochet, concedida para a plataforma fazersolidário.org.br, em 29 de novembro de 2016. Valmor Schiochet é Professor da FURB, militante da economia solidária, foi Diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTB) entre 2003-2007 e 2011 – 2015.

popular, aglutinando as experiências formativas que vinham sendo desenvolvidas no âmbito dos fóruns, dos empreendimentos, das entidades de apoio, etc. Constituiu-se como um espaço de educação popular para a autogestão voltado à formação de lideranças da EcoSol, de gestores para atuar nas políticas públicas, e de dirigentes e trabalhadores que participam dos empreendimentos econômicos solidários. É também um espaço que provoca a interação entre movimentos sociais que têm interface com a economia solidária, como a agroecologia, a reciclagem, a reforma agrária, a agricultura familiar, as questões ambientais.

Os CFES constituem-se em experiências educativas, nas cinco regiões do Brasil, articuladas num projeto nacional. Não são espaços físicos, mas processos formativos que circulam nos territórios e nas regiões, com cursos, oficinas, encontros, produção de material, sendo flexíveis nas suas formas de atuação, aproximando-se das demandas dos movimentos de economia solidária em cada território. A execução do CFES teve duas etapas: a etapa I, de 2009 a 2012; e a segunda, de 2012 a 2017.

2.3. CFES I

Como preparação à constituição do CFES na Região Sul realizou-se, entre 2006 e 2007, um processo de sistematização das experiências de formação em EcoSol, que resultou na edição de uma cartilha sobre o tema⁶. Em 2007, ocorreu uma oficina de formação em EcoSol,

6 Projeto nº 5.181 SENAES/MTB: Sistematização de Experiências de formação para a capacitação em Economia Solidária no Rio Grande do Sul. Projeto elaborado pelo GT do FGEPS. Realizado entre set/2006 e fev/2007. Entidade conveniada: CAMP. Finan-

no município de Governador Celso Ramos/SC, onde havia mais de cinquenta representantes dos três Estados do Sul. Na ocasião, o debate central deu-se em torno da Pedagogia da Autogestão e da Educação Popular (baseada em Paulo Freire). A reflexão voltou-se sobre a necessidade de um Plano de Formação e Programas governamentais que a SENAES estava amadurecendo para serem implantados com foco na educação e assessoria técnica para a EcoSol.

Assim, o CFES surge em 2009 com o intuito de implementar a política nacional de formação em economia solidária da SENAES. Foram criados seis centros de formação: um nacional e cinco regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Para viabilizar a execução dos CFES I, a SENAES realizou chamada pública para a celebração de convênios com entidades da sociedade civil.⁷ O foco do CFES I (2009-2012) foi a formação dos sujeitos vinculados aos segmentos da EcoSol, ou seja, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e os Gestores Públicos (GP). A ênfase foi a formação inicial em Economia Solidária, com destaque à experimentação da autogestão pedagógica (Pedagogia da Autogestão), sistematização das práticas de formação e organização de uma rede nacional de educadores/as. Uma das con-

ciamento: SENAES/MTB, por meio da FBB. Um texto de sistematização foi produzido ao final do projeto, em forma de cartilha.

7 A entidade conveniada para executar o CFES I Nacional foi a Cáritas Brasileira e as cinco regiões tiveram as seguintes entidades: CFES Norte - Universidade Federal do Pará - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; CFES Nordeste - Universidade Federal Rural de Pernambuco - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; CFES Centro-Oeste - Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores - ECO/CUT; CFES Sudeste - União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE e CFES Sul - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

tribuições do CFES I foi a reflexão sobre as diretrizes (documento enviado à apreciação da V Plenária do Movimento de EcoSol, em dezembro de 2012) para a construção de um Projeto Político Pedagógico Participativo da Economia Solidária no Brasil.

A Conferência Temática de Educação em EcoSol de 2010, reforçou a importância de se pensar uma política pública de educação que articulasse o conjunto de ações e processos de formação e assessoramento técnico como algo indissociável, tendo como base o trabalho como princípio educativo, concepção e valores da Educação Popular. A partir dos acúmulos do movimento e da SENAES, esboçou-se uma nova proposta de projeto para a educação em EcoSol.

2.4. CFES II

Em meados de 2012, a SENAES lançou Chamada Pública⁸ para o CFES II. O processo de elaboração na Região Sul contou com uma ampla representatividade dos sujeitos do Movimento de EcoSol dos três Estados: fóruns, EAF, EES e GP. Enquanto implementação da Política de Educação em EcoSol, foi divulgada a Recomendação N° 8 do Conselho Nacional de Economia Solidária, de 4 de julho de 2012, com o Termo de Referência contendo princípios e diretrizes político-metodológicas para orientar os planos, programas e ações de formação e assessoria técnica em EcoSol, desenvolvidos no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) do Governo Federal.

A proposta do Projeto CFES Sul II foi elaborada de forma coletiva à luz das reflexões e aprendizagens acumuladas tanto na construção

8 Edital de Chamada Pública SENAES/MTE nº 01/2012.

da cartilha, quanto na elaboração e execução do CFES Sul I, aproveitando os espaços de gestão coletiva: Conselho Gestor (CG), Comitê Metodológico (CM) e coletivo de educadores/as dos três Estados.

O principal eixo do CFES II foi a implantação da Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária – a Rede CFES, composta por sete centros: seis regionais (sendo dois no Norte) e um nacional⁹, articulados através de encontros, trocas de saberes e experiências, sistematização e avaliação dos processos formativos. O principal objetivo da Rede CFES é promover a formação e apoio à assessoria técnica em economia solidária voltada à promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema.

Além de dar continuidade às ações do CFES I, como as atividades formativas, a produção de material pedagógico e a sistematização das experiências, o CFES II assume o papel de incorporar os novos desafios colocados pela inserção da Economia Solidária no Plano Brasil Sem Miséria (BSM) na perspectiva de, também, consolidar a economia solidária como uma política de promoção do desenvolvimento territorial e sustentável, objetivando, ser uma possibilidade para a superação da extrema pobreza e, desse modo, se articular,

9 A entidade conveniada para executar o CFES II Nacional foi a Cáritas Brasileira e as regiões tiveram as seguintes entidades: CFES Amazônia 1 (Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima) - Cooperativa de Assessoria Serviços Técnicos Educacionais e Projetos Sociais da Amazônia – COASTEPS da Amazônia - Manaus/AM; CFES Amazônia 2 (Tocantins, Pará e Amapá) - Universidade Federal de Tocantins –FAPTO/UFT - Palmas/TO; CFES Nordeste - Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE - Recife/PE; CFES Sudeste - Instituto Marista de Solidariedade - Belo Horizonte/MG; CFES Centro-Oeste - Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores - ECO/CUT -Goiânia/GO; CFES Sul - Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP - Porto Alegre/RS.

transversalmente, com as outras políticas públicas sociais, e seus beneficiários. Dessa forma, o CFES II e todos os sujeitos envolvidos na sua execução, foi desafiado a articular suas ações de educação em economia solidária com públicos e ações do PBSM, colocando em diálogo estratégias da Educação Popular na EcoSol com outras políticas sociais. O PBSM¹⁰ se articula programas de diversos Ministérios dentre os quais o Mulheres Mil e o PRONATEC, com os quais o CFES Sul II desenvolveu ações articuladas.

Nesse novo formato, o CFES Nacional se estruturou a partir de quatro núcleos temáticos com o intuito de promover as ações necessárias para o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a disseminação da economia solidária, fundamentados nos pressupostos da pedagogia da autogestão e da educação popular. Os quatro núcleos temáticos são:

- 1) Educação e Desenvolvimento;
- 2) Finanças Solidárias;
- 3) Produção, Comercialização e Consumo;
- 4) Redes de Cooperação Solidárias.

10 Veja resumo do PBSM, Mulheres Mil e PRONATEC no capítulo “Conteúdos Trabalhados”.



Responsabilidade Social

Seminário
2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

2008

3. O CAMINHO METODOLÓGICO DO CFES SUL

O CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional – que, assim como as demais organizações conveniadas das outras regiões do país, é reconhecido pela experiência nos processos educativos em Economia Solidária, foi a entidade conveniada para a execução do CFES II – Regional Sul. O projeto, apresentado pelo Camp e seus parceiros, em conformidade com a Chamada Pública 001/2012, apresentou duas principais linhas de atuação.

A primeira delas foi a realização de atividades de formação iniciais em economia solidária para inserir e articular a economia solidária em ações de políticas públicas voltadas para a erradicação da pobreza, contribuindo com a constituição de processos em que beneficiários destas ações públicas pudessem vir a constituir empreendimentos econômicos solidários e com isto gerar sua própria renda, ampliando a base social da economia solidária.

E, a segunda, a realização de atividades formativas continuadas para educadores/as, lideranças da economia solidária e gestores públicos para qualificar as ações destes agentes e contribuir com a construção e divulgação de diretrizes metodológicas para a formação e assessoria técnica em economia solidária e também a realização de atividades formativas e sistematização de orientações para a ampliação e fortalecimento de redes estaduais e nacional de educadores/as em economia solidária.

Após o convênio assinado, iniciou-se a dinâmica de planejamento coletivo das estratégias e ações previstas no Plano de Trabalho. Em abril de 2013, houve a primeira reunião com representação dos Es-

tados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná para a constituição do Conselho Gestor e Comitê Metodológico. Na oportunidade, foram definidas estratégias político-pedagógicas para a execução do Projeto, estabelecendo a priorização de dois territórios por Estado para a execução das Oficinas Territoriais, tanto as de Formação Inicial em EcoSol, voltadas para o público do Plano Brasil Sem Miséria - PBSM (beneficiários e gestores dessas políticas), quanto as de Educação/Formação e Assessoria Técnica.

A equipe executiva do Projeto CFES Regional Sul foi composta por: 1 coordenação, 1 assessoria pedagógica, 1 assistente administrativo, 1 assessor administrativo e 3 articuladores estaduais. A articulação e contratação das equipes de Santa Catarina e Paraná contou com a parceria, respectivamente, da Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina e do Instituto Nhandecy.

Em julho de 2013, foi realizado um Encontro Regional de Preparação Metodológica das atividades formativas previstas no Plano de Trabalho do Projeto. Este contou com a participação de membros das EAF, dos EES, do coletivo de formadores, dos fóruns de EcoSol, educadores e agentes de projetos de políticas públicas de superação da pobreza, elevação da escolaridade e educação profissional e tecnológica, com o intuito de propor e planejar as oficinas e cursos em cada Estado. No encontro, foi consenso o exercício da Pedagogia da Alternância e da Pedagogia da Autogestão.

Embora os projetos tenham sido elaborados a partir dos parâmetros do Termo de Referência da SENAES, cada região teve características peculiares na sua elaboração. O Projeto CFES II Regional Sul definiu quatro metas estruturantes:

Meta 1. Estruturação e manutenção do funcionamento do CFES Regional Sul.

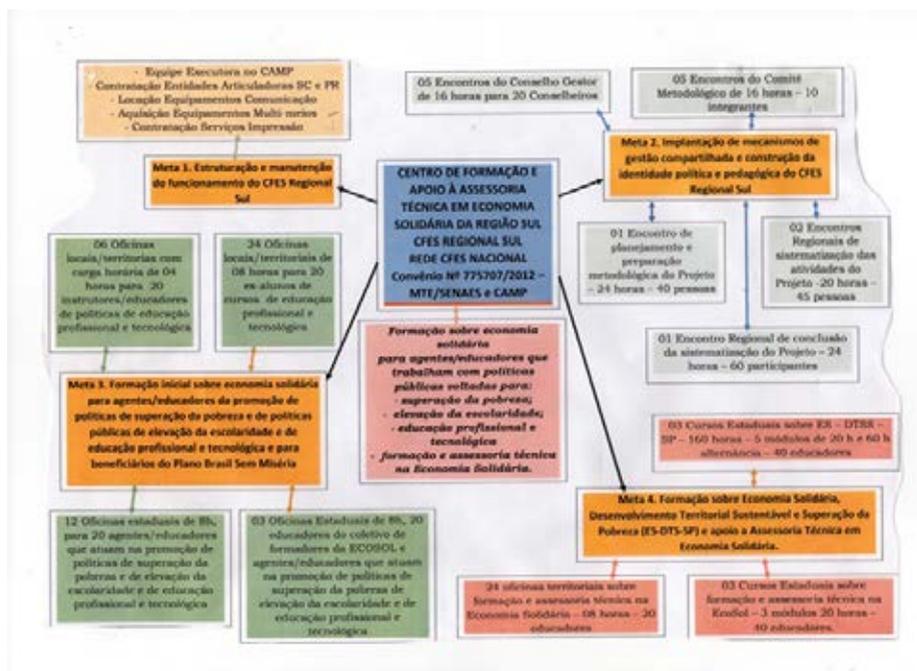
Meta 2. Implantação de mecanismos de gestão partilhada e construção da identidade político-pedagógica do CFES Regional Sul.

Meta 3. Formação Inicial sobre Economia Solidária para beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria e para agentes/educadores que atuam na promoção de políticas de superação da pobreza e ações de políticas públicas de elevação da escolaridade e de educação profissional e tecnológica.

Meta 4. Formação sobre Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Superação da Pobreza (ES-D-TS-SP) e apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária.

As metas organizam o conjunto de atividades do CFES (oficinas, seminários, cursos, gestão, etc), que podem ser visualizadas no Quadro 1:

Quadro 1. Metas e Etapas / Atividades do CFES II – Regional Sul



Elaboração: CAMP – Equipe Executiva do Projeto CFES II

No Quadro 2, podemos visualizar as atividades realizadas na sua seqüência cronológica.

Atividades Realizadas pelo CFES Sul de 2013 a 2015



Elaboração: CAMP – Equipe Executiva do Projeto CFES II

3.1. A Gestão Compartilhada

Da mesma forma como se fez no CFES I e como tradição do CAMP, o projeto político-pedagógico de formação em economia solidária da Região Sul do CFES II assumiu a gestão compartilhada como estratégia para a construção dos processos formativos e da identidade político-pedagógica do CFES Regional Sul.

O Conselho Gestor (CG) e o Comitê Metodológico (CM) foram as principais ferramentas de gestão compartilhada e planejamento coletivo das ações. Ambos, em conjunto com a equipe executiva, arti-

cularam as ações, as metodologias e os processos de realização dos cursos e oficinas. Essa experiência de construção coletiva é desafiadora e tem como premissa a autogestão que a EcoSol propõe, na perspectiva da Pedagogia da Autogestão. Esse processo participativo de organização, gestão e controle social é um dos princípios da educação popular que se expressa no CFES e está em conformidade com o edital da Chamada Pública:

Para alcançar os objetivos previstos (...), faz-se necessária uma metodologia que tenha como ponto de partida a realização de atividades planejadas e articuladas com os órgãos governamentais e entidades que executam ações integradas em economia solidária ou ações de fomento as finanças solidárias, comercialização, comércio justo e solidário, redes de cooperação solidárias. Para tanto, cada CFES da Rede deverá constituir um Comitê Gestor representativo da sociedade civil e governos. [...] Nesse processo, deve-se considerar a efetiva participação do respectivo Comitê Gestor e de outras instâncias de participação e controle social no nível regional e nacional, conforme indicados no Edital. (p. 26 do Edital de Chamada Pública SENAES/MTE Nº 01/2012 – Rede CFES).

O Conselho Gestor foi constituído por 18 educadores¹¹, representantes de EES (06), EAF (06) e GP (06) dos três Estados, a partir dos seguintes critérios: a) sujeitos que contribuíram na construção do projeto e fossem comprometidas com a sua execução; b) militantes com capacidade de sensibilização e mobilização dos participantes das atividades nos territórios definidos em cada Estado; c) educadores que já passaram pela formação de formadores d) educadores e agentes que estejam executando ações de projetos voltados para o fortalecimento da Economia Solidária.

11 Ver composição do CG na Ficha Técnica deste caderno.

Para o CG foram previstas as seguintes atribuições: a) avaliação política e pedagógica da realização das atividades formativas, de acordo com seus objetivos e estratégias; b) sistematização do processo de formação de educadores, lideranças do movimento de EcoSol e agentes executores de ações de políticas públicas; c) orientação e coordenação da estratégia política e pedagógica da execução do Plano de Trabalho; d) mobilização, articulação e sensibilização para as atividades formativas, sistematizando os caminhos da construção de políticas públicas para a EcoSol e superação da pobreza.

Entre 2013-2015, foram realizados cinco encontros do CG de dois dias de trabalho¹². Na sua primeira reunião ampliada, em abril de 2013, o Conselho Gestor deu início ao processo de operacionalização do Projeto CFES II Regional Sul, tendo presente as orientações da SENAES para o convênio. Nesta reunião foram indicados critérios para contratação da equipe executiva (coordenação, assessoria pedagógica, assessor e assistente administrativo e articuladores estaduais), para composição do Comitê Metodológico com educadores dos três Estados e para escolha de duas regiões/ territórios em cada estado, para a realização das oficinas territoriais de formação inicial e as de formação e assessoria técnica.

Ao Comitê Metodológico, que teve a participação da Equipe Executiva e a contribuição de pessoas dos três Estados e dos três segmentos da EcoSol¹³, coube o papel de construir o percurso pedagógico das atividades do Plano de Trabalho (formativas e da gestão comparti-

12 O V Encontro do CG foi realizado conjuntamente com o V Encontro do CM, nos dias 21 e 22 de julho de 2015.

13 Ver composição do CG na Ficha Técnica deste caderno.

lhada), tendo como responsabilidade: a) definição de critérios para a mobilização do público; b) indicação de conteúdos, programação, diretrizes metodológicas e facilitadores para as atividades formativas; c) definição dos materiais de apoio (cartilhas, polígrafos, vídeos, etc.); d) definição das orientações metodológicas e produtos da sistematização; e) sistematização das vivências pedagógicas ao longo das atividades do Projeto.

Os articuladores regionais foram contratados através de entidades parceiras nos estados¹⁴ e tinham como função contribuir na mobilização das pessoas e organização das atividades e ajudarem no processo de compartilhamento de informações, intercâmbios de experiências e planejamento coletivo das ações que aconteceram nos estados, o que garantiu uma qualidade no processo mobilização, já que são pessoas que conhecem a dinâmica local de a organização da EcoSol em cada estado.

Os instrumentos e espaços pedagógicos construídos para o acompanhamento e avaliação do processo educativo foram fundamentais para que os diversos coletivos envolvidos pudessem sentir-se parte do projeto. Espaços como o CG e o CM possibilitaram um ambiente participativo, no qual todos os segmentos que compõem a EcoSol tiveram vez e voz. A equipe do Camp, como entidade âncora, criou as condições para garantir a dinâmica de construção coletiva em todo o processo. Trabalhar desse modo exigiu muitas reuniões, encontros e oficinas. Pensar ações no coletivo, tornou as compreensões e as possibilidades mais diversificadas (complexas), o que trouxe maiores exigências na implementação. Porém, o resultado foi de boa qualidade.

14 Cáritas Brasileira – Regional em Santa Catarina e Instituto Nhandecy no Paraná.

3.2. O Processo de Sistematização

A SENAES definiu como um dos objetivos específicos da Rede CFES a “promoção de processos de produção do conhecimento a partir da sistematização dos momentos de ação-reflexão-ação”, como parte do processo de formação, indicando a “organização, realização e sistematização de atividades formativas específicas nas metodologias de Assessoria Técnica em EcoSol.”

Para o processo de sistematização, o convênio previu encontros específicos para esse fim; reuniões periódicas tanto da equipe executora, quanto do CG e do CM, pagamento de consultoria para garantir o registro sistemático das atividades e contou com o apoio do grupo de pesquisa do PPG-Edu/Unisinos¹⁵. Além dos relatórios e documentos do Projeto, durante o processo formativo, buscou-se valorizar anotações, gravações, fotos, elaboração de pequenos textos/percepções descritos em tarjetas e cartazes, desenhos, poesias, registros das rodas de conversa (gravadas e transcritas). O grupo de pesquisa do PPG Edu/Unisinos organizou esses materiais em torno de eixos temáticos definidos conjuntamente na proposta de sistematização, que teve como finalidade:

- a) compartilhar as experiências de formação da região sul do Brasil,
- b) construir coletivamente conhecimentos por meio da reflexão sobre a prática,

15 O Grupo de Pesquisa coordenado pelo Prof. Telmo Adams, do PPG em Educação da Unisinos, foi parceiro no processo de execução e elaboração do Projeto CFES, especialmente no CM. Com apoio do CNPq, Projeto “Educação, trabalho associado e (des)colonialidade: estudo das experiências do Centro de Formação em Economia Solidária da região sul do Brasil”.

c) identificar e aperfeiçoar a metodologia de formação em EcoSol (os métodos de educação e assessoria técnica, no contexto da territorialidade, do desenvolvimento territorial e da Educação Popular),

d) comunicar / divulgar as experiências refletidas com seus aprendizados e assim contribuir para fortalecer os processos de formação para construir, aperfeiçoar e consolidar, tanto as práticas do Movimento de EcoSol, quanto as políticas públicas de Educação em EcoSol na região sul e no país.

A construção do processo da sistematização iniciou no II Encontro do CG (out/2013), de onde saíram os eixos e o foco do processo. No II Encontro do CM (jan/2014) foram definidas diretrizes, temas e objetivos, bem como o Plano de Sistematização, que foi aprovado no III Encontro do CG (mar/2014). Nos dois encontros regionais de sistematização (nov/2014 e set/2015), foram feitas reflexões coletivas sobre as experiências de formação/educação realizadas através do projeto.



I Encontro Regional de Sistematização – novembro de 2014.

O processo de sistematização levou em consideração o contexto da execução do projeto e articulou um conjunto considerável de elementos: experiências locais e territoriais, intencionalidades, necessidades de sujeitos individuais e coletivos com suas práticas, compreensões teóricas, sentidos e significados no fortalecimento do movimento e da construção da política pública de EcoSol. O vasto e rico material produzido nas atividades nos três estados trouxe belos depoimentos. A sistematização é um processo aprendente e ensaiante, que promove e fortalece o sentimento de pertença.

“Sobre o significado da sistematização, é processo de construção coletiva do conhecimento, valorizando os sujeitos e as boas

práticas. Significa conseguir identificar que somos parte de um processo e que estamos construindo um conhecimento, uma forma de ser, de agir, de produzir e que estamos aprendendo. E nessa sistematização se inclui a questão da valorização das pessoas. Não estamos produzindo pelo produto, estamos produzindo pelas pessoas. E dentro disso pensamos na questão da qualidade, funcionamento, de como as coisas podem fluir melhor, por isso a questão de aprender com a experiência. Sistematizar significa ver com clareza aquilo que estamos aprendendo e que estamos experimentando” (Curso, SC).

3.3. A Escolha dos Territórios

A atuação da EcoSol nos territórios é premissa central para se pensar e potencializar o desenvolvimento e a transformação social, amplamente debatido nos fóruns e conferências e nos espaços de articulação:

Para a economia solidária o território é onde se articulam as ações em prol dos nossos valores e princípios. É o espaço onde ocorrem as relações sociais, potencializando o que é de comum, respeitando as diferenças e construindo, a partir do diálogo, o sentimento de pertencimento e laços de identidade. Dessa maneira, cada território carrega as peculiaridades de sua região de abrangência, expressando assim uma identidade. (Relatório da V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2013, p.51)

Os critérios para a escolha das regiões/territórios a serem priorizados em cada Estado foram definidos na reunião ampliada do CG, em abril de 2013, e compartilhadas no Encontro Regional de Preparação Metodológica, em julho do mesmo ano. Ficou também definido que a escolha dos territórios seria feita em cada estado em consonância com os Fóruns Estaduais de EcoSol.

Entre as principais referências para a priorização dos territórios, estava o nível de organização da EcoSol, onde a economia solidária possui uma rede de interlocuções que possibilitam uma maior comunicação e diálogo para a mobilização dos empreendimentos solidários e onde existem políticas públicas de economia solidária, para que as experiências de economia solidária possam ter continuidade através da articulação com esferas institucionais.

Outro critério foi escolher territórios onde estivesse sendo implantado o Programa Territórios da Cidadania¹⁶ e onde houvesse possibilidade de articulação com ações de programas/projetos de políticas públicas vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria com vistas a contemplar pessoas e territórios que mais necessitam dos programas básicos de cidadania, de estar em consonância com a proposta de transversalidade da EcoSol e de promover a integração das políticas públicas de redução das desigualdades sociais.

O Rio Grande do Sul escolheu a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Região Sul; o Paraná definiu a Região Metropolitana de Curitiba e Cascavel; e Santa Catarina optou pela Região Litorânea e a Região do Contestado. Com exceção dessa última, que tem fragilidades ou ausência de políticas públicas de economia solidária, as demais regiões contam com um acúmulo de práticas na EcoSol.

No Rio Grande do Sul, a escolha dos dois territórios prioritários deu-se em diálogo com a coordenação do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária (FGEPS) que levou em consideração critérios avaliados para o fortalecimento da EcoSol no Estado. Na Região Sul do Estado foram priorizados os municípios de Pelotas e Rio Grande,

¹⁶ Veja resumo deste programa no capítulo “Conteúdos Trabalhados”.

por serem as duas cidades atuantes e mobilizadoras da região. Valorizou-se a boa organização dos Fóruns Regionais, com presença atuante no FGEPS. Em Rio Grande acontece a Feira Micro Regional Sul (uma das mais antigas Feiras de EcoSol do Estado). Além disso, a cidade de Rio Grande – como impacto das transformações ocorridas no porto marítimo, expandido na sua dinâmica econômica e social pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, recebeu um grande contingente de migrantes que foram em busca de emprego. Vale lembrar que esta região se destaca por ser a que, historicamente, conta com a maior concentração de pobreza do Estado do Rio Grande do Sul.

O segundo território do Estado do RS, Região Metropolitana incluindo o Vale dos Sinos, foi escolhido pela ativa organização e trabalho coletivo dos Fóruns de EcoSol, com um expressivo número de EES e EAF. Trata-se da maior concentração de população, sendo que o Vale dos Sinos é reconhecido como polo industrial coureiro-calçadista, que carece de diversificação da economia e oportuniza nichos em torno dos quais a EcoSol historicamente buscou materializar sua organização. O Vale dos Sinos possui um Fórum Regional de EcoSol com iniciativas peculiares, com contribuição efetiva nos Fóruns Municipais. Além do mais, também possui um Fórum dos recicladores/catadores e conta com apoio de Incubadoras Populares de EcoSol, ligadas às Universidades da região. Vale ainda destacar que as Prefeituras de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como o governo do Estado, desenvolveram, no início da década de 2010, o Projeto de Ações Integradas¹⁷ com ações de formação e organização da EcoSol.

17 Trata-se do Edital de Chamada Pública, nº 03/2011 (para municípios) e 04/2011 (para os Estados) da SENAES/MTE, voltado ao fortalecimento da EcoSol através de

No Paraná, a escolha dos territórios de Curitiba e Cascavel se deu em virtude da articulação já existente das pessoas envolvidas com a Economia Solidária, principalmente daqueles que fizeram parte do CFES na sua primeira edição e construção da presente proposta. Essas duas regiões/territórios eram aquelas onde os/as educadores/as da EcoSol continuaram se reunindo e fazendo formação independente do apoio das ações da política pública da SENAES.

O território de Cascavel se destaca pela forte atuação do agronegócio com expressiva presença no setor primário estadual. A região é responsável por 26% do total da produção de grãos do Estado. No entanto, mesmo sendo uma região considerada economicamente desenvolvida, cerca de 10% dos 1,1 milhão de habitantes vivem na linha de pobreza (conforme dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS¹⁸). Foz do Iguaçu, que faz parte da mesma região, tem grande concentração urbana e é região turística. Dados do Censo 2010 revelam que 24,3% da população do município vive abaixo da linha da pobreza.¹⁹

A Região Metropolitana de Curitiba, principal centro econômico e financeiro do Estado do Paraná, caracteriza-se por ser a quarta aglomeração urbana e com maior Produto Metropolitano Bruto (PMB) do país. Destaca-se pelo expressivo parque industrial, com boa diversificação produtiva entre os municípios, sendo que alguns deles se caracterizam como cidades-dormitório.

ações integradas no território.

18 Considera-se abaixo da linha da pobreza a população cuja renda domiciliar mensal *per capita* é inferior a meio salário mínimo.

19 <http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41>

Em Santa Catarina, o Território Litorâneo/Itajaí foi escolhido pelo significativo acúmulo histórico de construção de políticas públicas e fortalecimento do movimento EcoSol, considerando: a lei municipal de EcoSol e o Centro Público de Itajaí (referência nacional como espaço público de comercialização da EcoSol), um alto número de EES, a atuação do Fórum Local de EcoSol com boa articulação e capilaridade junto aos municípios da região. Valorizaram-se, nesse território, as possibilidades de mobilização e ampliação das ações da política pública juntamente com o fortalecimento do movimento EcoSol.

SC conta com um Conselho Estadual do Artesanato e Economia Solidária – CEAES, criado pela Lei nº 14.830, de 11 de agosto de 2009. Vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, constitui-se um órgão colegiado, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de promover a política estadual do Artesanato e Economia Solidária.

Já o segundo território, o do Contestado, foi escolhido por critérios distintos, quais sejam: o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o elevado índice de pessoas beneficiárias do Plano e a existência de poucas ações de políticas públicas de apoio à EcoSol. Também foi levada em conta a constituição recente do Fórum de Economia Solidária.

No decorrer do processo houve a necessidade de desenvolvimento de ações em outros territórios ou regiões, além dos inicialmente previstos, mas manteve-se o foco no público definido pelo projeto: educadores que atuam na assessoria técnica em EcoSol, gestores

públicos, professores da área profissional tecnológica, pessoas que acessam as políticas públicas usuários do Plano Brasil sem Miséria e lideranças do Movimento de EcoSolem cada Estado.

3.4. O Processo de Sensibilização e Mobilização

Como já colocado acima, foram priorizados, na mobilização das atividades, os seguintes sujeitos: lideranças do movimento de EcoSol, alunos/as e ex-alunos/as do PRONATEC, EJA, Mulheres Mil, Ensino Médio; educadores, profissionais, técnicos/as e gestores/as de outras políticas públicas (assistência social, saúde, meio ambiente, entre outros). Essa escolha, definida pela gestão compartilhada, buscou contemplar, de um lado, os sujeitos que já atuam na economia solidária, no intuito de ampliar o leque de informações e saberes, bem como promover uma maior aproximação e integração entre esses sujeitos e, de outro, contemplar as pessoas vinculadas aos programas e políticas do governo para expandir, sensibilizar e fomentar os conteúdos e as práticas de EcoSol.

Para a mobilização dos participantes foram utilizadas variadas estratégias, entre as quais se destacam:

- a) Promoção de atividades em Feiras de EcoSol;
- b) Parceria com processos de formação do Programa Mulheres Mil, EJA/PROEJA, PROJOVEM e PRONATEC;
- c) Parcerias com Incubadoras Universitárias Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), com os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IF's) e outras Organizações Governamentais e Não-Governamentais;

- d) Articulação com Fóruns Municipais, Regionais e Estaduais;
- e) Cartas convites, entrevistas e outros meios de levantamento de necessidades/ demandas nos territórios.

Entre as estratégias mobilizadoras, os critérios para escolha dos participantes foram: o mapeamento de projetos da SENAES, conveniados com a sociedade civil e com a gestão pública municipal e estadual; e a participação anterior em oficinas visando a continuidade do processo de formação em EcoSol.

A estratégia de mobilização foi distinta entre os espaços que já desenvolviam ações de apoio à EcoSol e aqueles que iniciaram a execução concomitantemente de projetos conveniados com a SENAES (Edital 003 e 004), com prefeituras e governos estaduais, que em seus editais já estimulava a integração nas atividades da Rede CFES. Vale acrescentar que foi uma definição do CG, CM e Equipe Executiva garantir a presença efetiva de representantes dos Fóruns de EcoSol, em especial de EES. A intenção da presença dos empreendimentos tinha em vista possibilitar o princípio metodológico de partir da experiência do trabalho destes, consolidando um processo permanente de formação entre os sujeitos construtores da EcoSol.

No Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo nas cidades de Rio Grande e Pelotas, a articulação e mobilização para a participação do público ligado ao PBSM realizaram-se, especialmente, por meio dos CRAS. E, para os EES já constituídos ou em organização, foi fundamental a atuação das incubadoras populares de EcoSol, do Instituto Federal Pelotas, Universidade Católica (UCPEL) e Federal de Pelotas (UFPEL). Levou-se em conta a articulação do Fórum Regional com a participação ativa das Incubadoras Universitárias que prestam as-

sessoria aos EES de forma compartilhada. Pela capacidade mobilizadora nestas duas cidades, foi possível envolver mais três municípios da região: Jaguarão, Canguçu e São Lourenço.

O desejo de compreender como funciona a EcoSol e o propósito de tornar a Economia Solidária um meio de organização emancipadora para usuários de políticas de assistência social foi um fator de mobilização e participação de gestores. A corresponsabilidade das parcerias das EAFs na mobilização das atividades do Projeto qualificou a presença e efetividade dos participantes. Nesse sentido, ficou evidente, no Rio Grande do Sul, que a mobilização junto ao Fórum de EcoSol, com destaque a algumas entidades parceiras, garantiu a presença significativa do público previsto nas atividades do CFES: agentes políticos, pessoas de EES, EAF e engajadas nos fóruns ou em outros espaços de organização popular e controle social.

No Paraná, foi feito um mapeamento e depois um chamado para os/as participantes do CFES I, do Fórum Paranaense de EcoSol, e pessoas que fizeram o curso de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade, do ano de 2012. Essas pessoas foram convidadas a se engajar no projeto em três áreas: facilitação de conteúdos, articulação e apoio. Em dezembro de 2013, realizou-se o primeiro encontro em Curitiba, onde se constituíram 3 grupos de trabalho conforme as áreas citadas, envolvendo 32 pessoas. Esses três grupos deram suporte ao trabalho do Instituto Nhandecy no Paraná, o que fortaleceu o conceito de gestão compartilhada.

A mobilização de gestores públicos atingiu a Fundação de Ação Social (FAS) e Secretaria de Economia Solidária de São José dos Pinhais, ambas do território de Curitiba; além de membros das Se-

cretarias de Agricultura e Abastecimento, EMATER/PR, agricultura familiar, Incubadoras de EcoSol ligadas a universidades e membros das Secretarias de Assistência (nos CRAS), Saúde e Trabalho. Com essa articulação, o CFES conseguiu despertar o olhar para novas formas de gestão e organização dos projetos sociais e comunitários subsidiados por estas políticas do governo.

O reconhecimento por parte dos participantes, da importância de trabalhar a partir dos territórios para implementação da EcoSol e das diversas políticas públicas foi de suma importância para o desenvolvimento das atividades de formação no estado. Trouxe uma nova perspectiva para uma rede de organizações, empreendimentos e gestão pública que manifestou a possibilidade de articulações e parcerias para além das estruturas já consolidadas como os fóruns locais e regionais da EcoSol, abrindo o campo de atuação e parcerias por meio da necessidade e interesse dos diferentes grupos sociais.

Em Santa Catarina, com a recente incorporação da abordagem territorial por parte da esfera pública, bem como pela sociedade civil organizada, encontram-se em construção várias experiências de apoio à constituição e fortalecimento de diferentes territorialidades: 8 territórios e 3 pré-territórios rurais, apoiados por ações coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); 3 Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) cujas ações são coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); 3 Territórios da Pesca, apoiados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); 2 Territórios da Cidadania com amplo conjunto de ações de mais de 20 ministérios, coordenados pela

Casa Civil e SDT/MDA; o território da Mesorregião da Fronteira do MERCOSUL apoiada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN), através do Programa PROMESO, com uma abrangência de 12 Associações das 21 no Estado com um total de 131 dos municípios.

Apesar dessa complexa rede político-administrativa ainda carecer de maior permeabilidade à participação da sociedade civil, a relação com pessoas e órgãos estratégicos dessas instâncias de organização garantiu um bom processo de sensibilização e mobilização para a participação nas atividades do CFES no Estado. A relação destacada com esses espaços da gestão pública favoreceu que neste Estado houvesse um número elevado de participantes dos GP nas atividades do CFES. A mobilização dos sujeitos que já atuam na EcoSol se deu através dos fóruns regionais nas dez regiões que possuem fóruns com trajetória de atuação reconhecida (Extremo Oeste, Chapecó, Contestado, Lages, Criciúma, Tubarão, Joinville, Florianópolis, Blumenau, Litorâneo/Itajaí), e que atuam no Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES).

Nos processos de avaliação das ações do CFES Sul, as estratégias de mobilização por “dentro” dos Fóruns foram destacadas como fatores que potencializaram o processo; colaborando de forma articulada para o fortalecimento do Movimento e facilitando na abordagem do público-alvo.

Em SC a mobilização aconteceu por dentro do Fórum Catarinense – como estratégia de articular os diferentes segmentos em Rede, a partir dos Fóruns. Isso foi muito importante para trazer uma variedade de lugares Institucionais para as Oficinas e Cursos, além de legitimar e fortalecer os Fóruns. Ainda assim percebeu-se que muitos grupos/lugares ficaram de fora. (Santa Catarina).

As Metas foram pensadas de forma articulada com o Movimento, ou seja, partindo também dos espaços do Fórum, mas não só. O grande desafio foi trazer os gestores públicos para a formação em função da não possibilidade de cobrir os seus custos pelo projeto. De qualquer modo, os espaços dos cursos foram importantes para fortalecer o Fórum Gaúcho, e seus coletivos. (Rio Grande do Sul).

Fazer acontecer os cursos demandou muito tempo e dedicação. Muitas visitas foram feitas para, primeiro, construir um processo de confiança e mostrar a importância do Projeto para o público beneficiário, para depois, ter a presença dos mesmos nos encontros. (Paraná).



4. OFICINAS E CURSOS DO CFES SUL

Entre 2013 e 2015, o CFES Sul realizou 60 oficinas, sendo 30 de 4hs e 30 de 8hs. 36 delas estavam inseridas na Meta 3 de Formação Inicial e 24 na Meta 4 para tratar dos núcleos temáticos / eixos da assessoria técnica em economia solidária. As oficinas foram organizadas por estado, sendo que algumas tinham caráter local/territorial e outras eram de abrangência estadual. Os temas variaram conforme os objetivos e o público, que se queria envolver. Muitas oficinas priorizaram o histórico do movimento de EcoSol e das políticas públicas de EcoSol, a necessidade de articulação entre as políticas públicas e a apresentação e discussão sobre a estratégia da Rede CFES como política pública de educação popular em economia solidária.

Entre 2014 e 2015, o CFES Sul realizou 02 cursos em cada um dos Estados (RS, SC e PR), envolvendo quase 300 pessoas, num total de 979 participações e 660 horas de formação. As ações de formação envolveram 1.944 participações e 1.096 horas de formação. Abaixo apresentamos a oficinas e cursos conforme a metas e etapas.

Meta 3. Formação Inicial sobre Economia Solidária para beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria e para agentes/educadores que atuam na promoção de políticas de superação da pobreza e ações de políticas públicas de elevação da escolaridade e de educação profissional e tecnológica.

M3E1 24 Oficinas locais/territoriais de 4h, sendo 08 em cada estado com 04 turmas (02 oficinas com cada turma), cada uma com 20 ex-alunos de políticas de educação profissional e tecnológica, sendo que em cada estado serão realizadas.

M3E2 06 Oficinas locais/territoriais de 4h, sendo 02 em cada estado em duas regiões prioritárias, cada uma com 20 instrutores/educadores de políticas públicas de educação profissional e tecnológica.

M3E3 12 Oficinas estaduais de 8h, sendo 04 em cada estado, para turmas diferentes de 20 agentes/educadores que atuam na promoção de políticas de superação da pobreza e ações de políticas públicas de educação profissional e tecnológica.

M3E4 03 Oficinas Estaduais de 8h, sendo 01 em cada estado, para turmas de 20 pessoas, com educadores da EcoSol e de projetos de políticas públicas vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria.

Meta 4. Formação sobre Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Superação da Pobreza (ES-DTS-SP) e apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária.

M4E1 03 Cursos Estaduais “Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial Solidário Sustentável e Superação da Pobreza”, sendo 01 em cada estado, com carga horária de 160h (05 módulos de 20h = 100h presenciais + 60h de alternância) para 40 pessoas em cada curso estadual.

M4E2 24 Oficinas Temáticas Territoriais de 8h, sendo 08 em cada estado, em torno dos 04 núcleos temáticos de formação e assessoria técnica (educação popular; finanças solidárias; comercialização e comércio justo e solidário; redes de cooperação solidárias), para turmas de 20 agentes/educadores.

M4E3 03 Cursos Estaduais de Formação e Assessoria Técnica em torno dos 04 núcleos temáticos (educação popular; finanças solidárias; comercialização e comércio justo e solidário; redes de cooperação solidárias), sendo 01 em cada estado, com carga horária de 60h (03 módulos de 20h) para 40 pessoas cada curso estadual.

Neste capítulo, vamos apresentar o conjunto de oficinas e cursos realizados e mais à frente vamos falar sobre os Conteúdos Trabalhados nos processos formativos.

4.1. Oficinas para ex-alunos do PRONATEC e Mulheres Mil

Entre 2013 e 2014, na Meta 3 Etapa 1, foram realizadas 24 oficinas locais/territoriais, de 4hs, de formação inicial (sendo 08 para cada estado) com ex-alunos do PRONATEC e Mulheres Mil.

A riqueza da diversidade de sujeitos envolvidos nas oficinas de formação inicial em economia solidária possibilitou maior visibilidade da EcoSol nos territórios e sensibilização de agentes das políticas públicas de superação da pobreza para a Economia Solidária como alternativa de geração de trabalho e renda, na perspectiva da auto-gestão coletiva do trabalho nas próprias comunidades. As oficinas realizadas com gestores e beneficiários de programas que integram o Plano Brasil Sem Miséria, além da sensibilização sobre EcoSol e suas práticas, oportunizaram vislumbrar caminhos de integração, inclusive com representantes de políticas e entidades que também atuam com pessoas em situação de vulnerabilidade social. Sobre o Pronatec foi observado que este programa está chegando onde antes era impensável, o que representa um avanço.

Com relação ao público do PRONATEC e Mulheres Mil refletiu-se que existe um campo fértil e que, se bem trabalhado, com mais formações e engajamentos no movimento da EcoSol, pode tornar-se um espaço de divulgação e irradiação. Neste sentido, estes grupos que se aproximam precisam de muito apoio e acompanhamento. (Oficina, SC).

Encontrei maneiras de formar novas parcerias para abrir o negócio e assim saber onde buscar assistência para dúvidas no processo de implementação de um empreendimento. (Oficina, CFES Sul).

Aproximar os atores que atuam com as políticas públicas em geral e os beneficiários dessas políticas para dialogar contribuir para solucionar conflitos e melhorar a eficiência dos serviços. (Oficina, PR).

Em Santa Catarina, foi possível envolver duas turmas de alunas do Programa Mulheres Sim, reclusas no Presídio Regional Feminino de Caçador. No Rio Grande do Sul, além do público de alunos e educadores do PRONATEC e Mulheres Mil, professores e alunos da Rede Pública Estadual do EJA e Ensino Médio também participaram destas oficinas.

Nos três estados do sul, a proposta da economia solidária de modo geral foi acolhida, as pessoas valorizaram e perceberam a necessidade de construção de alternativas ao trabalho formal, que resgatem valores de solidariedade, respeito às diferenças (gênero, geracional, raça, etnia, potencialidades, dificuldades...), respeito aos saberes de cada um, resgate dos vínculos comunitários e de ajuda mútua.

4.2. Oficinas para Gestores e Educadores/as de Educação Profissional

Entre 2013 e 2014, na Meta 3 Etapa 2, foram realizadas 06 oficinas locais/territoriais de formação inicial, de 4hs, voltadas a gestores/as, agentes e instrutores/educadores de políticas públicas de

educação profissional e tecnológica em cada oficina em Economia Solidária. Em todas elas houve demanda de continuidade e alguns participantes foram envolvidos nos Cursos Estaduais sobre Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial Solidário Sustentável e Superação da Pobreza.

4.3. Oficinas Gestores e Educadores/as Políticas Superação da Pobreza

Entre 2013 e 2014, na Meta 3 Etapa 3, foram realizadas 13 oficinas estaduais de 8h, sendo 04 no RS, 05 em SC e 04 no PR, voltadas para gestores/as, agentes e instrutores/educadores que atuam na promoção de políticas de superação da pobreza e ações de políticas públicas de educação profissional e tecnológica.

As oficinas do RS tiveram os seguintes objetivos e públicos:

- 1 – Sensibilização de Técnicos das incubadoras e bolsistas do Instituto Federal Sul para a proposta da EcoSol, desenvolvimento Territorial Solidário Sustentável e Superação da pobreza;
- 2 – Articulação de técnicos e bolsistas do NESOL e NESIC e instrutores/as que atuam nos programas Mulheres Mil e Pronatec para o curso estadual do CFES e para o tema da EcoSol.
- 3 – Formação em economia solidária, território e ações integradas para agentes de desenvolvimento local do projeto de ações integradas da prefeitura de São Leopoldo.
- 4 – Sensibilização de alunos/as do ensino médio e EJA para

a proposta de economia solidária: mundo do trabalho solidário.

Em SC, 04 oficinas tiveram como objetivos referendar a EcoSol como alternativa de trabalho e renda, na superação da pobreza e construção de um desenvolvimento territorial sustentável, e envolveram agentes que atuam na promoção de políticas públicas de superação da pobreza. A quinta oficina promoveu visita desse agentes/educadores de políticas públicas a uma empresa recuperada, tendo como foco o debate das cadeias produtivas.

No PR, as 04 oficinas envolveram agentes/educadores que atuam na promoção de políticas de superação da pobreza e ações de políticas públicas de educação profissional e tecnológica e tiveram como tema “Economia solidária: princípios e práticas”.

Conceitos de pobreza a partir da fala de participantes das oficinas:

Significa não ter o básico para uma vida digna, porém não é um fenômeno meramente econômico. Trata-se de uma realidade sócio histórica que tem a ver com a nossa história de colonização / escravidão; e desenvolvimento de um capitalismo tardio, dependente e concentrador de terras e meios de produção.

É resultado da exploração do trabalho, fruto da desigualdade oriunda do sistema capitalista de produção e consumo. É o acúmulo de pertences de uns sobre a escravidão dos outros.

Como uma situação causada por má distribuição de recursos significa a privação de direitos, oportunidades e exclusão de bens materiais e imateriais. É concentração nas mãos de poucos, algo típico de uma sociedade de classes.

Constitui-se uma violação dos Direitos Humanos, em função da apropriação privada dos bens socialmente produzidos. Uma

situação não natural, mas produzida pela má distribuição da renda e dos elementos necessários para a vida.

4.4. Oficinas para Educadores/as da EcoSol e Plano Brasil Sem Miséria

Em 2014, na Meta 3 Etapa 4, foram realizadas 03 oficinas estaduais articuladas com os Fóruns Estaduais de Economia Solidária com o objetivo de sensibilizar agentes e educadores/as da EcoSol para as políticas públicas. No Paraná, o tema foi “Economia solidária, coletivo de educadores e gestão política pedagógica dos processos”. Em Santa Catarina, foi sobre “Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial Solidário Sustentável e superação da pobreza”. E, no Rio Grande do Sul, “Análise de conjuntura e organicidade da EcoSol RS”.

4.5. Curso EcoSol, Desenvolvimento Territorial e Superação da Pobreza

Em 2014 e início de 2015, na Meta 4 Etapa 1, os 03 estados do Sul (RS, SC e PR) realizaram, cada um, os 05 módulos e as atividades de alternância do Curso Estadual “Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial Solidário Sustentável e Superação da Pobreza”, contanto com a participação média de 40 participantes por encontro (variando entre 29 e 53 pessoas). Ao final de cada curso as pessoas elaboraram cartas pedagógicas relatando seus aprendizados adquiridos no decorrer do processo formativo. O objetivo do curso era: ampliar e qualificar a compreensão e a ação de agentes de de-

envolvimento e lideranças da economia solidária, para afirmar e fortalecer experiências da economia solidária como alternativa de desenvolvimento territorial solidário e sustentável e da superação da pobreza.

M4E1: Curso Estadual Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial Solidário Sustentável e Superação da Pobreza

Módulo I	Natureza e lógica da economia capitalista e da EcoSol; mundo do trabalho e economia solidária; trabalho, gênero e EcoSol; políticas públicas de EcoSol.
Módulo II	História e lógica do desenvolvimento brasileiro e regional / local; território; desenvolvimento territorial sustentável e solidário.
Módulo III	Concepções de pobreza; causas históricas da pobreza no Brasil; políticas públicas de superação da pobreza.
Módulo IV	Desafios na viabilidade da EcoSol e na construção do desenvolvimento territorial sustentável e solidário.
Módulo V	A Economia Solidária como instrumento de redução das desigualdades na perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário.

O conteúdo referido no quadro acima se desenvolveu, com algumas variações, em cada um dos estados. Para a memória do curso foi iniciado, na primeira etapa de Santa Catarina, a construção coletiva do que se chamou de “Nosso Cordel”. Todos/as os/as participantes escreviam suas expectativas e avaliações, versos, mensagens, dizeres, ou sentimentos que eram despertados durante a atividade e que sentiam vontade de compartilhar. Esses materiais eram colocados numa “varal” (um fio estendido num dos cantos da sala) tornando visíveis os materiais produzidos.

4.6. Oficinas Temáticas

Entre 2014 e 2015, na Meta 4 Etapa 2, foram realizadas 24 oficinas temáticas territoriais, de 8hs cada, em torno de 04 núcleos temáticos de formação e assessoria técnica: Formação; Finanças Solidárias; Comercialização e Comércio Justo e Solidário; Redes de Cooperação Solidárias.

O objetivo destas atividades foi articular ações de formação e assessoria técnica para a EcoSol nos territórios; contribuir na construção de diretrizes metodológicas para formação e assessoria técnica, voltadas ao fortalecimento de experiências de economia solidária como estratégia para a construção de um desenvolvimento territorial solidário sustentável.



Oficina Temática Paraná – fevereiro de 2015.

4.7. Curso Educação Popular, Comercialização, Redes e Finanças

Em 2015, na Meta 4 Etapa 3, os 03 estados do Sul (RS, SC e PR) realizaram, cada um, os 03 módulos do Curso Estadual “Educação Popular e Economia Solidária, Finanças Solidárias, Comercialização e Comércio Justo e Solidário e Redes de Cooperação”, contando com a participação média de 43 participantes por encontro (variando entre 30 e 59 pessoas). Os objetivos deste curso foram:

- a) Socializar os referenciais conceituais, objetivos, diretrizes metodológicas e instrumentos utilizados nas atividades de assessoria técnica identificadas nas oficinas territoriais;
- b) Socializar e debater as concepções e diretrizes que orientam as ações de políticas públicas de formação e assessoria técnica nos quatro núcleos temáticos (educação popular, finanças Solidárias, comercialização e comércio justo, redes de cooperação);
- c) Socializar e debater as compreensões e contribuições das ações dos participantes dos cursos com o desenvolvimento territorial sustentável e solidário;
- d) Construir sínteses sobre os referenciais conceituais, os pressupostos e os instrumentos metodológicos adequados para a formação e assessoria técnica em economia solidária nos quatro núcleos temáticos.

M4E3: Curso Estadual Educação Popular e EcoSol, Finanças Solidárias, Comercialização e Comércio Justo e Solidário e Redes de Cooperação

Módulo I Educação popular e assessoria técnica em economia solidária.

Módulo II Comercialização e Comércio Justo e Solidário; Redes, Cadeias e Arranjos Produtivos Locais.

Módulo III Finanças Solidárias.

O módulo I *“Educação e Assessoria Técnica”* buscou trabalhar a relação entre Educação Popular e Assessoria Técnica, onde se privilegiou o diálogo reflexivo e aprendente a partir de experiências compartilhadas e da relação dialética entre prática e teoria.

O módulo II *“Comercialização e Comércio Justo e Solidário, Redes e Cadeias Produtivas”* refletiu sobre como tem se dado o processo de assessoria técnica nessa área, destacando o aprendizado a partir das experiências que já se consolidam como possíveis. O ponto de partida foi identificar o que o movimento diz sobre isso e as ações que a política pública tem assimilado e desenvolvido nessa área. Além da compreensão de cada conceito e sua relação com a prática, foi trabalhada, igualmente, a inter-relação entre essas diversas frentes.

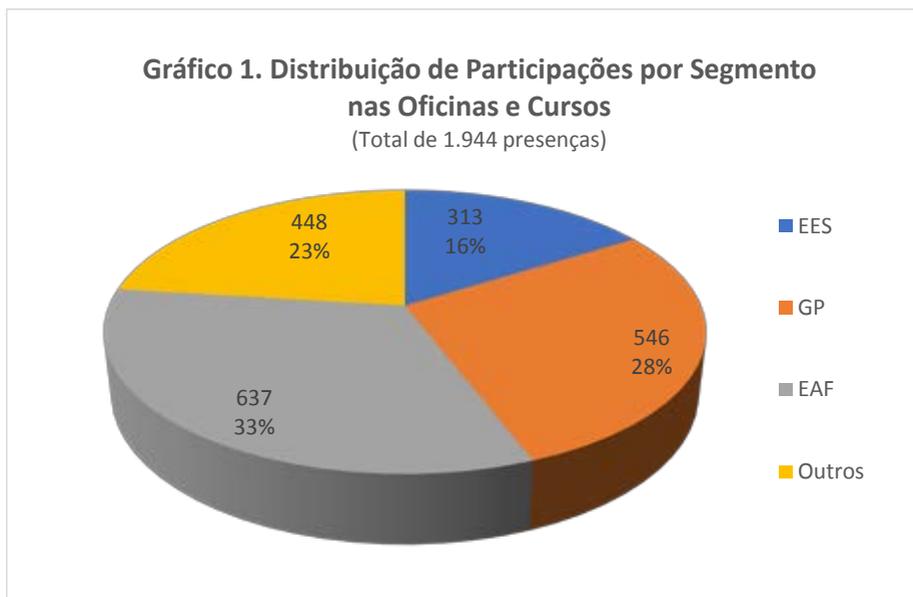
O módulo III *“Finanças Solidárias”* buscou apresentar as três formas de finanças solidárias (fundos solidários, cooperativas de crédito e bancos comunitários de desenvolvimento), suas possibilidades de acesso, bem como apresentar trocas e experiências de finanças solidárias na Região Sul.



5. OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PERCURSO FORMATIVO

Conforme vimos no capítulo anterior, as oficinas e cursos realizados pelo CFES Sul entre 2013 e 2015 envolveram 1.944 participações. No detalhamento a seguir, com apoio de alguns gráficos²⁰, vamos apresentar interpretações que julgamos pertinentes.

5.1. Por Segmento da EcoSol

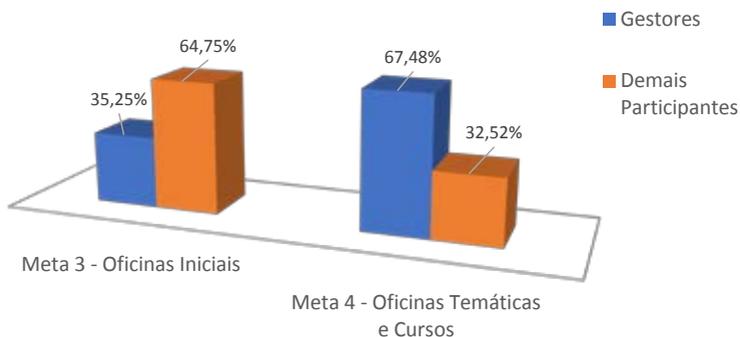


Fonte: Listas de Presenças e Fichas SIPES.

²⁰ Gráficos elaborados pelo Grupo de Pesquisa PPGEdu/Unisinos. A contagem dos participantes se refere às comprovações por meio das listas de presença, sendo que muitas pessoas participaram de atividades com mais de uma etapa. Por isso nos referimos, ao total de participações (e não de participantes).

Gráfico 2. Proporção da Participação de Gestores/as e Educadores/as de Políticas Públicas por Meta

(Total de 1.944 participações)



Fonte: Listas de Presença das Oficinas e Cursos.

Discriminamos abaixo a participação em cada um dos segmentos:

a) Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): 312, entre rurais e urbanos atuantes em áreas como confecção, alimentação, construção civil, artesanato, finanças solidárias, prestação de serviços, catadores/recicladores, etc. De acordo com o Atlas da EcoSol (2013),²¹ o número cadastrado de EES na região sul é de 3.295, o que significa uma representação aproximada de 10%.

b) Gestores Públicos²² (GP): 546, ligados à Secretária de Assistência Social, Secretarias de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico,

21 Dados disponíveis em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>.

22 Destaca-se o índice elevado de participantes deste segmento no Estado de Santa Catarina. Observamos que houve forte presença de professores/as e técnicos/as dos Institutos Federais e que em SC foram incluídos entre os GP e não como EAE, como aconteceu no PR e RS.

Habitação, Educação e Qualificação Profissional e Tecnológica, entre outras secretarias que participaram pontualmente em cada Estado. O gráfico 2 mostra que a presença de gestores/as e educadores/as das equipes executoras de prefeituras e governos estaduais, de projetos de políticas de EcoSol financiados pela SENAES foi bem significativa, sobretudo na *meta 4*, conforme previsto em Edital e Termo de Referência da SENAES que estimulou a articulação entre as diferentes ações de políticas públicas de educação em EcoSol.

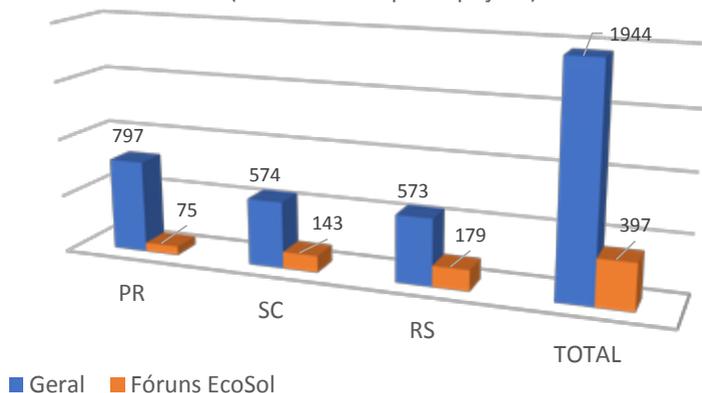
c) Entidades de Apoio e Fomento (EAF): participaram 637, destacando-se, universidades, institutos federais, organizações não governamentais, instituições eclesiais como a Cáritas, Pastoral da Criança, entre outras.

d) Outro tipo de público: 448 participantes, como estudantes de EJA/PROEJA, dos Programas Mulheres Mil²³ e PRONATEC. Destaca-se a presença efetiva, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, de representação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/MTE - ao longo do percurso formativo do Projeto CFES Regional Sul.

23 O programa “Mulheres Mil” atende, prioritariamente, mulheres sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto, em situação de vulnerabilidade social, maiores de 18 anos e moradoras de comunidades com baixo IDH (Informação do IFSC).

Gráfico 3. Proporção de Representantes de Fóruns de EcoSol nas Oficinas e Cursos

(Total de 1.944 participações)



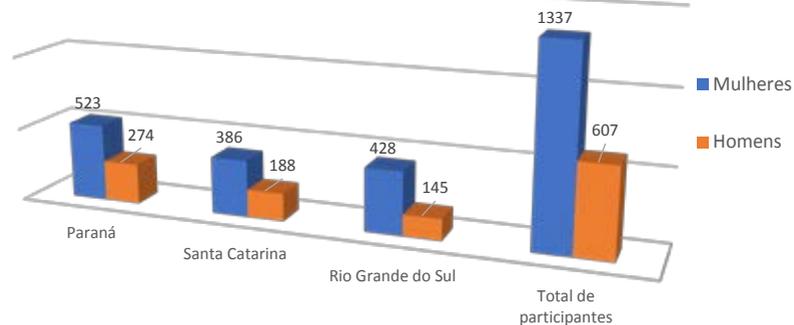
Fonte: Listas de Presença das Oficinas e Cursos.

Destaca-se que 397 participações nas atividades do CFES Sul (relativos a 20% do total), tinham relação com fóruns de EcoSol, com destaque aos estados do Rio Grande do Sul (179) e Santa Catarina (143). Isso reflete o esforço de garantir a participação dessas representações nas atividades do CFES como estratégia metodológica de refletir as práticas do trabalho autogestionário. A participação de diversos setores e segmentos da EcoSol contribuiu nas reflexões do processo formativo e no fortalecimento do movimento valorizando a diversidade de práticas que atuam nas comunidades e territórios na relação com as políticas públicas locais.

5.2. Mulheres e Homens

Gráfico 4: Participação de Mulheres e Homens nas Oficinas e Cursos por Estado

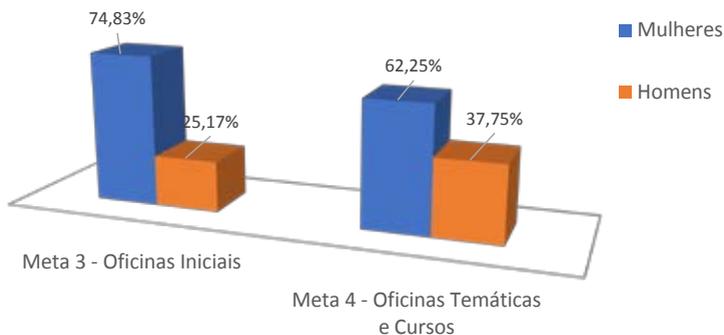
(Total de 1.944 participações)



Fonte: Listas de Presenças e Fichas SIPES.

Gráfico 5. Participação de Mulheres e Homens nas Oficinas e Cursos por Meta

(Total de 1.944 participações)



Fonte: Listas de Presenças e Fichas SIPES.

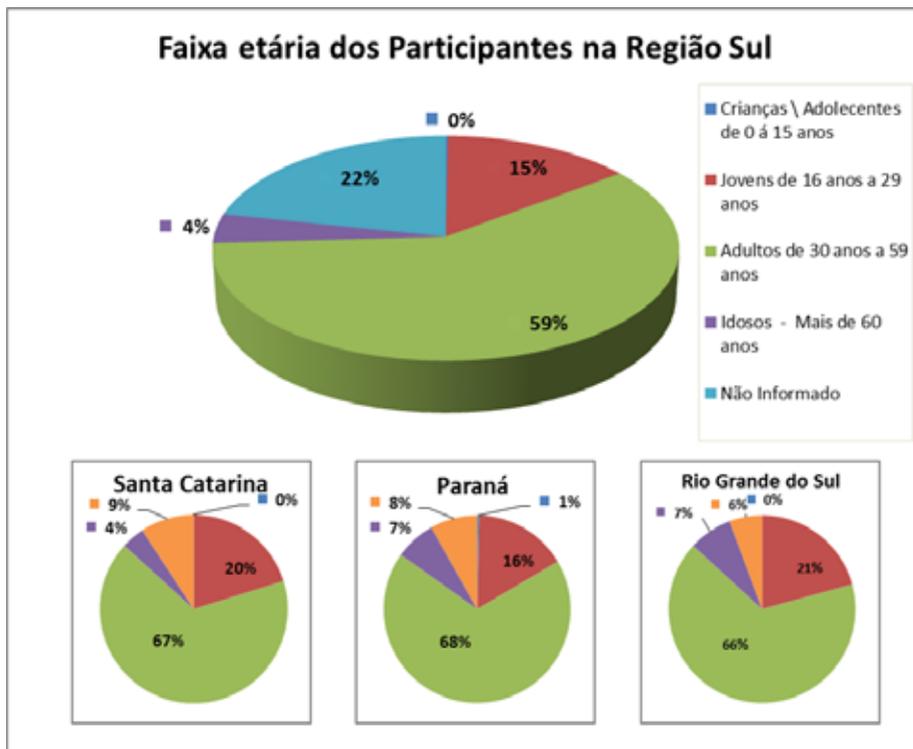
O gráfico 4 ilustra a diferença quantitativa na participação das mulheres e dos homens: no total, foram 1.337 participações de mulheres e 607 de homens, proporção que se mantém nos três estados. O gráfico 5 mostra a maior participação de mulheres nas oficinas iniciais preferencialmente dirigidas ao público da PBSM; e o crescimento do número de homens nas oficinas temáticas e cursos da meta 4, que envolveu um número mais elevado de gestores e sujeitos de EAF²⁴. Vale observar que nas atividades da meta 4 houve maior participação de gestores públicos, cuja maior representatividade foi masculina. Além disso, os cursos tinham carga horária muito grande com a exigência de permanência de alguns dias fora de casa, com distâncias geográficas por vezes significativas. Este fato, ainda tende a favorecer a maior presença de homens, pois sabe-se que muitas mulheres não têm como deixar suas famílias por mais de um dia.

Observamos que a maior parte dos empreendimentos que participam nas ações de formação da economia solidária são grupos de pequeno e médio porte (até 20 sócios/as), que são constituídos majoritariamente por mulheres. Segundo o Atlas da EcoSol (2013), *“chama a atenção o fato de que as mulheres predominam nos empreendimentos de menor porte — de 2 a 10 sócios e de 11 a 20 sócios”*. Vale observar que a maioria dos empreendimentos acima de 50 sócios são do meio rural e neles *“a predominância é claramente de homens”*.²⁵

24 A Meta 3 consistiu em 36 oficinas e a Meta 4 em 24 oficinas temáticas e 02 cursos (com 05 e 03 etapas).

25 II Mapeamento da região sul, disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/ii-mapeamento-da-economia-solidaria-regiao-sul-cartilha-informativa.pdf>.

5.3. Faixa Etária

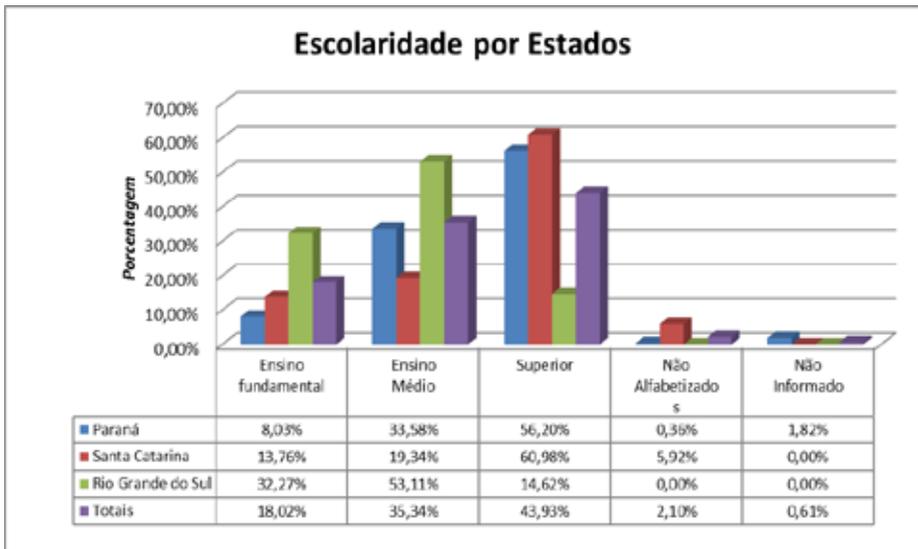


Fonte: Fichas SIPES²⁶.

Neste gráfico chama atenção a grande concentração de participação de pessoas na faixa entre os 30 aos 59 anos (59%). É importante observar que 22% das participações não informaram a faixa etária. No entanto, esta proporção se aproxima da realidade e a distribuição é muito semelhante entre os três estados.

²⁶ É importante observar que os dados dos próximos gráficos foram obtidos exclusivamente a partir das fichas SIPES, enquanto os gráficos anteriores obtiveram informações das listas de presença das atividades.

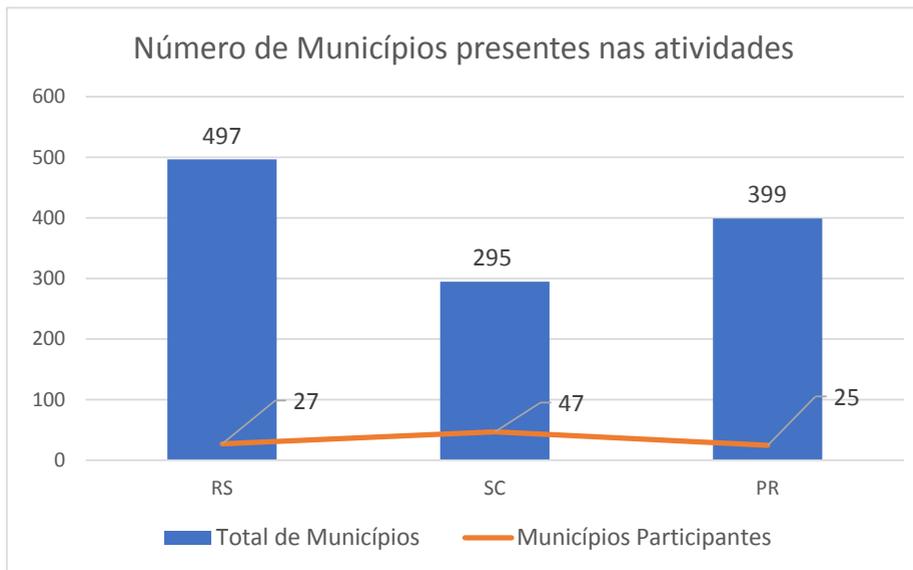
5.4. Escolaridade



Fonte: Ficha SIPES.

Neste gráfico, chama atenção a diferença na distribuição do grau de escolaridade entre os três estados, enquanto no RS há uma pequena proporção de participantes com nível superior, em SC e no PR este número dobra em relação ao RS. É provável que em SC esse aumento esteja relacionado com a maior participação de educadores/as e gestores/as ligados às universidades, setores públicos e ONGs. Também chama atenção o índice de não alfabetizados em SC, que provavelmente estão entre as pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no território de maior vulnerabilidade social.

5.5. Municípios Presentes nas Atividades



Fonte: Fichas SIPES.

As atividades do PR tiveram participantes de 25 municípios, 6% de um total de 399. Em SC, tivemos participantes de 47, 16% dos 295 municípios do estado. No RS, foram atingidos 27, 5,4% de um total de 497 municípios. Isso nos aponta a presença de 8% da totalidade dos municípios nos três estados, em contato direto com o processo formativo do CFES Sul.

SANTA CATARINA

Palto
Linha Sulina
Trabalho Público e Privado
Mesa da Defesa do Estado
1978-1980
Linha Sulina
do trabalho?

Palto
• participação
do país no trabalho
• formação profissional
• trabalho
• trabalho

Palto
• linha de gestão
política municipal e
Municipal
• trabalho
• trabalho

+ divulgação de
CCES
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho

Palto
• linha de gestão
política municipal e
Municipal
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho

? autogestão?

• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho

Palto
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho

? controle social?

TERRITÓRIO

Dimensão política ao espaço-
reconhecido e identificado- como
unidade da gestão política que o
distingue e a ele atribui existência,
de certa forma, institucional.

Palto
- após em CCES
- participação no Fórum
- atuação da Rede de
Lectores
- Central de CCES
- Metodologia de SRP

Palto
MST
CCES
Lectores
Sede Chapão
CCES
CCES

APL - ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

SRP - SISTEMAS LOCAIS DE PRODUÇÃO

MIRIBACIAS/BACIAS HIDROGRÁFICAS

ECOSSISTEMAS/AGROECOSSISTEMAS

LOCAL / LOCAL

Palto
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho

Palto
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho
• trabalho

IDENTIDADE

'São os traços distintivos que
possibilitam o reconhecimento e a
... diante do processo

6. EDUCAÇÃO POPULAR

A educação popular é uma construção coletiva que nasce na América Latina a partir de práticas educativas junto a classes populares que têm como meta a releitura das práticas dominantes e dominadoras nas quais essas classes estão inseridas de forma subordinada, tendo em vista a transformação das condições materiais e subjetivas que produzem e reproduzem cotidianamente as relações de subordinação entre as classes que concentram os capitais econômico e político e as classes que são destituídas desses capitais. Ela é simultaneamente prática e teórica e se conecta com movimentos e organizações populares. Neste capítulo, vamos apresentar as diretrizes da educação em economia solidária, alguns conceitos da educação popular e vivências experimentados nos percursos formativos do CFES Sul.

6.1. Diretrizes Políticas e Metodológicas para Educação em EcoSol

Abaixo reproduzimos algumas das diretrizes do FBES e da SENAES para a educação em EcoSol, que estão na Normativa nº 8 – FBES/SENAES, de 04 de julho de 2012, “Diretrizes Políticas e Metodológicas para Educação em EcoSol”:

a) A utilização dos princípios e valores da Economia Solidária, os fundamentos, as práticas e metodologias da Educação Popular, com respeito e valorização dos saberes locais, visando uma formação contextualizada no tempo e no espaço;

b) Desenvolvimento participativo de processos e metodologias adequadas de reconhecimento, validação e certificação de saberes dos/as trabalhadores/as;

c) Reconhecimento das experiências e dos saberes dos/as trabalhadores/as envolvidos/as valorizando-os/as como sujeitos dotados de identidades socialmente construídas, capazes de um uso sustentável dos recursos naturais com base na diversidade cultural, étnica, social, geracional e de gênero;

d) Valorização da diversidade e pluralidade das experiências de formação e assessoria técnica em Economia Solidária, reconhecendo o acúmulo dos saberes e concepções dos sujeitos formadores e educadores em Economia Solidária. Implica buscar, nos princípios da economia solidária e da pedagogia de uma educação popular transformadora e libertadora, um caminho de convergência com as iniciativas de outras organizações e movimentos sociais, universidades, centros de estudo e pesquisa, empreendimentos econômicos solidários e órgãos públicos;

e) Afirmação da gestão participativa dos/as trabalhadores/as de empreendimentos solidários na construção e no desenvolvimento das atividades formativas, afirmando o princípio da pedagogia da autogestão e da autogestão da pedagogia;

f) Valorização da “pedagogia da alternância” que permite integrar momentos presenciais de reflexão e aprendizados coletivos de um processo formativo por meio da experimentação. As reflexões e aprendizados do momento presencial são praticados no espaço de trabalho e vivência comunitária dos empreendimentos solidários, favorecendo a experimentação e a multiplicação dos aprendizados

do momento presencial e a realimentação das reflexões coletivas no próximo momento presencial. Essa dinâmica de teoria-prática-teoria possibilita questionamentos e reflexões coletivas para o enriquecimento e reformulações de projetos e práticas educativas em economia solidária;

g) Articulação com o conjunto das ações de políticas de fomento e apoio à economia solidária, permitindo a integração e a complementaridade entre as políticas públicas e os órgãos governamentais e a relação com outras organizações da sociedade civil na gestão participativa de políticas públicas e do desenvolvimento territorial;

h) Integração das ações de formação e assessoria técnica para o desenvolvimento de tecnologias adequadas para a sustentabilidade de empreendimentos e de redes e cadeias de cooperação solidária integrando a autogestão do trabalho e os resultados econômicos.

i) Formação continuada de educadores/as da EcoSol com utilização e apoio à construção de tecnologias sociais pela economia solidária.

j) Articulação e socialização da diversidade de ações de formação e assessoria técnica da economia solidária, desde o planejamento de produção, prestação de serviços, comercialização, consumo e crédito dos empreendimentos como as suas articulações em cadeias de produção e redes de produção, prestação de serviços, comercialização, consumo e Finanças Solidárias.

k) Planejamento e realização de processos estruturados de avaliação e sistematização das experiências educativas em Economia Solidária, possibilitando reformulações nas práticas educativas e contribuindo com a produção e a socialização de conhecimentos e de

tecnologias sociais;

l) Utilização da abordagem do desenvolvimento territorial como estratégia de reorganização social, econômica, política, cultural e ambiental;

m) Em todas as práticas educativas, focar a promoção da saúde, segurança, qualidade de vida dos/as trabalhadores/as, suas famílias e comunidades;

n) Construção do conhecimento e do desenvolvimento na perspectiva do Bem Viver, considerando o conjunto dos elementos que formam a vida de um território e do Planeta, numa compreensão baseada na cosmo visão dos povos originários, em que todos os seres vivos fazem parte da mesma natureza, da mesma cultura de vida e de futuro.

o) Utilização da pesquisa participativa como referência de estratégias de ação e construção do conhecimento;

p) Valorização e diálogo entre a diversidade política, econômica, social e cultural dos movimentos sociais populares que integram a Economia Solidária para fortalecer a construção da unidade na diversidade das formas de resistência às discriminações e desigualdades e fortalecer a utopia inspiradora de outro mundo possível;

q) Contribuição para a articulação territorial e nacional de rede de educadores/as populares da economia solidária e de outros movimentos e organizações sociais que dialogam com os princípios e perspectivas da economia solidária;

r) Contribuição na reflexão sobre os fóruns de economia solidária como espaços de convergência das ações dos empreendimentos

econômicos solidários e de todas as ações em redes e cadeias de produção, finanças solidárias, comercialização e consumo, contribuindo, assim, com o fortalecimento dos circuitos e oportunidades de comercialização existentes e com a construção de experiências de outros mercados de consumo consciente e responsável da economia solidária;

s) O Projeto Político Pedagógico Participativo (PPPP) de EcoSol deve retratar a concepção de sociedade, de mundo e de educação que se quer construir com a participação dos sujeitos sociais. Precisa ser estimulado como instrumento teórico-metodológico que contém princípios, diretrizes e propostas de ação a fim de contribuir para a reflexão, organização, sistematização e ressignificação das atividades desenvolvidas nos espaços educativos, orientando e fundamentando um conjunto de ações pedagógicas.

Versão Poética (Grupo sobre Educação em EcoSol)²⁷

Fugindo de um mundo conhecido rumo ao desconhecido

Um novo território foi descoberto

Caminho incerto

Mas é preciso delimitar e conhecer

Colocar o pé na estrada e ir lá ver;

Investigar o local

Conhecer o pessoal

Não apenas ensinar, nem só aprender

Trocar conhecimento para crescer

Mergulhar na prática e praticar

Não apenas só ler e reler sem nada entender;

Alternando conhecimento teórico e prático para variar

Não apenas observar

Ir no local, colocar a mão na massa e praticar

Não apenas fazer o trabalho pelo outro

E sim ensinar

Não só ficar de longe, olhando e pesquisando;

Se juntar e junto trabalhar.

27 André Alvarez, Nathana Serrat e Rosete Nunes, versão poética do grupo a partir da reflexão sobre a Recomendação nº 8 – SENAES - na I Oficina Assessoria Técnica – RS, 19-21/05/2015.

6.2. Algumas Referências Político- Metodológicas

Ao pensarmos os fundamentos da educação popular em economia solidária, nos deparamos com a seguinte questão: a EcoSol nasce e se desenvolve dentro de uma sociedade estruturada na competição e na exploração do trabalho humano, cuja lógica penetra em todas as esferas da sociedade, inclusive nos processos de interação e relações locais. A pergunta que se faz é: quais as propostas pedagógicas coerentes com a economia solidária capazes de construir novas relações econômicas e sociais? Como ajudar na construção de uma sociedade que se estrutura na lógica do bem viver?

6.2.1. Fortalecimento de Coletivos

O local é o lugar da vida, dos saberes e dos direitos, por isso é importante o fortalecimento do local e suas organizações sociais.

Cabe à Educação Popular criar as condições para que os sujeitos que vão se construindo enquanto atores sociais individuais e coletivos aprendam a ser solidários, saibam trabalhar em grupos contribuindo para construir no dia a dia, em seu território, uma vida orientada por outros valores, questionando e fazendo a crítica à realidade social vivida. É, pois, uma outra educação possível capaz de fazer emergir um outro mundo pela ação destes novos atores sociais (MEJÍA, 2011).

É necessário que a educação em economia solidária esteja vinculada aos movimentos de resistência e denúncia das diversas formas de exploração e da violação de qualquer direito. A concepção de Pedagogia no âmbito da Educação Popular se entende

Como parte de um projeto político e cultural no campo da ação educativa [transformadora]. Portanto, não é somente um saber

teórico ou prático da educação, senão que implica o envolvimento do sujeito e grupos de referência em uma organização da sociedade e da cultura; e por sua vez, reestrutura o educativo para que possa servir a esses fins que levam a uma reconstrução da sociedade em um sentido diferente. (MEJÍA, 2011, p. 112).

A EP parte do que as pessoas trazem consigo, para então, se aprofundar teoricamente nos temas propostos em cada módulo. Neste processo de formação, partilhamos da afirmação Paulo Freire que diz que “*não há saber mais, ou saber menos, há saberes diferentes*” que se unem na construção de seres mais, ou seja, seres coletivos, empoderados e cientes de seus direitos e dos processos democráticos em seus diferentes níveis e instâncias.

6.2.2. Valorização dos Saberes

A educação popular parte do princípio de que todas as pessoas têm saberes que são muito importantes. Em geral a sociedade capitalista despreza os saberes das classes populares. A EP traz pra dentro dos espaços de formação os saberes populares e valoriza esses saberes. O/A educador/a tem o papel fundamental de provocar reflexões que valorizem essas experiências e saberes.

A EcoSol se pauta pela diversidade, inclusive a educação popular traz isso em seu bojo (...) Desconstruir conceitos, sentidos e significados que provocam nosso lugar comum incomoda, tira as pessoas do lugar comum. (depoimento de participante).

A educação popular desde que eu entrei na EcoSol me chamou atenção. Tudo pra mim é novidade, nesse tema não tem uma coisa que chamou a atenção, tudo é importante. Pra mim a Educação Popular (...) é você ter seus conceitos formados e chegar

ali e desconstruir, desconstruir pra ti e construir com a outra pessoa. É construir o que ela entende sobre qualquer assunto, no caso da EcoSol, e aí é complicado, porque você não tem o domínio sobre a pessoa. Tá ali, todos são importantes, é uma experiência aprendente. Tu tá ali construindo junto – esse construir junto com a outra pessoa pra mim é difícil. Pra mim é muito complicado. É mais fácil ser no vertical - eu faço, eu mando e eu domino, - do que o horizontal onde todos nós “dominamos”. Eu consegui visualizar que o que eu sei é importante, o que o outro sabe é importante; e que não só o que tá no livro é interessante. Todo mundo tem essa importância. É uma construção coletiva. Pra mim foi muito importante o CFES, pois foi aqui o pouco que eu sei se torna importante. (Participante do II Encontro Regional de Sistematização, set/2015).

Pra mim o que foi mais importante foi o fato de estar GP, EAF junto de EES. Foi o mais importante! (...) é fácil a gente de EAF chegar e colocar o conhecimento que a gente sabe no EES... E aqui não, foi todo mundo junto, construiu um conceito, foi importante por isso. É ver Gestor, EES falando a mesma língua e EAF falando a mesma língua - Construindo uma linguagem só (II Encontro Regional de Sistematização).

Foi um despertar para outra forma de fazer o processo de ensino e aprendizagem, de aprender e ensinar, de viver o conhecimento. Exigiu abertura, compreensão, vontade de aprender, exercício pessoal e coletivo de quebra de paradigmas formais e informais do corpo, da mente e corações; de verdades alicerçadas em uma cultura individualista e assistencial. Isso abriu para uma reflexão crítica sobre questões estruturais mais amplas, as que embasam a forma como instituições tradicionais foram/são concebidas (a escola, a família,...) e abriu vários pontos convergentes de (re)pensar como estas estruturas sociais e a própria sociedade (eles se incluindo neste processo) se reproduzem e se mantêm; e que precisam ser transformadas: o ser humano necessita passar por um processo radical de transformação humanizante e humanizadora (II Encontro Regional de Sistematização, set/2015).

É importante que a EP parta das experiências dos sujeitos que vivem o desafio da viabilidade do trabalho coletivo e autogestionário, valorizando as experiências de vida, as condições materiais e subjetivas, a história e o lugar de vivência das pessoas. Sem perder a perspectiva histórica de constituição e formatação da sociedade em que vivemos.

Ao falar de nossa própria história estamos colocando o passado, o presente e o futuro, em seus lugares, onde cada um integra o outro. Este revisitar abre para o coletivo a convergência entre as histórias de vidas. E se estamos mobilizados em torno de fazer uma outra história possível (contra hegemônica), é fundamental compreendermos que nossas origens, nosso passado nos ensina junto com o presente, projetando o amanhã hoje. (Curso, PR).

O intercâmbio de experiências também é muito importante, tanto através de visitas como através de relatos. É muito importante a gente conhecer as experiências dos outros para abrir horizontes, possibilidades de articulações e para criar um certo estranhamento em relação a nossa própria experiência.



Curso Rio Grande do Sul – outubro de 2014.

A leitura também faz parte do nosso processo de educação. Ler é um jeito de dialogar com o conhecimento de pessoas que sistematizaram determinadas experiências.

Outra questão que devemos observar nos processos formativos é a democratização e acesso ao conhecimento, para que o conhecimento seja livre e não propriedade de alguns que dele se apropriam. O FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária criou a Cirandas²⁸ uma ferramenta na Internet para democratizar conhecimento e promover a articulação econômica, social e política de quem gosta da

28 <http://cirandas.net/>

economia solidária ou vive dela. O CAMP criou o Fazer Solidário²⁹, que é uma plataforma na Internet onde há espaço para troca de experiências e estão disponibilizados vários vídeos (aulas curtas ou depoimentos) sobre educação e EcoSol.

6.2.3. Compartilhamento de reciprocidades

A economia tradicional, que funcionava desde o antigo comunitarismo com uma forte dimensão de reciprocidade (típico dos povos originários da América e África), foi substituída na lógica capitalista pelo aspecto da produção de mercadorias em escala, voltadas para o valor de troca, a serem mercantilizadas. Na economia solidária, se busca integrar ao processo de produção a vida relacional de seres humanos trabalhador@s, que têm por natureza uma capacidade amorosa, solidária. Assim, é possível dizer que relaciona a produção e reprodução material da vida, atrelada a organização social entorno de valores humanos, afetivos e éticos que são comuns.

E a ideia da reciprocidade é tratada por vários autores. Aqui e no caso da economia solidária, se relaciona com a prestação de ajuda mútua, ao mutirão, ao compartilhamento do trabalho, manejo coletivo dos recursos que são comuns e na solidariedade econômica. Ter como princípio a reciprocidade passa pela preocupação com a satisfação das necessidades elementares das pessoas que são próximas e, por extensão, dos membros da coletividade humana.

Nesta compreensão, na EcoSol, pode e vem ocorrendo o compartilhamento de reciprocidades, o que vem fortalecendo as redes solidárias entre os diversos sujeitos que a compõem. Essa mesma

²⁹ <http://www.fazersolidario.org.br/>

compreensão foi vivenciada e exercitada nos processos de formação, que foram sendo tecidos durante a execução das atividades do CFES Sul, através da mística e dos valores que perpassam as práticas coletivas deste modo de produzir a vida, pois, segundo um camponês residente no município de Sananduva/RS, mais do que produzir coisas, é preciso fazê-las com o coração.

6.2.4. Pedagogia da Autogestão e Autogestão da Pedagogia

A EP e a EcoSol compreendem o trabalho autogestionário como princípio educativo e propõem a autogestão como princípio a ser experienciado nos processos de educação.

A pedagogia da autogestão compreende que o processo formativo se dá na atividade do trabalho, na troca de saberes, na entreaajuda para compreender e decidir pela melhor maneira de organizar a produção e o modo de trabalho. Isso inclui o aprendizado técnico-produtivo inseparável da dimensão ético-política, tendo em vista uma economia solidária, enfrentando as contradições decorrentes do fato de estarmos ainda imersos na lógica da sociedade capitalista.

A autogestão da pedagogia, coerente com as relações e sentidos do trabalho autogestionário como princípio educativo, quer que a construção do conhecimento e de outras relações sociais aconteça igualmente de modo participativo, autogestionário. Na prática significa: saberes diferentes dialogando e compartilhando a gestão do processo educativo, na construção coletiva de atividades e do conhecimento, articulando prática e teoria. De tal maneira que os edu-

candos participem na gestão do processo de formação, através, por exemplo, de equipes de avaliação, memória, etc.

Quando estamos refletindo sobre a própria metodologia da educação popular, é importante fazer o que a gente chama de “pausa metodológica”: ao final de cada dia de trabalho (ou no dia seguinte pela manhã) recapitular o que foi feito ao longo do dia, observando as opções metodológicas que fizemos enquanto educadores (porque usamos tal ou qual dinâmica de trabalho).

Seja nos espaços do trabalho associado (da pedagogia da autogestão), ou nos espaços de educação planejados dentro ou fora dos empreendimentos (autogestão da pedagogia), a chave está em desenvolver a metodologia crítica e participativa da Educação Popular nas relações de produção e reprodução da vida.

6.2.5. Pedagogia da Alternância

A Pedagogia da Alternância nasceu como prática educativa para possibilitar à juventude rural não perder os vínculos com o campo. Um grupo de agricultores franceses, insatisfeitos com o sistema educacional do seu país, construiu essa proposta a partir de 1935. Ela foi usada no Brasil em 1969, pela ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) que fundou as Escolas Família Rural que tinham como objetivo primordial atuar em favor dos interesses dos jovens rurais visando à elevação do seu nível cultural, social e econômico.

Embora de origem rural, a Pedagogia da Alternância entrou igualmente nos espaços urbanos, como também na educação em economia solidária, na sua forma de relacionar prática-teoria-prática.

Constitui-se uma relação indissociável entre ação-reflexão-ação, alternando os tempos de aprender num local escolar e num local de trabalho, junto com suas famílias / comunidade.

Nas atividades de alternância, os/as participantes são desafiados a levantarem informações sobre suas comunidades, fazer oficinas, construir diagnóstico da realidade local, captar imagens, através de fotografias, de vídeos. Para que as atividades de formação estejam conectadas com as ações concretas dos/as participantes do processo de formação. Conforme o depoimento de uma participante,

A alternância possibilitou verificar, de forma sistemática, o que estamos fazendo já em nossas localidades e Instituições (EAF, EES, GP), ou o que poderemos fazer para o fortalecimento da EcoSol. Ao iniciar o Curso, o articulador fez uma fala sobre o que é a Alternância como Pedagogia de orientação popular, que pode ter significados distintos entre contextos e públicos, e que isso é muito importante, por exemplo, nas realidades rurais do nosso país. (Curso, Paraná)

O CFES Regional Sul tem utilizado esta estratégia metodológica da alternância no intuito de engajar os/as participantes na pesquisa e estudo da sua própria realidade ao longo do processo educativo. O desafio é colocar as pessoas em situação de investigação sobre sua realidade territorial, em suas dimensões micro e macro – percebendo as possibilidades e limites. Fazer com que as pessoas olhem para sua realidade, e assim vislumbrem possíveis articulações e parcerias.

Para orientar o processo foram lançadas algumas questões que destacaram informações gerais sobre os territórios, no sentido de reconhecer as organizações sociais e ações desenvolvidas que de algum modo têm relação ou podem estar relacionadas com a EcoSol.

A Alternância, desta maneira, teve o objetivo de motivar os/as participantes a serem sujeitos do próprio processo de aprendizagem, por meio da pesquisa/estudo da sua realidade mais próxima. Cada participante, a partir do lugar que está/atua (EES, EAF ou GP), buscou estratégias próprias para dar conta da tarefa. Este exercício, de acordo com relatos de participantes, foi bastante exigente e trouxe grandes aprendizados.

6.3. Vivências Pedagógicas no CFES Sul

Na Educação Popular, a mediação pedagógica assume uma postura horizontal, circular onde educadores/as são igualmente educandos/as no processo de compartilhar saberes (ADAMS, 2010). Essas compreensões assumem um compromisso social transformador. *“O enfoque libertador mostra todas as apostas na esfera do pedagógico, mas este deve concretizar-se na linha metodológica, que é a maneira como se operacionalizam as práticas e os enfoques pedagógicos”* (MEJÍA, 2011, p. 105). Importante contribuição é encontrada na pedagogia libertadora (do oprimido) de Paulo Freire, que busca a coerência entre o fazer e o pensar através da ação consciente para a transformação das condições de opressão.

6.3.1. Mística

A mística é um jeito de trazer para dentro das atividades de formação os nossos sonhos, as nossas esperanças. Através da mística construímos símbolos que vão fortalecer a nossa identidade e a nossa luta. É um jeito de celebrar de forma coletiva os nossos sonhos. Outro jeito de trazer nossas esperanças para as ações de formação são

as músicas e danças, com temas que reproduzem os nossos desejos. A sensibilização inicial nas oficinas e cursos do CFES valeu-se de momentos de mística.

A mística leva-nos à profundidade e aos sentidos, na experiência vivida com teimosia, alimentando o olhar do humano para nós e para os outros, base para as relações de solidariedade e de autogestão. (Oficina, PR).

Com o coletivo empoderado, a cada início e término de um encontro foram co-criados momentos de celebração e reflexão profunda que buscou sensibilizar os participantes a viver “o essencial” de todo conhecimento compartilhado. A mística buscou qualificar o processo de aprendizagem através da expressão de sentimentos e virtudes através de músicas, do canto coletivo, de dinâmicas de grupo, leitura de poemas, expressão de pensamentos/sentimentos ou até mesmo por meio de símbolos como a bandeira da paz, copo d’água, pedras, flores, sinos, que sempre foram colocados no centro do círculo (Relatório curso, Coletivo PR).

É aquilo que nos possibilita perceber-nos como pessoas inteiras, valorizando todas as dimensões da vida: pessoal, social, familiar, espiritual e cósmica. É o “gancho” onde se prende o sentido da sua existência; é o que faz ter fé, sonhar, lutar. Cultiva a integralidade do nosso ser, pois somos seres materiais e espirituais. É dar sentido às coisas que se faz, articulado ao sentido para um projeto transformador coletivo (SOUZA, 2012). Mística liga-se à identidade de coletivos, organizações, movimentos. Uma identidade que une e uma força de sentido que mobiliza. A mística pode estar ligada a valores e experiências religiosas, mas não é condição. Liga-se à convivência com todos os seres que cultiva o ecológico e socioambiental.³⁰

30 Conceito organizado pelo Grupo de Pesquisa do PPGEduc – Unisinos, a partir dos registros de falas em relatórios, observação e experiência do CEFÚRIA (SOUZA, 2012).

A mística está vinculada aos princípios e ao horizonte do coletivo. Mística não é igual a religião – vem de algo maior que diz do mistério da vida. Acabamos por deixar esta dimensão em segundo plano na rotina do cotidiano, é isso que precisa ser fortalecido enquanto elemento pedagógico, pois se relaciona com a própria vida, com a existência. (Curso, RS).

6.3.2. Rodas de Conversa

Para compartilhar conhecimentos, é muito importante que o grupo sente em círculo. Porque é no espaço de círculo que conseguimos estabelecer diálogo e romper com a hierarquia entre o professor “dono da verdade” e aluno “que recebe as informações de forma passiva”. O círculo pressupõe igualdade entre as pessoas que o compõem.

Quanto à articulação entre os conteúdos e a metodologia nas atividades, falo do que vivemos no Paraná. Acredito que nenhum conteúdo ou metodologia isolada, seja capaz de dar conta de todas as dimensões do aprender. O aprendizado é sempre uma face em construção, relativa e inacabada de uma realidade. Reconheço os limites, mas insisto em continuar investindo na autonomia das pessoas. E os princípios da pedagogia do círculo da cooperação tem sido um caminho significativo em nosso processo de construção coletiva e de ampliação de consciência. Porque estes princípios estão a serviço do fortalecimento de vínculos/confiança e do exercício do reaprender a estar juntos. (Carta Pedagógica, PR).



Curso Santa Catarina

O Círculo tem tudo a ver com nossa atuação na proposta da cooperação solidária e contribui para a criação de espaços de aprendizagens cooperativos e significativos, porque as pessoas sentem-se mais à vontade compartilhar suas experiências e acolher as experiências e pontos de vista dos demais.

O círculo pode ser identificado como uma forma antiga de encontro que tem reunido pessoas em conversas respeitadas, por milhares de anos. Em algumas regiões do mundo essa tradição continua intacta, mas em algumas sociedades foi praticamente esquecida, abafada pela cultura capitalista que prega preceitos cada vez mais individualistas. (Fala Instituto Nhandecy).

As Rodas de Conversa, utilizadas como parte da metodologia da pesquisa participante, inspiram-se nos Círculos de Cultura criados pela

equipe de Paulo Freire e desenvolvidos com centenas de educadores/as na região nordeste brasileiro no final da década de 1950 e no decorrer da década de 1960. Na continuidade, foram recriados até os dias de hoje como Círculos de Cultura ou como Rodas de Conversa, sempre ligados ao processo continuado de organização popular.

As Rodas de Conversa podem ocorrer em diferentes momentos ou situações, constituindo-se em espaços compartilhados de informações e de produção coletiva de conhecimentos. Nesses círculos a conversa desenvolve-se num clima de informalidade, criando possibilidades de elaborações provocadas por falas e indagações. Favorece a troca de ideias e experiências oportunizando aos participantes um pensamento relacional, crítico e argumentativo, sem necessariamente exigir elaborações conclusivas. Como dinâmica de grupo, as Rodas de Conversa foram utilizadas, especialmente, nos Cursos e Encontros Regionais do CFES Sul.

6.3.3. Mediações Pedagógicas

Para viabilizar processos metodológicos na Educação Popular valorizaram-se *mediações pedagógicas* como caminho para o aprendizado coletivo. São procedimentos que abordam criativamente conteúdos e sua relação com a prática. E, vice-versa, propõem vivências individuais e coletivas para, a partir da experiência, estabelecer as relações de construção de aprendizados. Normalmente são dinâmicas que procuram introduzir aspectos vivenciais, lúdicos, que não só tornam o trabalho mais leve e participativo, como valorizam o corpo e os sentidos no processo de aprendizagem. Ao longo dos processos formativos do CFES Sul foram utilizadas dinâmicas dialógicas, circulares, compondo o conjunto de procedimentos metodológicos que orientaram as práticas educativas.

○ *Trabalho em grupos*

Um jeito importante de trazer as experiências dos/as participantes para a roda de conversa é o trabalho em grupos. A questão central para o/a educador/a é como formular as perguntas para ajudar os grupos a fazerem a reflexão que depois virá para o debate coletivo. Temos que formular perguntas bem objetivas, bem claras para que todos/as compreendam. Quando os grupos apresentam o que trazem de reflexão, o/a educador/a tem um papel fundamental de ajudar aquele coletivo a construir uma síntese e provocar reflexões a partir daquilo que eles estão apresentando. O/A educador/a deve provocar o estranhamento, fazendo com o que o grupo pense porque responde, pensa ou age desta ou daquela maneira.



Curso Santa Catarina.

As apresentações das sínteses dos grupos podem ser feitas através de papelógrafo, tarjetas, teatro, música, poesia, desenho, colagem, etc. Num dos encontros de sistematização do CFES Sul, os grupos apresentaram as suas reflexões através de encenações / representações. Esta experiência vivencial oportuniza a apropriação efetiva de conteúdos e sentidos, imaginando cenários com indicação de possibilidades para a solução de problemas. Na ocasião foram simuladas, uma forma participativa de educação (através do círculo) e outra impositiva (educação bancária).

○ *Cochicho*

Também existem formas mais rápidas de trazer as experiências para a roda, que é o cochicho. O/A educador/a faz uma pergunta e as pessoas buscam responder em pouco tempo conversando com aquelas que estão mais próximo delas. Em seguida, todos os pequenos grupos de duas ou três pessoas apresentam as suas reflexões. É um jeito de fazer com que quase todos/as falem sobre o assunto.

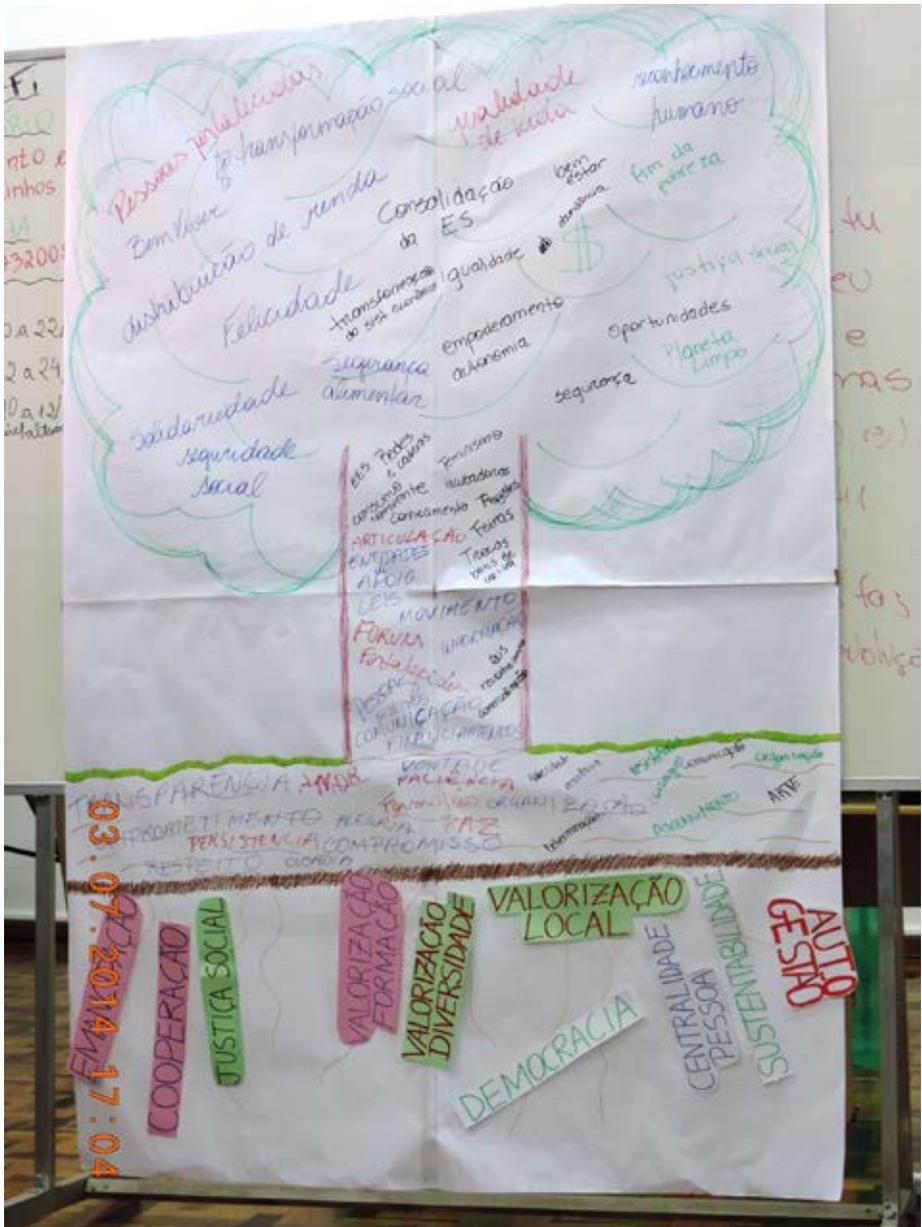
Também podemos fazer uma pergunta e pedir que cada um responda individualmente, através, por exemplo, de uma tarjeta, trazendo para a roda de forma sintética alguma opinião, experiência ou sentimento em relação ao tema em pauta.

○ *Mapa Conceitual Coletivo*

A construção de um mapa conceitual ou mapa de ideias sobre um determinado tema pode ser feita com o uso de tarjetas, que é um instrumento bastante utilizado para construções coletivas como, por exemplo, o planejamento estratégico ou elaboração de diagnóstico. Iniciava-se, por vezes, com uma reflexão individual, em duplas,

ou pequenos grupos. Num segundo momento, ideias centrais são escritas em tarjetas para representar sinteticamente a compreensão sobre um determinado tema. A partir das ideias centrais das tarjetas, segue-se o diálogo reflexivo de aprofundamento a partir da pré-elaboração na qual todos/as os/as participantes têm oportunidade de contribuir.

Num dos cursos realizados no RS, o grupo construiu coletivamente uma árvore com papéis coloridos, tarjetas e papelógrafo, para visualizar os elementos que precisam ser criados, reinventados e ressignificados para construir uma nova sociedade. Na raiz da árvore foram colocadas palavras relacionadas a questões essenciais / elementares desta sociedade; no solo, as questões relacionadas ao contexto; no tronco, os coletivos e mecanismos que sustentam essa sociedade ideal; e, na copa, os frutos / as coisas boas.



Curso Rio Grande do Sul – março 2014.

○ *Túnel do Tempo*

Um jeito legal de trabalhar a memória é o “túnel do tempo” que foi vivenciado no CFES Sul como “trilha vivencial” num dos seminários de sistematização. A equipe executora do projeto preparou um caminho com painéis, fotos, cartazes, cartas pedagógicas, registros e provocou uma caminhada onde as pessoas retomaram a história de participação no CFES. Após todos/as terem concluído a caminhada, seguiu-se a roda de partilha da vivência, onde foi estimulada a fala a memória suscitada pela Trilha.



II Encontro de Sistematização – setembro de 2015.

Uma variação do túnel do tempo é a linha do tempo. A linha do tempo pode ser preparada previamente pelos educadores, mas também pode ser construída de forma participativa, com imagens ou tarjetas. As duas dinâmicas podem ajudar a resgatar tanto processos vividos pelo grupo, com processos históricos mais amplos, como, por exemplo, retomar o caminho trilhado pela economia solidária no Brasil.

○ *Carrocel Pedagógico*

Outro jeito legal de estimular o debate é o “carrocel pedagógico”, que também foi vivenciado no CFES Sul, onde os/as participantes são organizados em pequenos grupos. Cada grupo é provocado a debater sobre um tema diferente. Depois de um determinado, o grupo deixa sua síntese em papelógrafo com um ou dois participante e deslocava-se para o local. Outro grupo ingressa naquela sala / local e reinicia o debate a partir da síntese elaborada pelo grupo anterior. Os grupos vão rodando até que todos passem por todos os temas. O carrocel encerra com uma grande plenária onde se compartilham os resultados das reflexões produzidas sobre cada temática.

6.4. Organização da Atividade de Formação

Ao organizar uma atividade de formação, importante preparar o espaço é acolher as pessoas na medida em que elas vão chegando. É muito importante também proporcionar um momento de apresentação e trabalhar com as expectativas das pessoas que estão chegando. Quando é um grupo que já se conhece, podemos trabalhar com informações novas que as pessoas nem sempre trazem para

o seu convívio cotidiano. Essa informação pode estar relacionada com o tema que vamos tratar na atividade de formação. Os cursos e oficinas do CFES Sul sempre reservavam um espaço onde as pessoas podiam expressar o que traziam e o que esperavam levar do encontro: desejos, necessidades, sentimentos e dúvidas de compreensão.



Curso Rio Grande do Sul – julho 2014

É bom também trabalhar com música e brincadeiras de infância e de roda. Isso ajuda na descontração do grupo e trás para o coletivo a alegria e o lado lúdico da vida. Nos processos formativos do CFES se usou muito o tambor e a gaita / sanfona.

É também importante encerrar a atividade de formação com um momento de avaliação, que ajuda o grupo a celebrar aquele momento ou aquelas reflexões, pode também ser uma mística de encerramento, também ajuda os/as educadores/as a pensar estratégias para as próximas atividades.

Tornar as atividades mais dinâmicas com a incorporação de sugestões vindas dos participantes exigiu um exercício de reflexão metodológica contínuo. Neste sentido, para todos/as se expressarem foram fundamentais as rodas de avaliação e o exercício de escrita da Carta Pedagógica. (CG CM, 21-22/07/2015).

É muito importante também a gente garantir momentos de registros das nossas ações de formação. A ideia central da sistematização é que a produção daquilo que a gente constrói conjuntamente seja apropriada pelos/as próprios/as trabalhadores/as e não pela academia.

Os processos de planejamento (definir objetivos, metas, ações, etc) também são importantes para organizar uma atividade de formação, de um grupo, de um coletivo.



7. CONTEÚDOS TRABALHADOS NO PERCURSO FORMATIVO

Os conteúdos trabalhados nas oficinas e nos dois cursos estavam intimamente relacionados com os propósitos da SENAES de integrar a política de economia solidária às estratégias gerais de desenvolvimento territorial sustentável do País e articulando-se com outras políticas públicas, em especial a política de combate à pobreza extrema. Neste capítulo, organizamos os temas conforme a estrutura dos cursos, mas muitos deles também foram tratados nas oficinas. Os temas buscaram contribuir na construção de uma visão complexa sobre a realidade na qual a economia solidária está inserida, bem como aprofundar as reflexões sobre os instrumentos através dos quais a economia solidária se fortalece, em especial a integração de empreendimentos e empreendedores em redes e cadeias solidárias de produção, comercialização, consumo de bens e serviços e finanças solidárias.

Durante estes três módulos, pude compreender muito além do que imaginava saber sobre a EcoSol. Foram-nos apresentados vários temas. Cada tema trazia novas revelações e percepções sobre a sociedade em que vivemos hoje. Sociedade esta que exclui, discrimina, “mata” e ainda tem a coragem de dizer que é a sociedade em que todos têm os mesmos direitos... (Carta Pedagógica, PR).



Curso Santa Catarina.

A dinâmica metodológica buscou envolver os/as participantes no processo de construção coletiva dos conteúdos trabalhados. As mediações pedagógicas tiveram como base a problematização desses temas. Educar o olhar e a sensibilidade é parte constitutiva da prática educativa. As perguntas nas atividades de formação e nas de alternância foram fundamentais, pois tiveram o papel de provocar os/as participantes para desenvolver uma reflexão a partir de seu meio de vida e trabalho, buscando aprofundar as temáticas a partir das práticas. A formação foi um processo vivencial de compartilhamento de experiências e um aprofundamento do olhar dos empreendedores, gestores e atores sociais sobre a importância da articulação

dos movimentos sociais com as políticas públicas no processo de transformação dos territórios.

Mas além dos professores, os demais colegas também participaram ativamente, porque houve uma troca de ideias e experiências muito valiosas. Isso foi possível porque existe uma diversidade muito grande em relação à maneira como cada um de nós atua na EcoSol. Uns são de empreendimentos, seja do artesanato ou da alimentação, enquanto outros são catadores, e outros estão ligados ao setor público; enquanto outros ainda atuam ligados às incubadoras e aos Institutos Federais. É justamente essa diversidade de atuações que contribui para a riqueza na troca de conhecimentos e experiências na EcoSol (Carta Pedagógica, RS).

Abaixo, na Figura 1, apresentamos os principais eixos ou conteúdos trabalhados nas oficinas e cursos do CFES Sul.

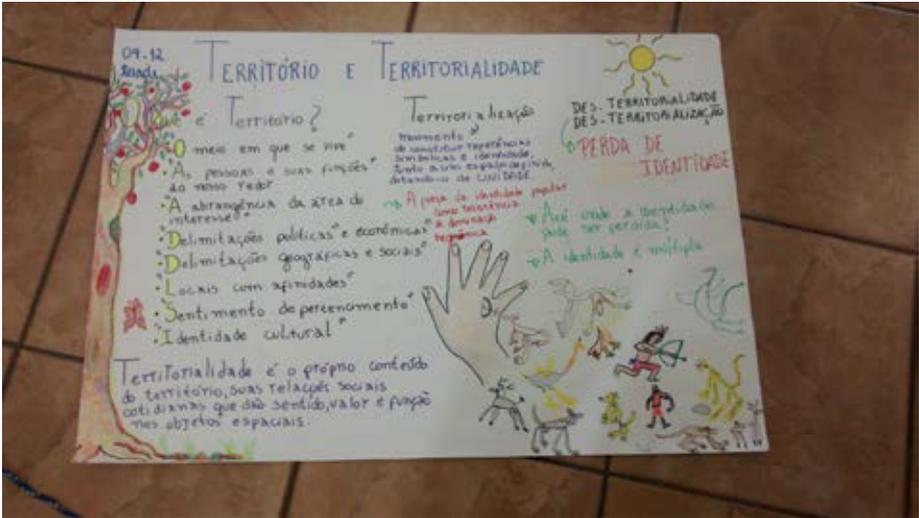


Figura 1 – Principais temas trabalhados nos Cursos e Oficinas do CFES Sul.

7.1. Desenvolvimento Territorial Solidário Sustentável

O movimento de Economia Solidária partilha da abordagem sobre território como um conceito aberto, complexo, em construção, delimitado a partir das relações de poder, e que abrange, também, as relações econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas. Neste sentido, a territorialidade vai além do espaço geográfico e limites físicos, é aquilo que se configura como o *modus* de agir nesse espaço-tempo, ou seja, as ações e relações estabelecidas entre os diversos atores sociais. Cada território carrega as peculiaridades de sua região de abrangência, expressando assim uma identidade. Desse modo, no contexto da economia solidária, não restringimos a noção de território apenas aos empreendimentos solidários, às entidades de apoio e os/as gestores/as públicos/as que trabalham diretamente com a temática. Pois é nesse espaço que interagimos com outros movimentos sociais e com outros atores locais, onde estão presentes as relações de poder, bem como as disputas de projetos de sociedade e de economia.

Para Milton Santos (2005), a sociedade está inserida em um processo no qual não existe uma neutralidade na distribuição e construção do território. “*O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas*” (SANTOS, 2005, p. 32).



Curso Paraná – dezembro de 2014.

O desenvolvimento territorial com sustentabilidade parte das potencialidades do território, em diálogo com a realidade mais ampla na qual está inserido, cultivando o cuidado com o meio ambiente. Nas atividades de alternância, os participantes foram desafiados a construir diagnósticos sobre os territórios onde atuam. No retorno do período intermediário, destacou-se que a relação com os fóruns e a organização em redes possibilita o fortalecimento pela cooperação e ajuda mútua, em torno do produzir, comercializar, qualificar e trocar, junto aos mais variados parceiros no território, como órgãos municipais, ONGs, incubadoras, associações locais, escolas, movimentos sociais. Enfatizou-se que as feiras são instrumentos importantes de mobilização e articulação no território.

Como fortalecer a EcoSol nos territórios? A tarefa que foi realizada em um dos cursos pelos seus participantes consistiu no levanta-

mento de diversas possibilidades para fortalecer a EcoSol:

- presença nas feiras de negócios dos EES como estratégia para viabilizar a capacidade de comercialização e consumo solidário – para fomentar a dimensão da autogestão, redes e cadeias;
- ampla divulgação na imprensa falada e escrita – dialogar, falar sobre, apresentar as experiências concretas;
- fortalecimento dos Fóruns Locais.

7.2. Políticas Públicas

Na arena em que se desenham as relações sociais e os jogos de forças da vida cotidiana, as políticas públicas também influenciam e são influenciadas pelo conjunto de ações que são realizadas nos territórios e no conjunto da sociedade. O próprio CFES é uma política pública fruto de uma demanda do movimento da economia solidária.

Na medida em que a economia solidária ganha força e sustentabilidade nos territórios, a articulação com as políticas públicas assume um lugar de muita importância para que se viabilizem ações concretas e duradouras para a sua própria expansão. Por esses motivos, o tema das políticas públicas foi também destaque entre os conteúdos trabalhados.

Mesmo sabendo que a definição de política pública é mais abrangente, ela é compreendida aqui como fruto desse jogo de forças que se dá nos territórios e na sociedade e que ganha novos contornos a

partir do processo de redemocratização do país. Conforme as forças em disputa, uma política pública pode resultar numa maior concentração de renda ou na sua redução.

Como referencial conceitual, o tema das políticas públicas no âmbito do CFES Sul tem uma apreensão a partir do que coloca SOUZA (2006, p. 26), a saber: *A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.*

Um dos focos do debate sobre política pública no curso foi a articulação entre elas no espaço local/território. Um dos méritos do CFES foi colocar em diálogo gestos públicos e pessoas beneficiadas por essas políticas. O CFES Regional Sul buscou dialogar com gestores de vários programas de políticas públicas. Abaixo fazemos uma breve síntese de algumas dessas políticas em que gestores que participaram nos cursos do CFES Sul atuavam à época (2013 a 2015) e que têm potencial de articulação com a EcoSol.³¹

CRAS - O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública estatal da política de assistência social descentralizada, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção e assistência social. Esta unidade pública presta serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo (cf. Orientações Técnicas do MDS, 2009).³²

31 Organizado pelo Grupo de Pesquisa PPGEduc/Unisinós.

32 A Lei Orgânica da Assistência Social / LOAS (Lei Nº. 8.742/1993) é a base da

PRONATEC - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado pelo governo federal em 2011 com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Os cursos técnicos e profissionalizantes sem custos para os participantes atendem, especialmente, jovens de 15 a 29 anos com ensino médio completo ou incompleto. Foram oferecidos em todo país centenas de cursos técnicos e de qualificação profissional, atingindo mais de 4 mil municípios brasileiros.

³³

*MULHERES MIL - O programa está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo brasileiro e tem por objetivo contribuir na erradicação da extrema pobreza, promover a igualdade entre sexos, o combate à violência contra mulher e o acesso à educação. É parte do esforço para alcançar as Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental.*³⁴

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, criado em 2008, é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltada às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais

política pública de Assistência Social, entendida como "direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas" (artigo 1º). A LOAS estabelece fundamentalmente a Assistência Social como garantia de cidadania sob a responsabilidade do Estado.

33 Mais informações sobre o PRONATEC em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas>

34 Informações retiradas de <http://mulheresmil.mec.gov.br/index.php>

*e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial, composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, determina um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.*³⁵

*PROJOVEM TRABALHADOR - Visa preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Podem participar do Programa, jovens desempregados com idades entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário mínimo. Trata-se de uma qualificação que tem por objetivo estimular e fomentar a geração de oportunidades de trabalho, negócios, inserção social, bem como promover a visão empreendedora, com posterior inserção no mercado de trabalho.*³⁶

EJA - Educação de Jovens e Adultos foi implementada como uma modalidade de ensino criada para oferecer uma melhor chance a pessoas que, por qualquer motivo, não concluíram o ensino fundamental e/ou o médio na idade apropriada. Surge como uma ação de estímulo aos jovens e adultos, proporcionando seu regresso à sala de aula. Esta modalidade respeita as características desses alunos, dando oportunidades educacionais adequadas em relação a seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames próprios.

PROEJA – O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos tem como perspectiva a proposta de superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Essa compreensão integradora suscita novas propostas para a formação do profissional, organização curricular inte-

35 Ver em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>

36 Informações retiradas de http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem-trabalhador-1.htm

*grada, utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, além de dar respostas objetivas à falta de infraestrutura para oferta dos cursos.*³⁷

PRONINC – O Programa Nacional de Incubadoras pode ser considerado o primeiro ensaio de política pública de formação e apoio técnico à EcoSol. Este passou a ser instituído, desde 1997, por meio da FINEP (Agência Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia), em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB). Seus projetos priorizavam o apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), instituídas por diversas Universidades estatais e particulares no fomento ao cooperativismo popular. O objetivo essencial proposto foi: “utilizar o conhecimento e a capacidade existentes nas universidades para a constituição de empreendimentos cooperativos que proporcionem trabalho e renda”. A partir de 2003, essas instituições entram em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) buscando fortalecer o PRONINC no estímulo mais amplo à EcoSol. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS/MCTI), em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ampliou, a partir de 2013, o apoio a Incubadoras, especialmente a projetos de desenvolvimento tecnológico e extensão por meio de incubadoras populares. Assim houve a continuidade do PRONINC, favorecendo a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão e a integração das universidades com comunidades.

EMATER – A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, denominada no RS por Associação Riograndense Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural, no PR por Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e em Santa Catarina por Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

37 Informações retiradas de <http://portal.mec.gov.br/>; e: http://ejabrasil.com.br/?page_id=98

de Santa Catarina, tem por finalidade: “Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações e criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dessa população”.³⁸

Muitas vezes esses programas de políticas públicas se articulam com outros como Saúde; Segurança; Educação; Políticas para as Mulheres; Agricultura Familiar; Agroecologia; Desenvolvimento Produtivo das Cadeias Ambientais; Pesca; Apicultura; Resíduos Sólidos; Trabalho, Emprego e Renda; Segurança Alimentar e Nutricional; Microcrédito. As parcerias se justificam pelo público a ser atingido e pela estratégia de superação da pobreza.

Gestores de secretarias municipais que participaram no curso do CFES avaliam que não é simples mudar o jeito de gerir as políticas públicas. Para enfrentar este desafio, organizações populares preparadas dentro de uma metodologia de Educação Popular têm contribuído significativamente com experiências exemplares na execução de políticas ou assessorias a órgãos públicos. Superar o assistencialismo e o paternalismo historicamente incorporados nas políticas públicas exige um longo caminhar. Os beneficiários que acessam parte das PP de combate à Extrema Pobreza, colocam o desafio de encontrar caminhos para desenvolver ações de EcoSol.

Nos diálogos durante o curso, percebeu-se que as possibilidades de parcerias com os programas mencionados têm seus limites e avanços, em função de uma série de condicionantes como estrutura, pe soal preparado disponível, etc. Percebeu-se que há potencial para

38 Informações retiradas de: <http://www.emater.pr.gov.br/>

a EcoSol na perspectiva da Assessoria Técnica onde Finanças Solidárias/Fundos Solidários, Comércio Justo despertam interesse nos gestores públicos sensibilizados para um diálogo parceiro. De modo geral, as atividades tiveram a presença forte dos CRAS.

Articulando-se com esses ou outros programas de políticas públicas o movimento de EcoSol busca garantir o processo participativo no controle das políticas públicas e uma aproximação com o público beneficiado por elas. Numa das etapas do curso foram apontadas algumas possibilidades de incidência do movimento de EcoSol na definição das políticas públicas:

- As políticas públicas precisam ser ampliadas com a Lei Federal da EcoSol, a Lei Estadual e as Leis Municipais, com os Conselhos e os Fundos, com verbas específicas e verbas também do orçamento próprio do ente público;
- Construir plano municipal e institucionalizar secretaria ou departamento de EcoSol;
- Aprovar leis municipais favoráveis ao seu fomento/indução;
- Incluir EcoSol no Plano Pluri Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Em épocas de eleição, pensar juntos com candidatos uma proposta regional com diretrizes e ações para a EcoSol e desafiá-los a assinarem termo de compromisso de fomento à EcoSol.

7.3. Superação da Pobreza

A estratégia da Rede CFES estava integrada ao Plano Brasil Sem Miséria cujo foco é a erradicação da pobreza extrema no Brasil. A pobreza é conceito multidimensional, que se refere à privação e impotência em diversas áreas como: renda, educação, longevidade, acesso a recursos, liberdade e dignidade humanas (REZENDE, 2014) e que expõe o abismo das desigualdades sociais frente à concentração das grandes riquezas.

Diante do baixo nível de renda de grande parte da população brasileira, o acesso à educação básica e aos serviços de saúde contribuem sumamente para o combate à pobreza, elevando a qualidade de vida das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Além disso, sua superação contempla a potencialidade de desenvolver a capacidade e habilidade humana, por meio do acesso a outros recursos, como cultura, arte, ciência, integração e fortalecimento dos vínculos sociais, etc. Como coloca SEN (2011):

As variadas realizações de funcionamentos humanos que podemos valorizar são muito diversas, variando desde estar bem nutrido ou evitar a morte precoce até tomar parte na vida da comunidade e desenvolver a aptidão para seguir os planos e as ambições ligados ao trabalho (SEN apud REZENDE, 2014).

Por esta razão, as características da economia solidária a torna um importante caminho a ser traçado em consonância, diálogo e parcerias com as políticas públicas de superação da pobreza que, no Brasil, que ganhou maior relevância na agenda estatal a partir de 2003. Em decorrência de opções estratégicas e políticas sociais com foco do combate à fome e à pobreza e com a clareza de que “País Rico é

País Sem Miséria”, o Brasil conseguiu retirar mais de 40 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza. O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) vai além do Bolsa Família e integra, numa ação coordenada, políticas e programas de 18 ministérios, articulando-os com estados e municípios numa estratégia de desenvolvimento territorial sustentável do País. Entre as ações executadas, estão centenas de cursos técnicos; milhões de atendimentos em programas de produção inclusiva para pessoas pobres do campo, levando água, luz e assistência técnica; a implantação de milhares de cisternas no Semiárido Nordeste; a adesão ao ensino integral de escolas que atendem alunos beneficiários do programa; a construção de creches, postos e unidades básicas de saúde levando em conta essa população.

O Plano Brasil Sem Miséria se organiza em *três eixos* articulados entre si: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. No campo da *transferência de renda*, o aperfeiçoamento dos benefícios permitiu que a renda fosse ampliada para além do Bolsa Família (que atende milhões de famílias), com benefícios complementares, como o Brasil Carinhoso. A *expansão e a qualidade dos serviços* públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza norteiam o PBSM. Dentre essas ações destacam-se a entrega de cisternas, a construção de unidades básicas de saúde, e o acolhimento de pessoas em situação de rua por serviços especializados. O PBSM previu o aumento e o aprimoramento dos serviços ofertados, aliados à sensibilização, mobilização, para a geração de ocupação e renda e a melhoria da qualidade de vida. A *inclusão produtiva* tem como objetivo propiciar o acesso da população em extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda e apresenta estratégias diferenciadas para o meio urbano e o rural. Na zona rural, disponibili-

za assistência técnica, através sobretudo da EMATER. E na cidade, oferece cursos profissionalizantes, com destaque ao PRONATEC e Mulheres Mil. As políticas da SENAES, de fortalecimento da EcoSol, estão integradas à estratégia do PBSM.

No curso, o tema da pobreza foi tratado a partir de vivências dos participantes, suas percepções e entendimentos e fez-se uma retrospectiva histórica da pobreza, observando-se que é uma construção social que se agrava com o capitalismo. No exercício da alternância, foram apresentadas algumas perguntas para os participantes:

Como, a partir dos espaços nos quais participamos, refletimos o que é a pobreza? Entre as respostas enfatizou-se a concentração de riquezas e a desigualdade social que coloca a vida da maioria das pessoas sem acesso aos bens necessários para uma vida de qualidade. A partir de uma renda mínima e educação básica asseguradas, as pessoas empobrecidas podem enfrentar, de maneira autônoma e solidária, as situações-limites do contexto socialmente excludente. Para uma das participantes, respondendo a partir do seu lugar institucional,

a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Entendo que ainda não conseguimos fazer um estudo sobre o que é a pobreza. Percebo que estamos focados na construção de um novo sujeito, mas ainda não conseguimos fazer uma análise crítica do porquê este sujeito vive desta ou daquela forma... Entendo isso como um limite, tanto dos projetos sociais e políticas públicas, quanto das ações dos movimentos sociais” (Curso, RS).

O que as pessoas (EAF, EES, GP) estão fazendo a partir do seu lugar para superar a pobreza? Para que seja visto e entendido como pos-

sibilidade de superação da pobreza, o trabalho associativo requer uma série de capacidades que não estão de acordo com a perspectiva capitalista de produção. Embora não seja uma tarefa simples, entende-se que, somente com a criação de uma cultura cooperativa e solidária do trabalho será possível entender a EcoSol como possibilidade viável de geração de trabalho e renda, para a melhoria da qualidade de vida e, conseqüente, de superação da pobreza. Em nível local, exige a conjugação de interesses e esforços comuns aos membros dos EES, em torno do seu projeto de vida e de sociedade, potencializado pelo processo de formação técnica, administrativa e política voltada para a autogestão (Curso, RS).

Como a EcoSol pode atuar na relação com as políticas públicas que pretendem superar a pobreza? Considerou-se a importância da articulação entre os entes do Estado (federal, estadual e municipal) e deles com a sociedade civil organizada, favorecendo o alcance dos objetivos das políticas pelo caminho da descentralização; a importância da população organizada exercer o controle social sobre a efetiva aplicação dos recursos e alcance dos objetivos dessas políticas; e a aproximação da EcoSol com beneficiários de programas que se articulam com a erradicação da miséria, oportunizando o conhecimento deles sobre experiências de EcoSol para que possam despertar para possibilidades de serem sujeitos em algum EES e saírem da dependência de políticas compensatórias.

7.4. Mundo do Trabalho

Ao longo do curso e em muitas oficinas, buscou-se evidenciar o caráter emancipatório do trabalho na economia solidária que, para além

da geração de renda, traz a importância das ações associativas e comunitárias. Para muitos participantes beneficiários dos programas sociais, esse era um tema não muito conhecido, o que possibilitou trazer importantes reflexões sobre o mundo do trabalho e a EcoSol, estimulando o desejo de experimentar o trabalho associativo. Foi possível apreender que o mundo do trabalho extrapola a dimensão apenas laboral, e contempla os muitos significados que estão implícitos na sua realização, como as atividades materiais, produtivas, os modos de produção, os processos sociais e econômicos dentro do contexto sócio histórico em que se realiza.

“A economia solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos/as trabalhadores/as como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza” (Cadernos de Formação na EcoSol – CFES Nacional, 2012).

Para compreender o contexto do mundo do trabalho hoje, se estudou a história do capitalismo e sua conformação atual, a história da pobreza e as formas de reprodução da desigualdade social. As atividades de formação oportunizaram conhecer um pouco mais sobre o trabalho como princípio educativo na EcoSol, assim como outros relacionados, tais como: movimento social, modelo econômico diferenciado, políticas públicas, relações autogestionárias, trabalho associado. A discussão sobre o capitalismo envolveu questões como: desemprego, crises do sistema vigente, roda viva de autodestruição, direito ao trabalho, entre outras.

Numa debate sobre o capitalismo, as reflexões apresentaram os embates da sobrevivência dos EES dentro do mercado capitalista, rea-

lidade que exemplifica o desafio cotidiano da tentativa de fazer uma produção solidária em meio adverso:

O que mais me marcou foi uma discussão sobre a necessidade da comercialização em grande escala de produção. Diante dessa realidade, como ficam os EES pequenos que não possuem produção em escala? Ou seja, não acompanham essa lógica e por isso ficam à margem. Fez a gente (re)pensar se de fato é importante dar conta dessas demandas, buscar concorrer com empresas que já possuem tradição nesta dinâmica, ou não, permanecer na comercialização local, mais micro situada, pequena e artesanal. (II Encontro Regional de Sistematização, 2015).

124

Nesta dinâmica complexa, de maneiras possíveis de viver a EcoSol dentro do sistema capitalista hegemônico, percebemos que o caminho passa pela pedagogia da autogestão e autogestão da pedagogia, consolidando e gerando novas tecnologias sociais nos processos de produção associada, comércio justo, assessoria técnica e finanças solidárias. Essas frentes assumidas pelo movimento de EcoSol precisam ser incorporadas na cultura social mais ampla a partir do fortalecimento das práticas solidárias locais articuladas em redes.

Num dos debates sobre o trabalho, foi feita a seguinte pergunta: *de acordo com o projeto da EcoSol, como a gente vê ou gostaria de ver o trabalho hoje?* Para a qual o grupo trouxe as seguintes respostas: trabalho como o sentido da vida; tarefa de transformação para a realização; esforço para a concretização de algo; trabalho como cooperação entre as pessoas, esforço digno, atividade natural do ser humano; trabalho como autogestão, solidariedade, atividade econômica; trabalho como socialização de conhecimentos, reconhecimento social, meio de sociabilidade, atividade vital: projeto de vida com sustentabilidade.

A EcoSol é alternativa de geração de trabalho e renda, superação da pobreza, sustentabilidade territorial. A proposta da EcoSol é tornar-se um jeito de ser no mundo, um jeito de produzir a vida em cooperação, sem exploração do trabalho alheio. (Oficina, SC).

7.5. Autogestão e Sustentabilidade

O conceito de autogestão, que surge das ideias anarquistas no final da década de 1860, propõe a transformação social por meio da extinção do estado e do mercado capitalista e, até a metade do século XX, exerceu grande influência entre os movimentos operários.

Nos cursos do CFES, o tema da autogestão foi amplamente desenvolvido de forma teórica e prática de maneira muito dialógica e sempre atenta para a complexidade que é fazer outra forma de economia neste sistema capitalista. Enfatizou-se o conceito de autogestão como as práticas participativas nos processos de trabalho, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses, bem como nas definições estratégicas e cotidianas dos coletivos de trabalho e EES. Assim, todo o conhecimento produzido, seja pelos/as trabalhadores/as ou por assessores/as técnicos/as deve ser partilhado e disponibilizado para todos/as.

A autogestão mobiliza a cooperação e a solidariedade para a construção de uma atividade econômica diferenciada da lógica capitalista. Viver autogestão significa construção coletiva de sentidos, significados e práticas. Isso não se dá de forma harmônica. Modos diferentes de compreender e agir podem gerar desconforto e dese-

quilíbrio. Exige retomar dimensões esquecidas; implica ouvir mais do que falar. Não há receitas para esta construção. É um projeto que, entre erros e acertos, vamos construindo como uma nova história possível. A autogestão, enquanto construção coletiva, participativa, democrática, é um dos maiores desafios.

Como resultado deste movimento e como parte da autogestão busca-se, igualmente, a sustentabilidade. Esta não se resume à questão dos EES, ou seja, ao processo de produção, comercialização e consumo. Trata-se da relação que tem a produção da vida cotidiana com as relações sociais e a preservação do mundo com sua biodiversidade. Isso passa necessariamente pelo repensar do desenvolvimento local. Diferente do crescimento econômico, sustentabilidade propõe a base do desenvolvimento na convivência e no *Bem Viver* que requer envolvimento. Esses elementos são grandes motivadores para a aproximação cada vez maior de pessoas: a adesão à utopia de uma sociedade mais justa e igualitária. Esta utopia costuma ser alimentada pela mística que inclui confiança, fé, esperança, amor, que mobilizam as pessoas a acreditar e a permanecer nesta construção. (Oficina, SC).

Em síntese, a sustentabilidade da EcoSol se diferencia da visão capitalista. Na EcoSol, a concepção de “desenvolvimento” centra-se em processos participativos e democráticos locais (democracia que inclui também as dimensões econômicas, sociais, culturais, espirituais e políticas), desde a ótica dos empobrecidos enquanto estes existirem. Isso mexe com inversão de valores, onde a vida (o ser) tem centralidade para a produção do *Bem Viver*. (Oficina, RS).

O aprendizado sobre autogestão, cuidado com o meio ambiente, solidariedade, indica o quanto podemos melhorar a cada dia para

proteger e assegurar para as gerações futuras um planeta menos poluído, menos egoísta e menos doente.

A EcoSol relaciona-se, portanto, com a qualidade de vida. Propõe mudança de mentalidade, valorização dos saberes locais. Propõe um modo de produzir e de relacionar-se que precisa ser fomentado e vivenciado frente ao individualismo e egoísmo que nos atingem cotidianamente. (Oficina, PR).

Durante um dos cursos, os participantes levantaram como sugestões para avançar na construção da sustentabilidade: conhecer o território com suas potencialidades; fortalecer a prática de autogestão; cultivar a corresponsabilidade e o comprometimento; exercitar uma comunicação não-violenta; fortalecer grupos de compra coletiva; difundir o consumo consciente; estimular a carona solidária; implementar clubes de troca; estabelecer parcerias com empreendimentos de reciclagem.

Em relação à produção de alimentos, a EcoSol defende que seja livre de agrotóxicos e/ou de outros elementos que agridam a natureza (entendendo que nós fazemos parte dela). Uma estratégia é divulgar as feiras de produtos orgânicos e fortalecer as compras coletivas (Oficina, PR).

Para avançar em direção ao modo de produzir e consumir sustentável, todos os EES assumem como meta a viabilidade econômica, num processo coletivo e autogestionário de compartilhar todas as etapas do processo (Oficina, SC). O processo de autogestão, que inclui uma organização territorial sustentável, pressupõe um processo participativo em todos os passos, com valorização dos saberes dos membros dos EES. Outros elementos fundamentais para a viabilidade dos EES foram apontados no curso de Santa Catarina:

- produção - se adequar às realidades sociais, com valorização de produtos identificados no território;

- consumo - a atividade do empreendimento tem como finalidade produzir para o próprio consumo e/ou para remunerar o trabalho e assim adquirir outros produtos de EcoSol;

- comercialização - sempre que possível, estabelecer trocas, preferencialmente, com produtos saudáveis, como, por exemplo, alimentos orgânicos. (Curso, SC).

Segue uma reflexão que traduz compreensões e práticas dos/as participantes sobre sustentabilidade:

O ser humano é natureza e natureza é o ser humano. Pessoas são os ativos mais importantes para o Bem Viver. Viabilidade: algo possível de se realizar, mas que deve se manter ao longo do tempo; ser sustentável em longo prazo: economicamente, ecologicamente, socialmente justo. (...) Exige valorização de conhecimentos e práticas antigas com estudo e conhecimento da sua atividade: matéria prima; necessidades do meio em que você está inserido. Exige sustentabilidade financeira. (...) O desafio do nosso tempo é justamente criar o que se chama de “comunidades sustentáveis”, ou seja, ambientes sociais e culturais onde as pessoas possam satisfazer as suas necessidades e aspirações, sem diminuir as chances das gerações futuras.[...]

O estudo da viabilidade passa primeiro pelo conceito de produção que eu quero realizar e que deve ser construído pelo grupo; e que não acontece de uma hora para outra. Uma vez que tenho claro esse conceito, e ele é integrado pelos atores, vai elaborar critérios de viabilidade, ou não, desse projeto. O que é viável para um grupo pode não ser para o outro; deve ser construído por cada participante.

Abrir a diversidade de instrumentos que temos em nossas mãos, escolher o que é mais adequado neste momento. O mais impor-

tante é o pano de fundo para a utilização e não a questão em si. Trata-se da construção coletiva de sentido do que estamos fazendo, processo de decisão e construção, co-criação; de onde estou e o que eu posso fazer? Vamos experimentando sem o compromisso de dizer se está certo ou errado e poder conversar sobre essa experiência (Curso, PR).

E sobre autogestão:

É preciso destacar, afinal, que no processo de viabilização econômica dos EES a projeção de viabilidade requer pensar em todas as etapas de constituição dos grupos (questão de identidade) e da forma como a decisão é assumida. Isso pressupõe que todos/as participem desde a escolha do produto, até como se organiza para produção e comercialização. O avanço está em qualificar nossa atuação a partir de outras bases (as da EcoSol), as quais não estão dadas. (Curso, RS).

Percebemos nos registros que há uma intencionalidade do exercício da ação autogestionária, e este é um dos principais princípios que caracteriza a organização da EcoSol. Também é importante dizer que esse exercício é percebido como processo, como um projeto coletivo e que caracteriza a sustentabilidade na perspectiva da EcoSol.

Além da participação e corresponsabilidade assumida com radicalidade democrática, a autogestão é também um modo de vida para além da cooperativa, que visa à superação do individualismo, assumindo um modelo de sustentabilidade, ético, justo, solidário de acordo com princípios do bem viver. Pode ser um projeto local; mas inspira e poderá generalizar-se para ambientes maiores (como um projeto de sociedade), o que supõe um grau elevado de maturidade da sociedade organizada. Sua realização plena exige a transformação do capitalismo para um sistema socializado, autogestionário,

voltado aos interesses do conjunto das trabalhadoras e trabalhadores, sem anular as pessoas na sua individualidade.

7.6. Gênero e Feminismo

A questão de gênero e feminismo é importante para a economia solidária, pois articula o tema trabalho em duas frentes: a primeira relacionada ao trabalho doméstico, os afazeres da casa (a esfera privada) e a segunda ao trabalho no seu sentido laboral e inserido no mercado (a esfera pública). Neste sentido, trata-se de problematizar e revisar os referenciais cristalizados, de papéis pré-definidos para homens e mulheres na cultura patriarcal, de divisão do trabalho, do mundo político e simbólico idealizado sobre a esfera do público e do privado.

O trabalho realizado na esfera privada, relacionado à reprodução da vida, o cuidado com a casa, com as crianças, os doentes e os idosos é invisível para a nossa sociedade. Contudo, para o sistema patriarcal, além de ser invisibilizado, é também naturalizado como sendo o lugar da mulher:

Já a esfera pública é reconhecida como sendo o lugar do homem, ou seja, o trabalho produtivo, a rua, a política e a religião e mesmo que as mulheres já venham há muito ocupando o espaço público do “trabalho produtivo”, para o mercado de trabalho, as mulheres ainda são consideradas como cidadãos de segunda categoria, pois:

1. Têm menos acesso a cargos de chefia;
2. Ganham menos do que os homens para a mesma função e

3. São as primeiras a serem demitidas ao primeiro sinal de crise.

E, mesmo ao saírem da esfera privada para a pública, continuam carregando o conjunto de funções que foram ditas como sendo delas, as “invisíveis”. É o que chamamos de dupla ou tripla jornada de trabalho. Faz-se necessário problematizar os papéis sociais e o lugar do homem e da mulher, onde “*A menina brinca de trabalhar e o menino brinca de brincar*” (Curso, SC).

Trata-se de uma divisão sexual do trabalho em que se separa o trabalho produtivo do não produtivo, dicotomia construída historicamente e que a EcoSol se propõe a superar. Esta cultura da inferioridade e submissão da mulher está profundamente arraigada pela culpabilização e precisa ser desconstruída, desnaturalizada.

Mas sabemos que nem tudo são flores e alguns espinhos ainda estão presentes nas práticas dos EES. Sabemos que a EcoSol baseia-se em princípios contra hegemônicos (solidariedade, trabalho associado, autogestão...) e que pode parecer mais fácil romper com as desigualdades vividas pelas mulheres. No entanto, a realidade expõe que muito ainda tem que ser feito.

A realidade dos empreendimentos de economia solidária (EES) reproduz, na prática, as amarras da divisão sexual do trabalho e a dupla jornada. Muitas entram para a EcoSol porque são ou arrimo de família ou necessitam complementar renda, algumas, inclusive, entram por “terapia”. A EcoSol, em certa medida, “organizou” um pouco mais o tempo das mulheres. No trabalho associado e autogestionário, as mulheres se articulam de outra forma para dar conta das tarefas. Mas isto não resolveu a questão das desigualdades.

Mesmo assim, acreditamos que a EcoSol pode representar uma alternativa para mudarmos o quadro de desigualdade vivido pelas mulheres. Necessitamos vivenciar experiências de igualdade nesse novo jeito de produzir, comercializar e consumir. Neste sentido, a necessidade imediata é tirar o trabalho das mulheres da invisibilidade e colocar as esferas reprodutivas e dos cuidados na centralidade do debate econômico, na construção de uma economia voltada para as pessoas e não para o capital.

Mulheres juntamente com os homens podem lutar para (re)construir uma outra cultura superando a violência simbólica e física que acompanha a mulher brasileira desde a colonização. Este processo exige reconhecer que a contradição está em nós, tanto quanto nós estamos nela. Somos eminentemente contraditórios/as e, como tais, precisamos aprender a construir e alimentar a cultura da reciprocidade, da generosidade e da convivência respeitosa; sendo seres abertos para o diferente e para as diferenças; lembrando que não somos só diferenças, mas somos também semelhanças.

Estas são dimensões básicas que podem ajudar a alicerçar as condições objetivas e subjetivas necessárias para a transformação desta realidade. A forma de organização da sociedade tende a inviabilizar a valorização do feminino em sua natureza.

Daí ser necessário reinventar os esquemas, os instrumentos, as profissões, a educação (Saberes Populares; Escola; Universidades), o consumo, onde mulheres e homens juntos superem esta realidade pela vivência de relações de igualdade como construção do novo projeto de desenvolvimento social. Isso significa “quebrar este castelo” estruturado ou “introjetado” dentro de nós, como diria Paulo Freire.

Uma das questões levantadas para o debate foi a seguinte: *como a EcoSol pode fazer o enfrentamento destas temáticas debatidas no dia de hoje: autogestão, trabalho, igualdade entre mulheres e homens?* Algumas tensões apareceram ao longo das atividades de formação do CFES. Abaixo citamos uma fala numa das etapas do Curso de Santa Catarina:

A questão de gênero é bem mais ampla do que sair de uma ditadura machista e cair em outra “[ditadura] feminista” – a escolha precisa ser livre de preconceitos. É preciso ter respeito pela “decisão” que as mulheres fazem em relação às suas opções de vida. A opção por permanecer em casa e cuidar de sua família não pode ser interpretada fatalmente como sendo um problema cultural fruto de um sistema patriarcal que age de forma maquiavélica por sobre esta situação. O trabalho emancipado pode ocorrer em vários espaços, dependendo das relações que ali se estabelecem. Para enfrentar estas questões, sugere-se uma educação continuada que contribua no diálogo e compreensão de temas ainda considerados delicados. (Curso, SC).

Nessa mesma atividade, um grupo apresentou propostas que passam pelo fortalecimento da EcoSol, afirmando a importância de uma paridade nas instâncias deliberativas das organizações. Para isso defendeu-se a necessidade de ampliação gradual da participação de mulheres para “quebrar” a herança patriarcal.

No trabalho desenvolvido em uma etapa do Curso no RS, o tema de gênero surgiu ainda no diálogo sobre a história do Movimento de EcoSol. O objetivo era trazer a reflexão sobre as elaborações feitas na V Plenária Nacional, afirmações que são fortes em torno de território, autogestão, da relação com a economia popular, do respeito à diversidade. Entende-se que neste objetivo pode ser incluída uma

economia feminista. Houve depoimentos que salientaram alguns avanços, especificamente, no meio rural:

Vejo como uma conquista das mulheres do meio rural pela questão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP – Ministério do Desenvolvimento Agrário) que possibilita à mulher ter acesso a financiamento e também a acessar as compras públicas, principalmente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mas há contradições e nós sofremos com isso (...). A DAP, embora emitida em nome das mulheres também, na prioridade acabam sendo os homens. O homem vai lá e pega esse financiamento familiar que deveria ser de toda a família. Muitas vezes (...) quando a mulher que possui a DAP vai lá pedir financiamento para a sua produção, já não tem mais [porque o homem já retirou tudo]. Esse é um problema desse financiamento coletivo, que afeta jovens e mulheres (...). (Curso, RS).

Importante destacar que, muitas vezes, dentro dos próprios espaços (movimentos sociais), onde deveria ocorrer um cuidado maior com as relações de gênero, percebe-se a existência de opressões na forma da linguagem, na representatividade das lideranças, no uso do poder na divisão das atividades onde a mulher sempre fica no lugar da execução das atividades e raramente no comando.

Estas contradições estão presentes e precisam ser trazidas, porque estamos impregnados de valores distorcidos que nos levam a fazer discursos descolados das práticas – questão que precisa ser constantemente problematizada nos movimentos, para dentro (intra e inter) e assim poder fortalecer/qualificar cada vez mais nossas práticas para um legítimo enfrentamento ao sistema em questão (Curso, Paraná).

Na construção da EcoSol, a dimensão de gênero, do feminismo, das relações mulheres e homens, em diálogo com toda uma complexa

relação de poder oriunda de um sistema de classes, precisa ser continuamente pautada. A mudança cultural exige tempo, organização, conscientização, percepção dos limites e das possibilidades.

A questão de gênero também marcou as reflexões do II Encontro Regional de Sistematização (setembro de 2015). Foi considerada pela maioria dos/as presentes como um eixo central no qual a EcoSol precisa embasar suas estratégias de enfrentamento das situações de exclusão, preconceito, violência, invisibilização social, cultural, política e econômica dos grupos sociais historicamente marginalizados.

Algumas colocações dos/as participantes ressaltam o quanto ainda precisamos avançar sobre esta temática, e o desafio de (re)pensar e conceber gênero e sociedade de uma forma diferenciada, fora daquilo que já temos cristalizadas. Isso é fundamental, pois se queremos a transformação social, precisamos rever nossa forma de pensar e agir no mundo. Abaixo a fala de uma participante que traduz esse desafio:

Esta questão da relação de gênero (...), a gente fala de gênero como se fosse só dois gêneros: homem e mulher. (...) é excluir toda uma diversidade. Foi mencionada a teoria do “construcionismo social” que fala que mais importante do que a gente definir o “que é homem ou mulher”, é o como a pessoa se vê através da construção das suas relações... E não o discurso da determinação biológica que impõe: “você é mulher”, “você é homem”, como um discurso de poder de cima. (...) Há uma estrutura de opressão, de dominação, de fora dizendo quem a gente é, o que a gente “tem que ser”. (...) A mulher é historicamente oprimida, a gente sabe desde a Grécia Antiga só o homem podia falar em público; política era uma coisa para homem, cidadão livre - que não era escravo. E a mulher ficava só no espaço privado. Então quando a mulher reage, não pode ser tachada de violenta.

É a reação de quem foi historicamente oprimida e está lutando para aprender a se colocar no espaço público. (...) Porque a gente aprende também desde criança que menina tem que se comportar, que tem de sentar de perna fechada, que não pode falar alto, (...) Então a gente cresce com isso... É histórico, é nossa constituição enquanto sujeito. Ai quando a mulher, que está tentando desconstruir tudo isso de dentro de si, e quer se auto afirmar, vem um homem e diz: 'mas você tá sendo violenta também'. A gente tem que ter a compreensão de que não dá para comparar os dois tipos de comportamento (II Encontro Regional de Sistematização, 2015).

7.7. Redes de Cooperação, Comercialização e Comércio Justo e Solidário

136

O ponto de partida para este módulo foi desenvolver a compreensão sobre comércio justo e solidário com o intuito de apreender sobre a importância da constituição de redes e cadeias solidárias.

Por *Comércio Justo* entende-se o processo de intercâmbio de produção-distribuição-consumo, visando a um desenvolvimento solidário e sustentável. Esse desenvolvimento procura beneficiar, sobretudo, os produtores excluídos ou empobrecidos, possibilitando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas em todos os níveis desse processo. Na EcoSol, o Comércio Justo e Solidário visa um preço justo para os produtores, educação para os consumidores e desenvolvimento humano para todos e todas, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente de forma integral. Assim, o Comércio Justo e Solidário traduz-se no encontro fundamental entre produtores responsáveis e consumidores éticos. Bus-

ca-se obter condições justas para os produtores, especialmente os mais marginalizados, fazendo-se evoluírem as práticas e as regras do comércio internacional em direção a critérios de justiça e equidade, havendo, para tanto, o apoio dos consumidores. É uma troca/ aquisição de bens entendido como consumo solidário, mas não deve ficar restrito aos consumidores diretamente envolvidos.

Um dos gargalos na questão da comercialização está na manutenção de um fluxo constante de produção, com qualidade em função de uma relação de consumo estável. Nesse sentido, em uma das partes desse Curso, refletiu-se sobre profissionalização do processo produtivo. Observou-se inicialmente o risco que implica uma interpretação errônea desta questão, considerando que as grandes cooperativas, por exemplo, na ideia de profissionalizar a gestão trouxeram pessoas de fora para administrá-las e com isso descaracterizaram a autogestão.

Na proposta da EcoSol, trata-se de preparar os sócios dos EES para uma produção em escala. O comércio solidário, no nível inicial precisa estar preparado para conseguir competir no mercado do jeito que ele é; se queremos impactar de forma diferenciada, não há como fazê-lo se ficarmos sempre no “pequeno”, no marginal. Por que não podemos produzir em escala, desde que não se explore o trabalho do outro, organizando os processos de produção e distribuição de modo autônomo e autogestionário?

Um dos temas debatidos foi também a produção agroecológica de alimentos e a agricultura familiar, sendo um dos eixos a possibilidade da relação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esta relação com instituições públicas apresenta um gran-

de potencial para a EcoSol, principalmente porque se constitui num espaço diferente do mercado capitalista excludente.

Mesmo nesta relação contratual pública, houve considerações no sentido de que é necessário avançar no preparo dos nossos produtos, com um nível de beneficiamento dos mesmos para facilitar a vida dos/as consumidores/as, ou no trabalho das pessoas que preparam os alimentos para as crianças nas escolas. Entendem alguns, que o processo dos produtos prontos no mercado tradicional está avançando cada vez mais e que se deveria acompanhar este movimento. Porém, na produção agroecológica, esta dinâmica vai “na contramão”, na medida em que defende a redução do uso de plásticos ou outras embalagens, entre outras práticas.

Ademais, o Comércio Justo considera o comer, o consumir um ato ético, um ato político. Nesse sentido é fundamental saber a procedência, quais os materiais utilizados, entre outras características da produção, buscando a coerência entre o que defendemos e o que estimulamos por meio de nosso modo de consumir.

Neste sentido, a constituição de redes e cadeias produtivas solidárias é condição primordial para se conseguir, na prática, em nosso cotidiano, um consumo mais consciente e solidário.

Entendemos que *Redes e Cadeias Produtivas* são as formas de transformação de uma matéria-prima até chegar a um produto final, sendo que estes processos podem ser realizados por EES diferentes. O tema chave aqui é o produzir, o que remete a diversos elementos concretos como: lugar adequado, as pessoas para produzir, as máquinas e ferramentas, a energia, a água, as matérias-primas/insumos e os clientes/consumidores. É na relação com fornecedores e

clientes que se desenha uma Cadeia estabelecendo um “elo” entre esses aspectos e, a partir daí, podem-se estabelecer as Redes.

Para entender Redes e Cadeias Produtivas é necessário perguntar: De onde vêm os materiais que os EES utilizam para produzir algo ou oferecer um serviço? Se vem da empresa capitalista, uma parte vai para ela. Cadeia solidária significa exatamente tornar todo o processo produtivo integrado pela EcoSol. Exemplo: Justa Trama – Cadeia Ecológica do Algodão Solidário.³⁹ De acordo com o sitio de sua Cooperativa Central, a Justa Trama é uma cadeia produtiva que inicia seu processo no plantio do algodão agroecológico e vai até a comercialização de peças de confecção produzidas com este insumo. Esta e outras experiências nos ensinam que só conseguiremos organizar a cadeia se construirmos Redes. Caso contrário, não tem como avançar. É preciso haver fluxos, integração dentro de um sistema de intercâmbio solidária.

Cada produção exige um trabalho interdependente, onde neste processo há a necessidade de uma organização desde as condições para a produção, pensando na qualidade e na trajetória que ela precisa fazer até o descarte de resíduos, que podem ser a ponta de outra cadeia produtiva. Nesta ponta também é preciso pensar sobre a questão sustentabilidade do meio ambiente e a solidariedade intergrupos, onde cada grupo dispõe-se a ajudar com aquilo que o outro pode precisar.

Então, nesta perspectiva, a Rede exige capacidade de organização, planejamento coletivo e estabelecimento de parcerias para criar as condições básicas para que os EES de pequeno porte possam ga-

³⁹ Mais informações: <http://www.justatrama.com.br/home>.

rantir sua parte no acordo, isto é, na responsabilidade assumida na Rede. Uma Rede não precisa ser necessariamente de comercialização. As Redes podem ser formadas por EES que participam também de outros elos de determinada Cadeia.

Após a apresentação das experiências da Rede ECOVIDA/Certificação Participativa⁴⁰ (por meio de vídeo) e Rede Bem da Terra – Comercialização Solidária, houve uma consideração que sintetiza o que o foco de educação do CFES Regional Sul oportunizou nos três Estados.

*A estratégia de Rede não é composta por “decreto”; é proces-
sual e requer fluxo: produção, elo, processo educativo, consu-
mo, interesses, comunicação, tarefas etc. Precisa nascer da livre
e esclarecida relação dos envolvidos, dos interesses e diálogo
compartilhado. Isso demanda organização e certo grau de
“maturidade” dos Grupos e pessoas envolvidas; e isso deman-
da apoio e fomento também, mas antes precisa de um processo
endógeno. Há neste universo o desafio do consumo como estra-
tégia de organização. A sistematização da experiência como
proposta de socialização dos saberes produzidos – é muito im-
portante – articulando produção, consumo, comercialização,
educação.*

As Redes começam pela articulação local, mas é preciso avançar e ocupar cada vez mais espaços estabelecendo parcerias com lugares que estão fora do nosso cotidiano. O mercado capitalista aproveita ao extremo a articulação em rede ao passo que na EcoSol, muitas vezes, trabalhamos isolados e permanecemos estagnados. Experiências como a ECOVIDA, Estação Ecoterra, entre outras, nos mostram que a organização persistente de articulação entre os EES torna-se

40 Informações: <http://www.organicnet.com.br/2012/06/rede-ecovida-e-a-certificacao-participativa/>

um caminho para o fortalecimento dos empreendimentos, bem como de uma outra lógica de sustentabilidade nos territórios.

A partir da apresentação do processo da Feira de Santa Maria no Curso do Rio Grande do Sul, houve igualmente considerações sobre a importância das feiras de EcoSol para animar a articulação em Redes e Cadeias. Contudo, foi considerado que, para consolidá-las de modo efetivo, é preciso ir além dos espaços momentâneos de feiras. E acima de tudo, é necessário ter sempre presente que deve haver uma articulação entre Finanças Solidárias, Comércio Justo e Solidário, Redes e Cadeias de Produção e Consumo.

7.8. Finanças Solidárias

Como um dos eixos da economia solidária, as finanças solidárias, compostas por Cooperativas de Crédito Solidário, Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Fundos Solidários, pressupõem a construção de processos endógenos (de dentro para fora), que garantem a autonomia de diferentes coletivos, grupos e comunidades. Pressupõem também metodologias que visam autonomia financeira *da, com e para* a EcoSol, fazendo com que as finanças estejam a serviço das necessidades coletivas, das pessoas envolvidas no processo.

Estas experiências, embora diferentes enquanto tecnologia, no seu conjunto, apresentam-se como instrumentos a serviço das pessoas, que tomam para si a gestão de seus processos, reconstruindo a solidariedade através da definição e utilização coletiva dos recursos, onde não se pensa apenas em si, mas também no outro/a.

Para a SENAES, as finanças solidárias são compreendidas como:

“Um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas. De modo geral, essas iniciativas são constituídas para atender demandas de segmentos populacionais e organizações que estão excluídas do acesso ao crédito nos moldes convencionais, seja para financiar o consumo ou para outros tipos de investimentos na produção ou realização de serviços”. SENAES, 2013.

142

Importante destacar que um dos grandes objetivos dessas experiências, é reduzir e neutralizar a violência da moeda enquanto sua dimensão simbólica de imposição de relações sociais. Aqui se entende por violência simbólica da moeda, toda a relação que é estabelecida e definida pelo montante de dinheiro que se tem, conferindo status social ou papéis sociais distintos conforme o poder aquisitivo que a pessoa tem. Deste modo, não se pretende afirmar que o dinheiro possui vida própria, mas sim afirmar que ele opera dentro de um sistema financeiro e que sua utilização vem imbuída de um valor simbólico que ocasiona violência, na medida em que reproduz e reforça papéis sociais e a desigualdade.

Outra informação importante é de que as Finanças Solidárias são ferramentas financeiras ligadas às noções de desenvolvimento territorial sustentável, às dinâmicas locais e à organização comunitária, portanto, são construídas pela Economia Solidária. Diferem-se do financiamento *para* a economia solidária, pois estes, dizem respeito a elaboração de leis que reconheçam e regulamentem as atividades realizadas pela Ecosol, a linhas de crédito em bancos públicos e privados, para capital de giro e para custeio e aquisição de bens e móveis pelos Empreendimentos Econômicos Solidários. Os fundos

públicos aqui também são entendidos como financiamento para a economia solidária.

Para exemplificar poderia se dizer que as finanças solidárias são ferramentas que vem *de dentro* da economia solidária, diferentemente do financiamento que, são geridos por segmentos *de fora* da economia solidária.

No módulo do curso, cujo este tema foi o debate, além do estudo sobre o sistema financeiro tradicional e as finanças solidárias, também se explorou a informação sobre seus instrumentos que são as Cooperativas de Crédito Solidário, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento e os Fundos Solidários. Conceitualmente, se afirmou de forma resumida que:

- *Cooperativas de Crédito Solidário*: são instituições financeiras, formadas por uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente e que constituem uma sociedade cooperativa. Tem forma e natureza jurídicas próprias, (natureza civil, sem fins lucrativos) e é constituída para prestar serviços a seus/suas associados/as. É a única prática de finanças solidárias que é regulamentada pelo Banco Central do Brasil. As cooperativas singulares ou de 1º grau são integradas por no mínimo 20 pessoas e nelas o/a associado/a é dono e usuário da cooperativa (isso a constitui como de dupla natureza). Enquanto dono, ele vai administrar a empresa, e enquanto usuário ele utiliza os seus serviços.

- *Bancos Comunitários de Desenvolvimento*: são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária. São voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais. O objetivo dos Bancos Comunitários

de Desenvolvimento é a promoção do desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Para construí-lo, a própria comunidade decide pela criação do banco, tornando-se sua gestora e proprietária. Atuam sempre com linhas de crédito em reais e moeda social circulante local. Recentemente este instrumento das finanças solidárias vem aprimorando suas tecnologias e está cada vez mais utilizando a moeda social eletrônica, o E-Dinheiro.

- *Fundos Solidários*: são experiências de gestão (cuidado, administração) coletiva de recursos monetários e não monetários que unem, além do financiamento, as iniciativas produtivas associativas e as ações de formação e organização popular. São “poupanças” informais geridas coletivamente para fortalecer as atividades econômicas, de produção ou das necessidades individuais das pessoas, sendo uma ferramenta que possibilita a democratização da gestão e do acesso ao crédito. Reúne recursos monetários e não monetários (dinheiro, sementes crioulas, terras, serviços, animais/fundo da cabra solidária, etc.). Segundo a forma de gestão, existem diferentes tipologias de fundos solidários:

1. Fundos Solidários de Fomento: onde o/a beneficiário/a não participa, necessariamente, da gestão, apenas acessa o recurso de forma solidária.
2. Fundos Rotativos Solidários Comunitários: em que o/a beneficiário/a é também o/a gestor/a do Fundo.
3. Fundos Solidários Mistos: que atuam com ações de fomento e ações rotativas solidárias.

Importante dizer, ainda, que para facilitar a compreensão sobre os temas deste módulo, se optou pelo uso de diferentes técnicas, fundamentadas nos princípios da educação popular, que parte da compreensão que as pessoas aprendem com todo o corpo e que trazem consigo experiências de vida. Deste modo foram utilizadas leituras individuais e coletivas, trabalhos em grupo, uso de jogos, construção coletiva de Fundos Solidários fictícios, música, mística, apresentação em *power point*, uso de vídeos para ilustrar os temas trabalhados e relato de algumas das experiências de finanças solidárias existentes na região sul do Brasil.

Considera-se que no último dia do módulo, se refletiu sobre a metodologia utilizada, com dicas e informações sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido no tema de finanças solidárias na região Sul do Brasil. Todas as reflexões estavam fundamentadas em teorias de educação de adultos, ensino e pesquisa. Visou o aprofundamento sobre metodologia de trabalho em finanças solidárias, onde, num primeiro momento as pessoas vivenciaram a experiência para, num segundo momento refletir sobre ela, para então se apropriar e modificar (ou não) seus processos de ensino e aprendizagem.

Para os relatos, se privilegiaram as experiências dos locais onde os módulos aconteciam, considerando o processo das Finanças Solidárias já construídos no Estado e a identidade local. Os relatos vivenciados foram os seguintes:

- Paraná: teve o relato de duas experiências, sendo um da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária / CRESOL (Cooperativa de Crédito Solidário); e o outro do Fundo Arquidiocesano de Solidariedade de Londrina (Fundo Solidário de Fomento).

- Santa Catarina: houve o relato de três experiências, sendo um da Cresol Crédi Chapecó (cooperativa de crédito solidário urbana), outro do Ação Social Arquidiocesana de Florianópolis (Fundo Solidário de Fomento) e outro do Fundo Rotativo Integridade da RESVI (Fundo Rotativo Solidário Comunitário, dos empreendimentos de economia solidária do Vale do Itajaí).

- Rio Grande do Sul: houve três relatos de experiência, sendo um da Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda – CREHNOR (Cooperativa de Crédito Solidário), o outro do Fundo Rotativo Solidário Bom Viver (Fundo Rotativo Solidário Comunitário, gerido pelos EES do Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo) e o outro do Fundo de Projetos da Fundação Luterana de Diaconia (Fundo Solidário de Fomento).

Durante o módulo uma das constatações ditas pelas pessoas que dele participaram, em momentos distintos como a avaliação, foi a falta de conhecimento sobre estas experiências de finanças solidárias, o que poderia se dizer que dialoga com a fragilidade da articulação e comunicação existente entre o Movimento de Economia Solidária e as instituições que atuam com os instrumentos de Finanças Solidárias.

Deste modo, poderia se dizer que o desafio colocado, está na própria inter-relação entre estes espaços e os EES, pois refletiu-se que, muitas vezes, as pessoas estão tão imersas no cotidiano de trabalho que não percebem e nem conhecem o conjunto de ações que a economia solidária envolve e desenvolve.

Como avançar? As várias experiências de cooperativas de crédito solidário, os bancos comunitários de desenvolvimento e os fundos

solidários conhecidos durante o curso são a confirmação de uma construção em andamento se apropriar de informações técnicas e construí-las, fazendo a vivência em diálogo com a realidade que se está inserido, se coloca como um desafio. A educação popular e assessoria técnica em economia solidária objetivam a reflexão sobre assuntos e práticas, visando a qualificação e o fortalecimento das ações, de modo a construir processos autônomos e de transformação real da vida das pessoas, sujeitos da economia solidária na região Sul do Brasil.

8. AVALIAÇÕES SOBRE O CFES SUL

8.1. Considerações sobre o Movimento de Economia Solidária

O CFES oportunizou a ampliação de diálogos, não somente com quem está nos Fóruns, mas também com aqueles que podem fazer parte de algum EES e outras organizações implicadas com uma luta social transformadora. Na experiência do Rio Grande do Sul destacaram-se os diálogos com Promotoras Legais Populares e Movimento de Mulheres Negras, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Cooperativas Habitacionais, Mulheres do Campo e da Cidade, grupos ligados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outras experiências como o das Finanças Solidárias.

Além disso, ampliou a conexão entre EAFs, GPs e EESs – estes últimos acrescidos do segmento da agricultura familiar, possibilitando a articulação para a construção de uma rede visando trabalhar projetos, trocas e experiências em vista da construção de práticas transformadoras com perspectiva de continuidade. Houve, nos três Estados uma estratégia de envolvimento, além dos Movimentos Sociais Populares, de Secretarias Municipais (ou setores das mesmas): de Meio Ambiente, Limpeza Pública, Desenvolvimento Econômico, Mulheres, Assistência Social, entre outras; também escolas públicas

e privadas, entre outras organizações sensíveis à proposta da EcoSol.

A participação do setor da reciclagem foi considerada estratégica para que o movimento da EcoSol se fortaleça como um todo. Este setor conta com uma boa organização própria nos três estados do sul.

Sugestões para o Movimento de EcoSol:

Dar continuidade ao processo formativo; avançar na assessoria técnica; desenvolver grupos interdisciplinares de discussão e de trabalho; ampliar a discussão sobre economia solidária como uma alternativa de geração de trabalho e renda e superação da pobreza através da formação de agentes de programas de alfabetização, elevação da escolaridade e de qualificação profissional; provocar os participantes a refletir sobre quais os desafios e potencialidades do pensar e agir coletivo; contemplar na EcoSol a proposta do consumo solidário; conhecer, divulgar, refletir / problematizar aspectos das empresas recuperadas. Aos empreendimentos solidários que trabalham com reciclagem cabe lutar pela valorização e respeito do trabalho de catadores/as, garis, recicladores/as, pois eles contribuem com a qualidade de vida no território bem como com a sustentabilidade mais ampla.

Penso que os conteúdos, temas estão de acordo com as necessidades, mas é necessário avançar em demandas concretas como: relacionamento nos EES e entre EES, fóruns; matérias primas para produção, consumo; planejamento da produção, consumo; opções pelos princípios da EcoSol. (Carta Pedagógica, RS).

8.2. Considerações sobre as Políticas Públicas

A articulação das políticas públicas com ONGs comprometidas com a transformação social tem contribuído para avanços, uma vez que a descentralização e a gestão democrática das políticas têm dentre suas características a articulação entre várias PPs e os atores sociais envolvidos.

Percebe-se que em alguns municípios há diálogo entre EAF, EES e poderes locais. Contudo, constata-se uma limitada relação de parceria com os CRAS, universidades e demais EAFs. Em algumas regiões, estão ocorrendo diálogos com as incubadoras, o que abre possibilidades para uma formação e assessoria técnica aos empreendimentos. Em relação às prefeituras, existem algumas iniciativas boas.

O encontro entre gestores públicos, empreendimentos e assessorias, promovido pelas atividades do CFES Sul, mostrou a importância de articular secretarias e outros gestores públicos nos municípios formando uma rede interligada para que todos os projetos possam ser executados com êxito. Além disso, é necessário que se faça a capacitação e formação dos gestores, pois a grande maioria nem sequer conhece o que é EcoSol.

Sugere-se aos gestores públicos ir às comunidades e identificar as demandas e também mapear os empreendimentos já existentes, levando a informação e capacitação a todos, de modo descentralizado.

E as entidades de apoio devem desenvolver seu papel de articular a formação geral com aquela que interessa para o processo produtivo (a cadeia produtiva de cada área em que a economia solidária atua).

8.3. Considerações sobre a Sistematização

Reflexão feita pelo após a vivência da “Trilha Pedagógica”, no II Encontro Regional de Sistematização (Set. 2015):

(...) nós estamos num momento privilegiado de sistematização, nós estamos tendo acesso ao resultado de sistematização... A Sistematização não vai ser só aquilo que vai ficar registrado nesse livro, ou em outros materiais que serão produzidos; mas é isso que nós estamos tendo acesso em termos de aprendizados refletindo sobre a caminhada realizada. (...) Qual foi nosso projeto? Como é que nós o construímos ao entrar no caminho? Ele foi feito com quem? Com que tipo de ações, com que tipo de sentidos, com que tipo de metodologia nós o planejamos e nós o realizamos? Que resultados nós conseguimos em cada atividade? E aqui está simbolicamente presente o que foi o nosso processo de sistematização (...)

Se nós somos coerentes com o que nós estamos fazendo, nós não vamos abandonar estas paredes e este chão e corredores onde trouxemos simbolicamente uma parte significativa de materiais utilizados e produzidos no decorrer dos dois anos de atividades do CFES Regional Sul. Até amanhã à noite, nós vamos voltar, nós vamos olhar, nós vamos ler e eu queria que a gente fizesse esse olhar desde onde estamos agora para esta coisa majestosa, simbólica que são as Cartas Pedagógicas todas penduradas no varal ao fundo do salão. Aí estão simbolicamente as poesias, os escritos, o que sentimos, o que aprendemos, pequenos registros, sempre limitados, porém, importantes.

A sensação que tive ao entrar aqui vendo as muitas coisas que eu não consegui participar, é de que se trata de uma riqueza extraordinária. Junto com os aprendizados locais, a partir daquilo que nós estávamos buscando, cada um@ de nós veio com a sua necessidade e levou muitos aprendiza-

dos. Mas isso sem perder de vista os desafios do contexto. A Economia Solidária não está num mundo à parte, não está num mundo desligado dessa realidade desafiante que nós estamos vivendo; e nela nós vamos estar sempre misturados. Estamos num momento de retiro de dois dias, para nos darmos esse tempo e compartilhar conosco as belas coisas que nós percebemos a partir da nossa participação. Mas esse retiro vai até amanhã. E mesmo estando nele, nós não estamos desligados do mundo lá fora; dos desafios, dos anseios, do que vai ser o amanhã, do que nós vamos poder construir e contribuir enquanto Economia Solidária. Então que isso fique marcado no nosso registro para além das câmaras fotográficas que estão registrando: toda a caminhada feita aqui simbolicamente representada, a reflexão sobre tudo o que vivemos é o grande resultado da Sistematização; mais do que o resultado escrito. E que essa experiência nos leve à frente, para termos coragem de lutar, enfrentar os desafios – pequenos e grandes – foi a minha percepção nessa caminhada. (Prof. Telmo Adams).



II Encontro Regional de Sistematização – setembro de 2015.

8.4. Avaliações Através das Cartas Pedagógicas

As Cartas Pedagógicas trazem a marca de Paulo Freire, especialmente nos seus livros “Cartas à Guiné-Bissau”, “Cartas à Cristina” e “Pedagogia da Indignação”. A Rede de Educação Cidadã (RECID), inspirando-se nesta e em outras experiências, propôs a escrita de cartas para registrar as experiências vividas nos processos de educação popular pelos participantes. O CFES Sul passou a assumir esse instrumento no mesmo espírito como modo reflexivo de retomar aprendizados e contribuir no processo de sistematização. Como podemos ver, elas estão muito presentes neste texto.

No universo de sentidos e significados indicados nas Cartas Pedagógicas, a riqueza de olhares, sentimentos, desejos e relatos de aprendizagens de várias naturezas e de crescimento pessoal e humano foi um presente para todos/as. Elas trazem dimensões que nos ajudam a (re)pensar, de maneira crítica, o processo, as relações estabelecidas e a opção feita para a condução do Projeto. As cartas expressam esta multiplicidade de olhares, os quais partem de contextos básicos avançando para uma avaliação crítica sobre o processo vivido. Cada qual traz uma abordagem própria para contribuir na sistematização das experiências educativas realizadas no CFES Regional Sul.

Abaixo reproduzimos trechos de algumas das Cartas Pedagógicas escritas pelos participantes. Tentamos agrupá-las conforme o enfoque das considerações, mas essas divisões não são estanques, posto que num mesmo trecho que carta há considerações sobre diferentes aspectos da vivência de cada um/a nos percursos formativos do CFES Sul:

8.4.1. Ampliação da visão sobre a própria EcoSol

(...) a gente estava focado, a gente faz as ações como pontos (localizadas), e no curso do CFES a gente viu tudo ao mesmo tempo. Isso foi importante, porque a gente visualiza a EcoSol como um todo, não só nas ações pequenininhas (...). É um conjunto (...). A EcoSol é muito grande! E a gente não conseguia visualizar (...). E com o Curso do CFES, a gente conseguiu... (II Encontro Regional de Sistematização, 2015).

Precisamos de novos desafios e creio que na parte gerencial dos empreendimentos é um deles e na captação e criação de vários fundos solidários se faz necessário e urgente a criação desses instrumentos para empoderar e fortalecer qualquer empreendimento solidário, seja urbano ou rural.

Como articulador social, em várias ações que faço no meu território de atuação, utilizo muito dos materiais que recebo nos módulos bem como a troca de vivência com os colegas que enfrentam dificuldade na ação de seus projetos.

Melhor ainda é ver o resultado do seu esforço se tornar realidade por mais frágil que seja o empreendimento, o primeiro passo geralmente é o da mudança, do querer mudar, de buscar novas oportunidades e isso é incrível, e com certeza é resultado direto das formações de apoio à assessoria técnica em EcoSol o que dá sentido dessas formações fazerem parte do coletivo das pessoas envolvidas nesse processo.

Gostaria de agradecer a todos pela oportunidade e daqui vai meu cordial e fraterno abraço! (Carta Pedagógica, SC).

Na medida em que os encontros das incubadoras foram sendo, separadamente realizados, e o curso do CFES foi transcorrendo, fui percebendo nos conteúdos, nos debates e oficinas realizadas, que os objetivos eram outros, muito mais relacionados a

iniciar, fomentar e esclarecer dentre os participantes o que é, o que significa e o que pretende a EcoSol. (...) Ainda me faltam subsídios para as questões da prática da Educação Popular e dos processos para o assessoramento e a incubação dos empreendimentos. Por outro lado, estou mais seguro e conectado no que representa e defende a EcoSol, no conhecimento de suas instâncias políticas, nas suas relações com a sociedade e com o Estado e, sobretudo, no seu papel no processo de transformação da vida das pessoas, da sociedade, do Estado e a relação disso tudo com a construção de um mundo muito melhor, mais humano e ecológico e para todos/as. Mas essa transformação toda que observo nesta caminhada de um ano só foi possível pelo encontro de tantas pessoas e suas subjetividades, pelas conversas nos intervalos, pelas trocas de informações e de afetos, pelas construções de laços e de uniões que deram sentidos novos ao que todos viemos fazer aqui e que, ao mesmo tempo, nos empoderam da EcoSol e de seus princípios e objetivos fazendo-nos mais conscientes de nosso papel neste mundo (Carta Pedagógica, RS).

A participação de todos/as, a partilha nos ajudou a compreender que fazemos parte de algo maior, algo que prioriza a auto-gestão, o coletivo, a sustentabilidade, ou seja, um mundo mais justo e igualitário para todos/as. (Carta Pedagógica, SC).

8.4.2. Sobre os Conteúdos Trabalhados

Os temas abordados ao longo do curso foram importantes para resgatar nossas origens com a educação popular, a essência ao aprender e do sentipensar, como relatou Prof. Telmo no 1º módulo. Que em futuro próximo possamos ser incentivadores e atores em fundos solidários, fóruns comunitários, formadores com base na Educação Popular. (Carta Pedagógica, SC).

Os conteúdos de que mais gostei foram sobre a educação popular e as lideranças solidárias; esta última foi um assunto que nunca havia estudado antes e foi o que mais me envolveu no

Curso. As metodologias utilizadas foram dinâmicas (trabalhos em grupo, debates, exposições) as quais não foram cansativas (...). (Carta Pedagógica, SC)

○ **Finanças Solidárias**

O mais importante no meu aprendizado foi ter conhecido os tipos de bancos de desenvolvimento solidário, cooperativas, fundos solidários e como são criados nas comunidades, principalmente como não irem contra as leis que hoje regem o sistema financeiro no Brasil (Carta Pedagógica, PR).

O tema finanças tem um campo fértil de conflito (...). A gente vive os conflitos que são gerados com relação ao tema finanças na cooperativa de catadores. Todos os dias têm situações delicadas. Quando dizemos que é um processo de aprendizagem também é verdadeiro. Se a gente não tem o suporte, como está tendo na EcoSol, a gente não tem fôlego. Esse diálogo franco, dentro dessa simplicidade, experiências de vida, respeitar, saber que a gente coloca isso na roda. Isso é apaixonante na EcoSol. Legal esse compartilhar, trabalhar em todos os sentidos a solidariedade. (Curso sobre Formação e Assessoria Técnica, PR).

157

8.4.3. Sobre a Metodologia

(...) os temas trabalhados foram refletidos e discutidos, inclusive eu mesmo pude questionar, opinar e contribuir. Apesar de serem todos de diferentes regiões, culturas, etnias, formações, entidades, gêneros, organizações e divergências, este processo levou ao amadurecimento e à construção coletiva do conhecimento com participação, valorização, dinâmicas, troca de experiências e desafios a serem superados. (...) Tudo isso me faz acreditar que os desafios serão superados e com a participação de cada um fortaleceremos o coletivo para construção de um mundo mais justo, igualitário e sustentável (Carta Pedagógica, SC).

O Curso possibilitou muitas trocas e contatos. Os conteúdos que mais me mobilizaram foram os relatos de experiências e as dinâmicas de grupo (Carta Pedagógica, RS).

○ **Relatos de Experiências**

Os conteúdos foram excelentes. Alguns que mais me marcaram como: sustentabilidade, economia solidária, governança corporativa x governança cooperativa, relato de experiências, políticas públicas e legislação, abordadas por Anderson Barcelos de Brasília; Rede Ecovida, e a fala de Eduardo Costa da UFSC, com apresentação da agroecologia e certificação participativa no sul do Brasil (...). Na minha avaliação, os relatos de experiências contribuíram para enriquecer o evento, aliando teoria e prática, maravilhoso, esclarecedor, servindo para reflexões e desafios que se encontra em cada relato de experiência apresentada (Carta Pedagógica, SC).

Entendo que a parte dos relatos de experiências é a parte mais produtiva, pois você vê, realmente, a economia solidária acontecendo na prática. Você vê que o 'sonho' é possível, que tem muitas pessoas trabalhando no seu cotidiano experiências concretas que nasceram de um sonho. Acredito que este último módulo, foi o mais proveitoso, haja vista, a participação de uma equipe muito animada que fez com que as místicas e dinâmicas do curso nos possibilitassem, além do conteúdo, uma animação e uma energia positiva (...). Acredito que precisamos avançar mais quanto à apresentação de experiências concretas, pois elas provam que é possível as teorias que discutimos há muito tempo serem implantadas e com isso motivar outros projetos / sonhos a saírem do papel.

Saio com a convicção de que cada um em seu ambiente de trabalho, na prática do dia-a-dia é capaz de ter ações mais solidárias uns com os outros, aumentando as chances de construirmos uma sociedade melhor, mais justa e de igualdade, uma sociedade com economia solidária. (Carta Pedagógica, SC).

○ *Disposição para mudar*

Se eu pudesse traria todos os colegas do grupo e outras pessoas, para vivenciarem também esta experiência maravilhosa. Porque aquilo que é bom sempre deve ser multiplicado, mas sabendo da impossibilidade desta acontecer, multiplicarei a elas com muito prazer e satisfação.

Participando deste Curso, com certeza faremos, nas minhas e nas ações do grupo, mudanças que virão melhorar o andamento das atividades, pois quando se tem a cabeça aberta a mudanças, a tendência do grupo é progredir, não somente financeiramente, mas como realização pessoal individual e coletiva. (Carta Pedagógica, SC).

Estou terminando o curso de formação de formadores em Economia Solidária. Chegamos ao último módulo. Ingressei neste curso com uma bagagem pequena, leve. Estarei saindo daqui com uma mala cheia de coisas ótimas obtidas aqui. Aprendi muito sobre como devemos mudar nossos hábitos, tivemos temas polêmicos, conversas, (...). As mudanças que tive nas minhas ações foram explicar o que significa Economia Solidária. Antes do Curso não sabia o real significado. Consumir preferencialmente produtos de empreendimentos e artesãos, estando eles oficialmente ou não na economia solidária como queijos, tortas, geleias, pães, roupas. Antes não fazia cerimônia em usar sacos plásticos, sacolas e produtos de isopor para transportar minhas compras. Hoje evito ao máximo consumir todo e qualquer tipo de reciclável desnecessário tipo sacos plásticos e sacolas. Aprendi sobre territórios, hoje entendo o que é esse movimento (Carta Pedagógica, SC).

Minha experiência em Economia Solidária até então, era que aprendi com meus pais, que mesmo vivendo com muito pouco, nunca faltou o alimento para os da família, e para os que em nossa porta batesse. Foi de grande valia saber que existe recursos públicos para formação de agentes e estudos para o

desenvolvimento solidário, sustentável e para promover a superação da pobreza, baseando-se na Economia Solidária, percebendo que com minha participação podemos juntos fazer muito mais que uma ajuda aqui ou acolá; podemos viver e compartilhar nossos conhecimentos. Trabalhar com o que temos, e não cruzar os braços e ficar à espera de recursos que poderão nunca chegar. (...) Vocês verão uma mudança em minhas ações no que se refere à participação nas reuniões; e com isto não mais reclamar da participação e sim adquirir forças para não deixar de acompanhar e incentivar os empreendimentos e relatar suas dificuldades. “Vamos manter a esperança”, dias melhores virão (Carta Pedagógica, PR).

○ **Entusiasmo com o curso**

Recomendo este curso principalmente para quem trabalha com assessoria técnica e aos iniciantes na EcoSol, pois nesse espaço é possível sentir a pulsação da EcoSol, conhecer sua abrangência a nível estadual, além de ser um espaço de diálogo e fomento a novas práticas (Carta Pedagógica, SC).

A EcoSol é a construção de uma história, de uma territorialidade. Qualquer encontro de economia solidária é uma formação, em essência. A gente sempre vai dar, vai aprender e a educação popular é ver as nossas fraquezas, é admitir as nossas fraquezas, e viver as nossas forças, nossas potencialidades. As soluções têm que partir de perguntas, e essa a gente não considera solução. Eu tenho uma sugestão, essa sugestão pode ser aprimorada e várias sugestões vão virar uma solução. Como Jair colocou, quando eu tenho uma ideia e coloco para o grupo, passa a ser uma ideia do grupo. A economia solidária é conhecer todas as etapas da produção, não ter segredo. É produzir, comercializar, vender produtos, serviços. Precisamos construir mais redes, rede de fortalecimento, rede de apoio, rede de comercialização. Precisamos sair do mercantilismo, da compra e venda, da negociação, que só quem tem dinheiro tem acesso. Precisamos se encontrar mais, precisamos trocar experiências, precisamos

ver o que deu certo, através do ato, da ação e da reflexão. Vamos pensar na conscientização. (Curso Educação e Assessoria Técnica, Santa Catarina).

Percebi que tem pessoas com vários pontos de vista. Os mais diferentes sumiram do Curso. (...) As conversas ao longo da noite são riquíssimas. (...) Recomendo a todos que participem de um curso destes porque vai somar, refletir e agregar. Minha participação no curso possibilitou contatos, ampliar visão, interpretação, inserção na Economia Solidária de minha região, apropriação de lugar na EcoSol” (Carta Pedagógica, RS).

Dentre os muitos pontos positivos que vejo na metodologia e no planejamento do curso, resalto:

- a diversidade dos componentes – empreendimentos, gestores, entidades de apoio, agentes do campo e da cidade, de produção diversa, de instituições públicas e comunitárias;

- o espaço para a troca de experiências;

- atividades que incentivam a interação entre os/as participantes;

- relatos de experiências concretas;

Organização e disponibilização de material que inclui a sistematização de experiências que possam servir de referência. (Carta Pedagógica, RS).

Participar de um curso de EcoSol (desenvolvimento territorial e combate a pobreza) é manter acesa a chama da participação cidadã e permitir visualizar no pensamento de pessoas e grupos com ideologias e crenças diversas; e também nas suas práticas diárias, a ânsia de viver numa sociedade humana, harmoniosa,

respeitadora e acolhedora: amorosa. Valioso o esforço de sistematizar o pensamento desta sociedade sonhadora. (Carta Pedagógica, PR).

○ **Convivência com o grupo**

Essa apropriação dos princípios e conceitos da EcoSol vivenciados tanto no CFES como em outras experiências de vida complementaram minha visão de mundo e confirmaram que o meu propósito de vida já tem caminho traçado. (...) Como co-articuladora da última etapa das atividades do CFES no Paraná destaco aqui a essência de todo processo de formação, que ao meu ver, consistiu no elemento principal que o grupo do Paraná – principalmente para as pessoas que participaram das oficinas e cursos da meta 4. Essa essência está no vínculo afetivo entre as pessoas, no encontro com as diferenças e singularidades de cada um, na troca e compromisso de começar, conviver e seguir coletivamente. Cada personalidade compôs um grupo único, especial integrando diferentes histórias e experiências relacionadas à economia solidária. (...) As experiências co-criadas entre os participantes, seja para realizar uma festa de confraternização ou uma mobilização para participarem de reunião fora da agenda CFES (com café e diálogo, na incubadora da PUC, que envolveu instituições de EcoSol e pessoas do CFES), por exemplo, foi um fluxo natural do que chamaria autogestão. Foi bom ver as pessoas tomando iniciativa e em círculo compartilhando suas inquietações e propostas. Como diria o poeta, “sozinhos nós vamos mais rápido, mas juntos vamos mais longe”. (Carta Pedagógica, PR).

Gostei muito de ter participado das formações (...). Aqui conheci muita gente, creio que desse tanto de gente fiz novas amizades e fortaleci outras tantas. Pena que nem todo mundo possa vir a esses encontros, ou ainda, compartilhar o aprendizado e a troca de saberes. É tão bonito ver ‘gente jovem’ aprendendo com ‘gente velha’ e ‘gente velha’ crescendo com ‘gente jovem’. Não que o jovem ou o velho sejam referências à idade, mas à experiência e ao saber no que diz respeito à EcoSol. (Carta Pedagógica, RS).

8.5. Carta de uma Militante

A Carta que segue é representativa de uma educadora de EES que foi membro do CM:



I Encontro Regional de Sistematização – novembro de 2014.

Estou escrevendo estas palavras com o objetivo de trocar informações e relatar um pouco das experiências por mim vivenciadas no CFES da Região Sul. Nesta escrita quero destacar a alegria de participar, colaborar e ajudar a construir esse segundo CFES.

A minha relação com o CFES se deu a partir do final do primeiro convênio, com a perspectiva de construir um segundo projeto (esse ao qual nós estamos vivenciando). Participei de algumas reuniões de elaboração do projeto e mais tarde, depois do mesmo aprovado, participei também dos encontros de apresentação e planejamento do mesmo, bem como da própria construção e constituição do Conselho Gestor e do Comitê Metodológico.

Mais tarde, já com o projeto em pleno desenvolvimento, fui chamada para contribuir enquanto oficinaira nas oficinas locais nos Estados e, mais adiante, para participar do Curso de Formação e dos Encontros de Sistematização Regionais. Vale salientar que minha participação no Conselho Gestor e no Comitê Metodológico sempre foi pontual e representativa. Neste sentido o meu olhar sobre o CFES é um olhar de uma trabalhadora da EcoSol, organizada em empreendimento e que entende o CFES como uma ferramenta para a construção e efetivação de um novo sistema político-econômico.

As minhas expectativas iniciais em relação ao projeto eram a de mostrar ao coletivo do Movimento de EcoSol que este projeto era nosso e tinha nosso perfil. Lembro que um dos critérios do projeto era desenvolver ações de formação com os demais projetos do Governo Federal que estavam desenvolvendo ações integradas nos estados e nos municípios das regiões pré-definidas como territórios prioritários; bem como os projetos de políticas públicas para a erradicação da miséria. [...]

Essa percepção minha, ao fim deste processo, não mudou. E de fato, com as ações de formação realizadas e presenciados com o CFES, ficou mais evidente este meu olhar de que ele é um projeto que tem como objetivo fortalecer o Movimento de EcoSol.

No projeto CFES assim como na economia solidária, a gestão ainda é um grande desafio, e se falarmos em compartilhada, esse desafio cresce ainda mais. Mas de fato existem pontos positivos que valem a pena ser destacados. O primeiro deles foi a equipe de trabalho, com pessoas comprometidas, capacitadas e com conhecimentos, vivências e práticas específicas de / em EcoSol. Mas também com um olhar ao todo das políticas públicas e com o objetivo do movimento, mas sem perder a sensibilidade aos sentimentos das pessoas envolvidas no projeto. Aqui no RS senti muito tranquilo a organização e a gestão do projeto, entendo que ela foi de fato coletiva e participativa, por vezes por dentro do CG e CM, por vezes com os próprios grupos

de formação, dentro das necessidades específicas de cada lugar ou momento do projeto. Já em relação à gestão a nível regional, - o diálogo esperado, os tempos de perguntas e respostas e desenvolvimentos das ações -, senti que a gestão se deu truncada, parando e por vezes sem força. Acredito que um dos causadores disso ter acontecido foram as burocracias de um projeto como esse. Exemplo: Contrato aqui, contrato em Santa Catarina, contrato no Paraná, com editais e mais editais. [...]

Já em relação ao grupo de pesquisa da Unisinos, é bom ver um grupo com muita vontade, muito gás e energia para desenvolver ações para fortalecer a EcoSol, com metodologias novas e participativas. Mas aqui, por vezes, tive dificuldade de entender algumas propostas em função da linguagem ou da metodologia; ou mesmo pelos prazos curtos que tivemos para desenvolver tudo o que nos propomos a fazer. Participei de duas atividades de sistematização do CFES Regional e senti essa tarefa como algo fundamental para a evolução do movimento de EcoSol e para a história e registro do movimento.

Quando fui convidada contribuir com a leitura do relatório da sistematização junto com a companheira Sueli pelo RS, fiquei muito feliz, pois esse projeto foi algo que eu vivenciei intensamente nestes últimos dois anos. E poder acompanhar e contribuir e com isso abrir um novo conhecimento na minha trajetória de vida (foi muito importante), bem como o reconhecimento que se deu através desta ação.

Ao olhar o todo do projeto, tenho certeza que é uma proposta que deu certo e precisa ser ampliada e replicada em outros territórios. Claro que sempre tem o que melhorar, mas enquanto educadora popular acredito que se agirmos conforme nossas palavras, se cedermos e pensarmos em uma proposta que seja estratégica para o fortalecimento do Movimento de EcoSol, a gestão compartilhada acontece. Sugiro também uma ação de acompanhamento dos grupos fomentados nas oficinas, como forma de dar continuidade e amparo aos participantes.

Eu, Gilciane Neves, mulher, negra, mãe solteira, educadora popular, trabalhadora no empreendimento ECOPAPEL e militante da EcoSol, acredito que este CFES teve um avanço significativo para o desenvolvimento das pessoas envolvidas e acessadas pelo, ou no projeto. Acredito que o reconhecimento dos saberes e a participação coletiva me fortaleceram, as minhas experiências e ideologias pessoais. Esse breve lembrar me mostrou o quanto estou melhor como pessoa e o quanto ainda é vivo o meu sonho e a luta pela conquista dele. Agradeço a toda a equipe, aos colegas de curso, à mulherada dos cursos por mais este aprendizado e por construírem comigo este novo mundo possível. (Carta Pedagógica, RS).

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebecca; VON BÜLOW. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, n.28, p. 52-84, 2011.
- ADAMS, Telmo. *Educação e Economia Popular Solidária*. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.
- BEILLEROT, Jacky. *A sociedade pedagógica*. Portugal: RÉS, 1978.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, 17ª edição. São Paulo, 1987.
- _____. *Cartas a Cristina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1974.
- _____. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (O mundo, hoje. V. 22).
- _____. *Pedagogia da indignação*. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.
- MEJÍA J., Marco Raúl. *Educaciones y Pedagogías Críticas desde el Sur*. Cartografías de la Educación Popular. Paitilla, Ciudad de Panamá, República de Panamá: CEAAL - TAREA Asociación Gráfica Educativa, 2011. Disponível em: <http://issuu.com/siembrasocialismo/docs/125229865-pedagogias-criticas-desde>
- OLIVEIRA, Andressa Inácio de. *Introdução à Economia Feminista: reflexões em torno de uma nova crítica a Economia Capitalista e Patriarcal*. Postado em set. de 2012 no sitio Cirandas - FBES. Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/artigos-e-reflexoes/introducao-a-economia-feminista-reflexoes-em-torno-de-uma-cri>

[tica-a-economia-capitalista-e-patriarcal.](#)

REZENDE, Maria José de. *O combate à pobreza multidimensional e seus desafios: uma análise dos relatórios do Desenvolvimento Humano encomendados, anualmente, pelas Nações Unidas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Ana Inês. *Escola de Formação Básica Multiplicadora da EPS*, Curitiba: CEFURIA, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de Literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul-dez. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 02/07/2017.

TEIXEIRA, Edival; BERNARTT, Maria de Lourdes e TRINDADE, Glademir. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educ. Pesquisa*. [online]. 2008, vol.34, n.2, pp. 227-242.

TORRES, Alfonso. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: Danilo Romeu Streck e Maria Teresa Esteban. (Org.). *Educação Popular: Lugar de Construção Social Coletiva*. 1ed.Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013, v. 1, p. 260-273.

10. TEXTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO⁴¹

ADIB, Alberto Renault. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável - Guia para o planejamento*. Arquivo eletrônico.

ANDRADE Maria Rosa de. *A concepção da pobreza através das abordagens avaliativas de bem-estar e sua implicação para elaboração de políticas públicas*. Texto Impresso.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. Arquivo eletrônico.

BENSADON, Ligia Scarpa. *As perspectivas de trabalho e a Economia Solidária*. <http://www.agenciajovem.org>

CAMINI, Isabela. *Cartas Pedagógicas aprendizados que se entrecruzam e se comunicam*. Livro.

CÁRITAS Brasileira e CFES. *Economia Solidária: documentos, trajetórias e organização do Movimento*. Texto Impresso.

CARVALHO, Mariana de; LUDWING, Márcia; BATISTA, Ralph Sales. *Desenvolvimento “Sustentável” e contradições: catadores de lixo e a marginalização*. Arquivo eletrônico.

ESCOLA de formação básica e multiplicadora da economia popular solidária. *Trabalho no Capitalismo: Alienação e Desumanização*. Arquivo eletrônico.

FERNANDES, Regilane e FILHO, Vital. *A abordagem territorial do desenvolvimento: Uma estratégia para o fortalecimento da Economia Solidária em contextos rurais e urbanos*. Texto Impresso.

GAIGER, Luiz Inácio. *A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades*. Arquivo eletrônico.

GRUPO de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa Ecosol - PPG em Ciências Sociais – Unisinos. *As faces da Economia Solidária no Brasil*. Arquivo eletrônico.

41 Tabela organizada por Gelson Nezi, Cáritas Regional de Santa Catarina.

HISTÓRIA das Coisas. Vídeo. <https://www.youtube.com/watch?v=xEgPp-1VGWsM>

LIANZA, Sidney e HENRIQUES, Flávio (org). *A Economia Solidária na América latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Arquivo eletrônico.

MARINHO Roberto e SCHIOCHET, Valmor. *Economia solidária no Plano Brasil sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema*. Arquivo eletrônico.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Sistema de Gestão Estratégica Documento de Referência*. Arquivo eletrônico.

MOCELIN, Cassia Engres. *Pobreza: um resgate histórico sobre a questão*. Texto Impresso.

NOVAES, Henrique e CASTRO, Mariana. Em busca de uma pedagogia da produção associada. In: *Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária*. Vol. 1. 1ª Edição. Outras Expressão. São Paulo. 2011.

NOVAES, Henrique. *Os 8 pilares do Trabalho Social*. Em: www.agenciajovem.org

SENAES. *Economia Solidária: Outra Economia Acontece. Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social*. Vídeo.

SINGER, Paul. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. Texto Impresso.

V PLENÁRIA Nacional de Economia Solidária. *Território e Territorialidade*. Texto Impresso.

WILLIAMS, Ava Renarda. *O caráter multifacetado da pobreza: a relação entre concepção e intervenção*. Texto Impresso.

11. SIGLAS E ABREVIATURAS QUE APARECEM NO TEXTO

CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CEFURIA	Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo
CFES	Centro de Formação em Economia Solidária
CG	Conselho Gestor
CM	Comitê Metodológico
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão do PRONAF
EAF	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
EcoSol	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EP	Educação Popular
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FGEPS	Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária
FINEP Tecnologia	Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFSC	Instituto Federal Santa Catarina
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NESIC	Núcleo Economia Solidária e Incubação de Cooperativas
NESOL	Núcleo de Economia Solidária (UCPel)
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programação de Aquisição de Alimentos
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PL	Projeto de Lei
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PP	Políticas Públicas
PPA	Plano Plurianual
PPGEDu	Programa de Pós-Graduação de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão ao Jovem
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras
SECIS	Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIPES	Sistema de Informações de Economia Solidária
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93711-04-6



9 788593 711046



MINISTÉRIO DO
TRABALHO

